

RENATO

# Revista de Antropologia

## S U M Á R I O

JORGE DIAS: Algumas considerações acêrca da estrutura social do povo português .....	1
ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA: Trabalhos coletivos e gratuitos em Portugal e no Brasil .....	21
F. OTTENSOOSER: Grupos sangüíneos e raça .....	45

NOTICIÁRIO ● BIBLIOGRAFIA ● PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DIRETOR: EGON SCHADEN, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

## REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Diretor: EGON SCHADEN

Professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

### CONSELHO DE REDAÇÃO

*Plínio Ayrosa* - Professor de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*Herbert Baldus* - Chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista.

*Otávio da Costa Eduardo* - Professor de Etnologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

*Florestan Fernandes* - Professor da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*Antônio Rubbo Müller* - Professor de Antropologia Social da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

*Gioconda Mussolini* - Assistente da Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A REVISTA DE ANTROPOLOGIA publica-se duas vezes por ano, em junho e dezembro. Preço da assinatura anual, sob registro: Cr\$ 60,00; para o estrangeiro: US\$2,50.

Tôda correspondência relativa à redação deve ser enviada ao

**Prof. Dr. Egon Schaden**

**Caixa Postal 5459**

**São Paulo, Brasil**

Os autores são responsáveis pelo conteúdo de seus trabalhos.

De cada artigo se tiram 80 separatas.

# REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Vol. 3.º

Junho de 1955

N.º 1

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACÊRCA DA ESTRUTURA SOCIAL DO POVO PORTUGUÊS \*

*Jorge Dias*

Professor da Universidade de Coimbra

Na tese que apresentamos ao I *Colloquium* de Estudos Luso-Brasileiros<sup>1</sup>, pretendemos fazer uma síntese breve dos elementos fundamentais da cultura portuguesa. Mostramos então que a chamada cultura nacional não é um somatório das diferentes culturas regionais, mas uma integração destas, visto ela resultar da atividade cultural de indivíduos saídos das diferentes áreas do país. Tendo em vista uma síntese, focamos exclusivamente a chamada cultura nacional, que em Portugal se apresenta bastante homogênea, e pusemos de lado as culturas regionais, muito variadas e que dariam um quadro excessivamente heterogêneo.

Como hoje nos propomos tratar simplesmente alguns aspectos sociais do povo português, usaremos de um método diferente, analisando de preferência as populações regionais sincrônicamente, visto estas nos poderem explicar muitos dos comportamentos da personalidade básica portuguesa — que estudaremos mais tarde. Os múltiplos arcaísmos, preservados em regiões menos acessíveis do país, permitem estudar a evolução da sociedade portuguesa atual, onde persistem fortes resíduos de atavismo cultural, como num quadro diacrônico.

Antes de entrar na matéria, devemos dizer que a sociedade portuguesa atravessa em nossos dias uma fase de enorme transformação, mercê dos progressos da técnica e do rápido desenvolvimento industrial dos últimos decênios, e até como consequência das medidas tomadas no sentido de sustar ou orientar essa transformação. Contudo, são ainda bastante nítidas certas características tradicionais, que lhe conferem fisionomia própria no conjunto das nações européias, resistindo bastante ao desgaste violento de certos agentes modernos<sup>2</sup>.

### *Família nuclear*

Começando por analisar a família, base de toda a sociedade humana, notamos que a família nuclear vai ganhando cada vez mais terreno sobre a família grande multifuncional, predominantemente do tipo patriarcal, ainda muito freqüente no norte do país. Os progressos da

\* — Comunicação ao II *Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, reunido em São Paulo, 12-18 de setembro de 1954.

família nuclear devem-se ao aumento do proletariado nas regiões urbanas e industriais, ou às influências cosmopolitas — sobretudo na capital. Mas pode-se dizer que o fator mais decisivo é a quebra dos laços com a terra<sup>3</sup>.

Para o sul do Tejo, o tipo dominante e tradicional é a família nuclear, bem individualizada. Razões de ordem histórica e natural explicam esta distinção entre o norte e o sul do país, distinção que aliás se verifica em outras formas de vida, como por exemplo no sentimento religioso<sup>4</sup>.

No sul deram-se alterações profundas do povoamento primitivo com a invasão árabe e a guerra de reconquista. As doações de terras feitas pelos soberanos aos nobres e ordens religiosas, aliadas às condições de solo, morfologia e aridez do Alentejo, deram origem a um tipo de propriedade — o latifúndio — e de ocupação humana muito diferente dos do norte<sup>5</sup>. Certas regiões do Alentejo têm mesmo características de terras de colonização recente. Canhestros, por exemplo, em Ferreira do Alentejo, é hoje uma aldeia com alguns centos de habitantes, que, praticamente, não existia há uns cinquenta anos. Fizemos lá um inquérito pormenorizado e verificamos que as famílias atuais são oriundas de famílias algarvias ou de outras vindas de vários pontos do Alentejo<sup>6</sup>.

Encontramos aí menor coesão social, falta de vínculos familiares para além da família nuclear, e laços menos fortes entre o indivíduo e a comunidade. Julgo que a explicação destes fatos reside na circunstância da esmagadora maioria dos rurais alentejanos não possuírem terra e serem meros assalariados. Entre os grandes proprietários nota-se uma acentuada tendência capitalista, que se sobrepõe aos sentimentos de família extensa dominantes no norte. A vontade de aumentar a fortuna faz com que muitos tenham poucos filhos — às vezes só um. Os casamentos de um herdeiro único com uma herdeira única contribuem para uma acumulação de propriedades cada vez maiores nas mãos de poucos, caso não raro em nossos tempos. Contudo, parece que outrora, antes da valorização de muitas terras alentejanas pelo emprêgo de adubos químicos, os proprietários lavradores não estavam dominados pela mentalidade capitalista e reinava também em muitas casas um certo espírito patriarcal que abrangia parentes e criadagem que viviam sob o mesmo teto. Dêsse tempo não muito distante ficaram ainda vestígios em várias famílias, de forma que as relações entre patrões e criados, ou entre proprietários e lavradores são por vezes de tipo humano, familiar e não inteiramente postas num plano frio de interesses.

Porém a situação tende a agravar-se rapidamente, e aos antigos laços de respeito e mútua compreensão tendem a substituir-se atitudes interesseiras que, por vezes, podem conduzir a conflitos por enquanto latentes.

São várias as razões que explicam esta evolução. Em primeiro lugar está o rápido aumento da população rural — fenómeno geral em todo país — aqui mais grave do que em outras províncias pelo fato de a agricultura alentejana não exigir cuidados constantes mas só periódicos, não haver uma indústria que absorva os excedentes humanos, e ainda pela falta de emigração. A baixa emigração de alentejanos para o estrangeiro tem levado alguns autores a defender a tese lírica do apêgo do homem à terra, por influência da planície na psicologia dos habitantes daquela província. Porém, um inquérito, que fizemos em algumas regiões do Baixo Alentejo, deu resultados muito diversos. Um grande número de rapazes novos respondeu que gostaria muito de emigrar, mas que não tinha dinheiro para as passagens<sup>7</sup>. De fato, o alentejano ou tem uma situação desafogada e então não pretende emigrar — os que emigram por pura aventura são muito raros entre gente do povo — ou é um assalariado que vive do dia a dia e não pode fazer economias que lhe permitam pagar uma viagem para a África ou para o Brasil. Não é por ter apêgo à terra que o alentejano não emigra, mas por impossibilidade financeira de a abandonar. Dentro da província é freqüente o alentejano deslocar-se à procura de trabalho até concelhos distantes.

Em segundo lugar o conflito resulta do maior espírito de ganância do proprietário, que opõe os seus interesses capitalistas aos interesses dos rurais. Em parte isto é uma consequência das tendências da época, mas a situação agravou-se com o emprêgo dos adubos químicos que permitiram arrotear imensos hectares de terra que até então eram mata-gais quase improdutivos e pela aquisição de terras feita por cidadãos enriquecidos com os negócios fáceis das duas últimas guerras. De início, os trabalhos de arroteamento e as primeiras colheitas em terras quase virgens trouxeram um período de grande prosperidade. Esta prosperidade contribuiu para o aumento rápido da população, mas o cansaço das terras, a erosão de algumas e o recrudescimento do espírito capitalista, mal habituado aos grandes lucros, deu lugar a problemas sérios, que ainda tendem a agravar-se com a mecanização da agricultura. A situação, em si, não é extremamente grave, pois há várias soluções para êstes problemas. Contudo julgo que nenhuma delas modificará a tendência cada vez mais nítida para a individualização da família nuclear. A solução dos problemas pode tornar mais cordiais as relações, mas não me parece possível modificar as tendências sociais que se observam naquela província.

Os laços de parentesco são menos fortes e extensos do que no norte, o que não quer dizer que as relações entre homem e mulher não sejam harmoniosas e duradouras, apesar da grande percentagem de ligações naturais<sup>8</sup>.

As relações entre filhos e pais são respeitadas, mas o pai está longe de ter o ascendente sôbre a família que tem no norte. Os filhos, bas-

tante mimados pelas mães, dispõem com freqüência de grande parte do seu salário, emancipando-se cada vez mais da tutela paterna, o que contribui para afrouxar os laços do agregado familiar. Em contrapartida, o compadrio estabelece laços sociais apertados, que compensam a falta de vínculos de parentesco entre parentes mais afastados. Os laços entre compadres chegam a ser mais fortes e sagrados do que aquêles que unem parentes afastados entre si<sup>9</sup>. Pode dizer-se que o compadre é uma instituição social de importância fundamental nalguns lugares desta província, o que merece estudo mais pormenorizado pelo desenvolvimento que assumiu nalgumas regiões do Brasil<sup>10</sup>. As relações entre compadres, freqüentes entre proprietários e rendeiros e entre êstes e assalariados, servem para estabelecer uma rêde de relações de tipo familiar, de indiscutível utilidade social.

Em grandes extensões do Alentejo são poucos os trabalhos mistos, predominando a divisão sexual do trabalho. Por várias razões as crianças não costumam acompanhar os pais para o campo e ficam nas aldeias sob a vigilância materna. Talvez como consequência da separação do trabalho dos adultos nota-se também uma certa separação sexual da infância. — Esta resulta um pouco do ideal de educação das mães, que nalguns lugares deixam os rapazes correr aventuras à sôlta, enquanto que as filhas são mais vigiadas e aprendem com a mãe trabalhos domésticos. Esta separação acentua-se pela vida fora. Nesta província é mesmo freqüente alguns chefes de família viverem nos montes (casas de lavoura) ou andarem com os gados e só virem a casa aos fins de semana.

Apesar da superioridade econômica do homem, cujo salário é maior — como aliás em todo o país — não se pode dizer que êste tenha sempre superioridade social. No Alentejo há mesmo inúmeros vestígios de matriarcado<sup>11</sup>. A mulher, sendo o elemento estável da aldeia, termina por ser o elemento preponderante, razão por que se podem observar formas de matrilinearidade e matrilocidade em várias regiões alentejanas. Nalguns lugares, quando um jovem casal não tem residência própria, é o noivo que vai residir para a casa da família da mulher<sup>12</sup>.

Segundo Picão, na região de Elvas, um casal nunca adota as crianças de parentes do marido. Adota com mais freqüência as crianças do irmão da mulher e mais raramente os da irmã da mulher. Recebe um pai ou irmão inválido da mulher, mas não os do homem<sup>13</sup>. É também freqüente acrescentar-se ao nome de batismo o nome da mãe e não o do pai; noutros lugares podem acrescentar os dois<sup>14</sup>.

Picão conta também certos costumes de agressividade feminina em relação a qualquer transeunte do sexo masculino, quando se realizam lavouras feitas por grupos de mulheres<sup>15</sup>, que impressionam pela semelhança com os descritos por Malinowski relativamente às mulheres das ilhas Trobriand<sup>16</sup>. De resto isto é o resultado de sondagens locais e os

nossos atuais conhecimentos não permitem generalizar a tóda região o que acabamos de salientar.

No Algarve, as condições naturais, determinam um quadro humano diverso do de Alentejo. O povo é aqui mais vivo, tagarela e comunicativo do que no Alentejo, mas os laços de parentesco não são mais fortes nem mais extensos do que naquela província. A terra dividida torna possível a existência de muitos pequenos proprietários que acumulam com freqüência várias atividades, visto o rendimento da terra ser insuficiente. O aumento da população não determina aqui as grandes crises que apontamos no Alentejo. O homem acumula o trabalho da terra com a pesca e o comércio. A indústria de conservas absorve alguns excedentes humanos que não encontram subsistência no trabalho da terra. Mas se a pressão demográfica se faz sentir, o algarvio tem recursos para emigrar e não raras vêzes o faz definitivamente e não o título temporário, como é o caso da gente do norte<sup>17</sup>. Nas épocas das grandes lavouras alentejanas, sobretudo nas ceifas, o algarvio parte em grandes bandos a ajudar a ceifar o pão do Baixo Alentejo, donde regressa com um pequeno pecúlio.

A mulher tem grande preponderância social. É ela que trabalha os pedaços de terra, onde tem suas hortas e pomares, e é ela que vende os produtos nos mercados próximos. Nos casos em que os homens estão ausentes, porque emigraram, ela dirige todos os negócios da casa com verdadeira maestria. Aqui a separação dos sexos não é freqüente; a promiscuidade é maior, a religiosidade é baixa como no Alentejo e nalguns lugares quase nula.

#### *A família extensa e a aldeia comunitária*

Em flagrante contraste com estas formas de vida social rapidamente esboçadas, estão as províncias situadas ao norte do Tejo. Conforme se caminha para o norte o quadro social transforma-se progressivamente. Os laços familiares multiplicam-se, o agregado familiar apresenta-se forte e, com freqüência, a família extensa sobrepõe-se à família nuclear.

A família extensa está de certo modo relacionada com formas sociais de raízes comunitárias, enquanto que a família nuclear, pelo simples fato de ser um elemento universal das sociedades humanas, nos aparece nas regiões sem tradição comunitária, ou naquelas onde a evolução social e, determinada pelos progressos da técnica, pela industrialização e pelo desenvolvimento da vida urbana — que afinal é uma consequência destes dois últimos fatores — a enfraqueceu ou suprimiu.

Verifica-se assim maior densidade da família extensa nas regiões montanhosas e planálticas do norte, onde existem vestígios nítidos de comunidade semi-autárcica de feição comunitária, e diminuição progres-

siva para o sul, onde quase se não encontram vestígios comunitários para além do Tejo, se excetuarmos algumas formas de compáscuo para além Guadiana, ou cabradas coletivas na serra algarvia, principalmente no Caldeirão.

Para se compreender bem a família extensa, geralmente de tipo patriarcal, freqüente no norte do país, e os laços de tipo familiar tão extensos e complicados, é necessário estudar as comunidades de tradição comunitária, semi-autárquicas, ainda preservadas em nossos dias. Em regiões privilegiadas pelo isolamento e com grandes tratos de terreno próprios para o pastoreio, ainda se encontram hoje comunidades excepcionalmente preservadas, onde o etnólogo pode estudar, como num laboratório, formas de organização social cujas raízes mergulham no clã proto-histórico.

Os casos mais preservados em nossos dias, da antiga tradição comunitária, são Vilarinho da Furna<sup>18</sup> e Rio de Onor<sup>19</sup>. O seu estudo permite-nos encontrar a explicação para um certo número de formas de tendências associativas, de auxílio mútuo e trabalho por favor, freqüentes em várias regiões do país. Embora êstes sejam mais freqüentes nas regiões serranas e planálticas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, nem por isso se podem ignorar em regiões menos arcaizantes e até onde domina a propriedade capitalista, como é o Baixo Minho.

Nas comunidades típicas, acima apontadas, existe ainda hoje uma disciplina comunitária rigorosa, e, se bem que integradas dentro do corpo nacional, apresentam uma forte individualidade que as coloca, de fato, numa situação de semi-independência.

Tomemos como exemplo Rio de Onor, situado mesmo na fronteira norte do país, a 27 kms. de Bragança. Esta comunidade pode considerar-se uma espécie de democracia representativa. Todos os anos, no dia 1.º de Janeiro, os vizinhos reunidos num largo da aldeia elegem dois duúnviros encarregados de parte do poder legislativo e do poder executivo, chamados *mordomos*.

Ao lado dos mordomos funciona uma câmara consultiva e legislativa, chamada *al conseio*. Os mordomos nunca têm poder absoluto. Tôdas as questões susceptíveis de dividir as opiniões são postas em votação. Chamam êles a isto *botar piêdras*.

Os mordomos exercem o seu mandato durante um ano. Mas se algum dêles fôr pouco eficiente e cometer faltas graves, *al conseio* pode propor a sua expulsão, que se faz por votos. Quando isto sucede, é expulso e paga uma multa *al conseio*.

*Al conseio* é formado por todos os vizinhos que têm gados no *Couto* (prados comunais). É, portanto, uma espécie de aristocracia ganadeira organizada democraticamente.

A organização assenta nas propriedades comuns. Há três tipos de propriedade comum: o *Monte* (tôdas as terras bravias, que servem de



pasto ao gado caprino e ovino e para aproveitamento de lenhas e carvões); os *Coutos* (prados naturais, com uns cinco quilômetros de extensão, situados ao longo das margens do rio, onde pasta o gado vacum); as *Roçadas* (terras de sementeira ainda não repartidas, onde se semeia centeio periodicamente para fins coletivos, por meio de roçada e queimada).

O rionorês apresenta hoje uma economia agro-pastoril, mas a economia pastoril sobrelevava de longe a agrícola até há poucos decênios. Certas descobertas de técnica agrária tiveram repercussão profunda na vida rionoresa.

Tudo nesta sociedade está previsto e organizado. Para todas as funções existem cargos próprios, muitas vezes assinalados por insígnias tradicionais. Na administração da justiça, *al conseio* julga, aplica multas e faz policiamento. Os bens da igreja, a organização das festas, as obrigações de vigilância e defesa dos interesses comuns, etc., são periodicamente distribuídos. São sempre cargos temporários que, em geral, duram um ano e ninguém se lhes pode eximir. Para o desempenho de cargos extraordinários ou de curta duração são nomeados indivíduos cujas qualidades sejam consideradas as melhores para a boa execução da função. O homem indigitado ou nomeado para desempenhar um destes serviços fortuitos ou curtos chama-se o *homem de rodra*. O homem de rodra pode desempenhar funções múltiplas, que vão desde a de guarda da água, durante a noite, até às de técnico ou de diplomata, para tratar dos assuntos da coletividade junto das autoridades em Bragança — outrora tinha mesmo uma roupa própria, que era pertença da comunidade.

Esta velha organização é ainda hoje eficiente. Sempre prontos a discutir todas as sugestões e a apoiá-las sem discutir, uma vez que estas tenham sido aprovadas pela maioria, conseguem coisas extraordinárias. Nos últimos decênios construíram um moinho novo de tipo diferente dos até então usados, levantaram uma ponte de pedra de três arcos, fizeram um estradão duns quinze quilômetros, compraram várias máquinas agrícolas (tararas, pulverizadores e malhadeira), plantaram uns milhares de castanheiros e centos de noqueiras e macieiras. Mas não fica por aqui. Qualquer nova invenção que lhes possa trazer vantagem, estudam-na, e, se der resultado, adotam-na imediatamente. Como a despesa é suportada por todos e as aquisições são propriedade do *conseio*, não é difícil adquirirem coisas a que aldeias, com casas muito mais ricas, são obrigadas a renunciar. Por isso são hoje numerosos os edifícios públicos construídos pelo esforço coletivo, nesta pequena povoação.

O que mais espanta nesta comunidade, além da sua alegria exuberante e harmonia social, é a extraordinária fraternidade que reina entre todos. Aquêles centos de indivíduos parecem uma família, sempre prontos a ajudarem-se uns aos outros e a tolerarem com benevolência as fraquezas alheias. Este espírito de solidariedade leva-os a observar curiosas

formas de seguro mútuo, em casos de acidente ou de desgraça. No outono de 1946, quando as colheitas já estavam recolhidas, deu-se um incêndio em casa de um vizinho que, de um dia para o outro, se viu na mais completa miséria. *Al conseio* reuniu, e os *mordomos* ratearam por cada um, segundo as suas posses, o que deviam dar ao sinistrado. Os prejuízos calculados em 10.000\$00 (para eles o dinheiro tem um valor muito grande) foram pagos em grão, batata, feijão, feno, roupas, madeiras, dinheiro e ajuda no trabalho de reconstrução. Pode dizer-se que recebeu o que tinha perdido, e a sua vida continuou na mesma, como se nada tivesse sucedido<sup>20</sup>.

A unidade básica da estrutura social rionoresa não é propriamente a família nuclear, mas a casa, isto é, o conjunto de haveres que servem de sustento à família extensa. A casa deve ficar indivisa, pois só assim se mantém a família também indivisa, visto a casa ser a base de sustentação familiar.

Para que a casa se mantenha una, é necessário que só se case um dos filhos varões do casal. Quando o chefe de família começa a sentir-se velho, consente no casamento de um dos filhos, em geral o primogênito. Este continua a viver em casa dos pais com a mulher e os filhos. Os irmãos e irmãs mantêm-se celibatários e ajudam nos trabalhos do campo e da casa, com a exceção de alguma rapariga que tenha casado e viva com a família do marido. Desta maneira podem viver sob o mesmo teto três gerações: o chefe da família, com os irmãos e irmãs celibatários, e a mulher, os filhos do casal, a mulher de um destes e os respectivos filhos. Tal quadro raras vezes se apresenta tão completo, porque os casamentos são tardios e os filhos que sobrevivem não são muito numerosos. A partir da guerra de 1914-18 a influência do exterior, sobretudo como consequência do serviço militar obrigatório, quebrou a tradição, e alguns filhos não respeitaram os usos e costumes e constituíram família à parte. Isto deu como resultado surgirem várias famílias que não cabem dentro da organização de *al conseio*, que se baseia num número mais ou menos fixo de vizinhos, de acordo com a capacidade de produção de feno dos *Coutos*.

Se bem que Rio de Onor seja o caso mais típico, não faltam vestígios mais ou menos preservados desta tendência em muitas regiões do norte do país.

Ao analisarmos a organização das sociedades comunitárias atuais, encontramos possivelmente a raiz das várias formas de vida social peculiares ao norte de Portugal. Nas sociedades comunitárias mais puras, como Rio de Onor, nós temos ainda o sentimento de estarmos perante uma só família. Aliás, o clã proto-histórico devia basear-se na consangüinidade<sup>21</sup>, e os laços de parentesco que uniam todos os membros do clã são hoje os laços de fraternidade que unem os vizinhos de uma aldeia comunitária.

A pouco e pouco, como consequência do aumento demográfico, parte da propriedade coletiva, que servia de base ao clã proto-histórico, acabou por se fragmentar e dar lugar à propriedade individual. Este fenómeno foi sobretudo rápido e nítido nas regiões diretamente romanizadas. Nos recantos do nordeste do país, menos acessíveis e, portanto, mais preservados de influências estranhas, a evolução tem-se feito mais lentamente e representa um produto da própria evolução do organismo social, isto é, de dentro para fora, embora se não possa negar a importância de influência exterior.

No caso de Rio de Onor, estamos perante um curioso exemplo de transição, onde se observam duas fases nítidas. Por um lado a organização comunitária, que assenta em três tipos diferentes de terras comunais, que servem para dar coesão à comunidade e para lhe impor normas severas de disciplina, por outro lado as famílias extensas, que, sendo as células da comunidade, constituem já por si agregados independentes, cuja sobrevivência assenta na posse de bens de raiz próprios e transmissíveis. Por enquanto ainda não há conflito entre os interesses familiares e os interesses coletivos, porque a sábia organização equitativa e a preocupação de não deixar aumentar as famílias, mantendo o equilíbrio demográfico, o têm evitado. Porém, a não observância destas regras e o aparecimento de famílias marginais, que se tem verificado nos últimos decênios, dará o golpe de misericórdia na organização, como já tem sucedido noutras regiões espanholas vizinhas.

Êstes dois princípios que aqui observamos: primeiro, o de fraternidade viva com sentido de assistência mútua e cordialidade espontânea; segundo, a tendência a conservar a casa indivisa, como base do agregado familiar, vão-nos aparecer em muitas regiões do país sob formas atenuadas ou modificadas e chegam mesmo a dar uma certa feição a toda a vida social portuguesa<sup>22</sup>.

### *Morgadio*

A preocupação de não dividir a casa, isto é, aquilo a que se pode chamar o sistema de morgadio, mantém-se até hoje em várias regiões do país, apesar de a lei não reconhecer direitos de morgadio<sup>23</sup>.

Nas sociedades de tradição comunitária atuais, regra geral situadas em regiões serranas, com uma área reduzida de terras boas de cultura e extensões bravias de pastos comunais de gado miúdo, a coesão mantém-se graças à necessidade de aproveitamento das pastagens comuns. Nas regiões onde os bens comunais eram constituídos por solos férteis, a apropriação individualista do solo fez-se mais rapidamente, mesmo em regiões de criação de gados, como é o caso das Terras de Miranda<sup>24</sup>. A luta permanente das famílias pela posse de terras resulta de um sentimento comum a todos os que vivem de agricultura. Enquanto o pastoreio é a forma de economia predominante e a agricultura só existe subsidiária-

mente, para sustentação da família, a gula pelas terras está adormecida. Mas logo que se dá a mutação econômica e a agricultura se torna a atividade predominante, a ambição da terra não para.

Nalgumas províncias, como em Trás-os-Montes (Terra Fria), tal mutação começou a dar-se nos fins do século XIX, e daí para cá tem sido rápido o processo de apropriação individualista do solo, apesar de ainda existirem casos isolados, como Rio de Onor, onde se mantém viva a secular organização comunitária.

Uma vez constituída uma propriedade privada, a grande preocupação é aumentá-la e nunca deixá-la repartir. Nas regiões pobres e serranas, que se estendem do Soajo, pela Amarela e Gerês até ao Barroso e depois de atravessar a Veiga de Chaves se prolongam ao longo da fronteira pelo norte dos concelhos de Vinhais e de Bragança, são frequentes as soluções que descrevemos em relação a Rio de Onor; a liberdade de reprodução fica reduzida a um único filho varão de cada família, e os restantes membros do agregado familiar colaboram no amanho das terras e arranjos domésticos sem se multiplicarem. Este sistema duro explica-se pela dificuldade de expansão em regiões pobres, onde não há mais terras de pão a explorar. Noutras regiões serranas da Beira, como a Serra de Montemuro, não era raro encontrarem-se famílias com idéias místicas e avêssas ao matrimônio, o que contribuía igualmente para um certo equilíbrio demográfico.

Porém, em regiões com mais recursos, como no Barroso, no Minho e até na Maia, mesmo nos arredores da cidade do Porto, a tendência a manter a casa indivisa subsiste, mas as soluções são mais variadas.

No Barroso o pai escolhe um filho para seu sucessor e procura favorecer os outros encaminhando-os de preferência para a vida sacerdotal<sup>25</sup>, ou para profissões liberais, ou ajudando-os a emigrar. Não é caso raro que irmãos obrigados a perder os seus direitos sobre a terra continuem a ajudar o irmão lavrador e os sobrinhos, em vista ao engrandecimento da propriedade. Há exemplos de alguns filhos celibatários emigrarem para o Brasil, África, França ou Estados Unidos e daí ajudarem a consolidar a casa paterna. Outras vezes procuram constituir eles próprios uma família independente e vão enviando durante anos dinheiro para os parentes lhes irem comprando terrenos na terra natal. Quando atingem o objetivo desejado, regressam e dedicam-se à administração dos seus bens.

Nas terras da Maia, hoje fortemente influenciadas pela cidade do Porto, que estende até ela os seus tentáculos, e em franca via de industrialização, dá-se ainda o mesmo fenómeno. A casa de lavoura procura manter-se a todo o custo indivisa. Os filhos que não podem ficar senhores da casa, são ajudados pelos pais até conseguirem uma carreira liberal, ou uma situação no comércio ou na indústria. A emigração é também com frequência uma das soluções adotadas.

A tendência a manter indivisa a casa, só se refere à casa agrícola e não a outros bens de fortuna. Informaram-nos de que na Maia há famílias que, a par da antiga casa da lavoura, desenvolveram pequenas ou importantes indústrias, bem mais lucrativas do que a exploração da terra. Pois em alguns casos, o primogênito herdou a casa da lavoura, conforme a tradição, enquanto que os mais novos foram beneficiados, recebendo a fábrica muito mais valiosa.

A relação que existe entre a família e a casa da lavoura é ainda muito viva, e nos casos em que ela já não tem a importância econômica que teve para os antepassados, é ainda uma grande fonte de prestígio. Muitas famílias que vivem na cidade, onde têm posições importantes, não deixam de manter as suas antigas casas de lavoura, no Minho, em Trás-os-Montes ou na Beira, regra geral entregues a caseiros e onde só vão passar um curto período no verão. É freqüente ver a relação que existe entre a casa de campo e certas preocupações aristocráticas<sup>26</sup>. Por isso os cidadãos enriquecidos, e que procuram conquistar prestígio, adquirem quintas na província. É também uma preocupação de certos pais de tendências aristocráticas deixarem uma quinta a cada filho. Conheço algumas famílias no Porto, que fazem esforço enorme para que cada filho tenha a sua quinta no Minho.

Embora haja a idéia de que a quinta constitui sempre um refúgio e uma base de subsistência no caso de desastre financeiro ou de grande crise econômica, e não seja alheia à posse de quintas um certo fundo capitalista, pode-se dizer que o apêgo atávico à terra e o prestígio que lhe anda associado é o fator fundamental, pois o dinheiro colocado no comércio e na indústria rende mais do que na lavoura — sobretudo este tipo de lavoura rotineira, feita por caseiros.

É curioso observar-se que a unidade da casa de lavoura continua intimamente relacionada com a unidade familiar. Porém, enquanto que nas sociedades comunitárias a casa albergava a família extensa<sup>27</sup>, a família que daí resulta é aquilo a que podemos chamar a grande família patriarcal.

Esta luta pela posse de terras faz-se de duas maneiras: ou surribando terrenos incultos e conquistando novas terras para a agricultura, que até então eram maninhas, ou à custa dos menos hábeis e menos felizes, que foram obrigados a desfazer-se dos seus haveres.

Em muitas regiões os antigos proprietários são hoje caseiros, ou procuraram outras atividades para subsistir, enquanto que outros mais ativos e hábeis vão aumentando as suas terras. Em certas regiões, como aquelas que apontamos, o forte apêgo à terra tem evitado a grande divisão da propriedade que em certas regiões do Alto Minho se pulveriza de maneira confrangedora. Em algumas regiões, onde a tradição da apropriação individualista do solo é muito antiga e coincide com um enorme aumento demográfico, a propriedade atomizou-se de maneira extra-

ordinária. Nestas regiões, há por vêzes o costume de repartir por cada filho, não a propriedade, mas cada parcela que a constitui. Um pai com cinco campos e cinco filhos, pode deixar a cada um, uma quinta parte de cada campo. Isto tem trazido prejuízos enormes para a economia daquelas regiões, apesar do caráter equitativo que apresenta aos olhos abstratos do jurista.

Estas duas tendências determinam uma variedade enorme de tipos familiares, que vai desde a família nuclear do proletário agrícola sem bens de raiz, até ao pequeno e médio proprietário agricultor, cuja família se apóia firmemente na tradição patriarcal, ou ao grande proprietário absentista, cujas tendências patriarcais são ainda bastante nítidas.

Falamos na família patriarcal embora a importância social da mulher seja muito acentuada no Minho e em algumas regiões de outras províncias. Mas regra geral, o chefe da família é quem costuma pôr e dispor e a família acata respeitosamente as suas decisões.

A família grande patriarcal conserva as características da família extensa, quanto à manutenção da casa indivisa, mas os laços de parentesco complicam-se e alargam-se de maneira nova e desconhecida na sociedade comunitária. Na sociedade de feição fortemente comunitária, os laços que unem todos os membros da comunidade — os vizinhos — são tão fortes, que não se nota diferença de tratamento entre os parentes que não fazem parte da mesma casa e os outros vizinhos. Na realidade as sociedades comunitárias funcionam praticamente como uma só família. Porém, nas famílias patriarcais o caso é muito diferente. Nessas famílias grandes, além do agregado familiar propriamente dito, os criados, criadas, moços de lavoura e parentes próximos e afastados estão unidos por laços de estreita e íntima solidariedade. É certo que estes casos puros vão de dia para dia diminuindo, mas não faltam exemplos curiosos a atestar a sua vitalidade.

Mesmo nas maiores cidades, sobretudo do norte do país, são frequentes os casos de famílias grandes patriarcais, quer vivendo sob o mesmo teto, ou, sobretudo, mantendo laços estreitos apesar de habitarem casas independentes.

Conheço famílias no Porto, de pessoas de várias profissões e classes sociais que, quando os filhos casam, fazem pressão para que continuem a viver na casa dos pais. Embora a regra seja não haver conflitos e reinar aparentemente harmonia, o hábito de obediência ao chefe de família impede o desenvolvimento normal da vida dos novos casais, sobretudo quando estes são mais diferenciados pela educação do espírito. Outras vêzes, os pais abastados constroem várias casas juntas, e os novos casais com seus filhos mantêm permanente contacto entre si.

Nestas famílias há casos de criados serem considerados pessoas de família. Ainda este ano houve uma família em Coimbra que pôs luto por morte de uma criada. As criadas velhas vão ficando pela casa a

fingir que trabalham, e criadas novas vêm fazer o serviço que elas já não podem executar. Embora a carestia da vida vá tornando tais situações difíceis e cada vez mais raras, são ainda freqüentes as casas com 3 e 4 serviçais, podendo em casos raros ir mais além. Conheço casas onde filhos naturais das criadas foram educados à custa dos patrões e, até mesmo um caso, onde além da educação da filha da criada se fêz a do neto até a sua colocação.

As relações entre os membros da família são quase sempre muito íntimas e não raras vêzes exclusivas. Pais e filhos, irmãos e irmãs, tios e sobrinhos, primos e primas, formam rêdes apertadas e confusas, onde um estranho dificilmente penetra. Em muitas destas famílias os encontros são freqüentes. Nos aniversários de todos, do mais velho ao mais novo, reúne-se tôda a família e não raro algumas criadas de meninos. As festas principais do ano, Natal, Ano Novo, Páscoa, servem sempre de pretexto para encontros, que costumam ter como centro de atração a refeição. As pessoas costumam ser convidadas para almoçar, jantar ou tomar chá, e, à volta da mesa e de abundantes iguarias, decorre a festa de família, que depois se prolonga em longas conversas à volta da mesa, ou noutras salas, quando se trata de classes mais elevadas.

Nas férias é também freqüente encontrarem-se muitos parentes nos mesmos lugares. Ou vão passar todos temporadas nas quintas uns dos outros, que não raro são na mesma região ou pelo menos na mesma província, ou alugam todos casas na mesma praia. As senhoras e as crianças passam os dias juntos, indo os homens em geral à cidade tratar dos seus afazeres e regressando ao fim da tarde, quando se trata de gente do Porto, ou então ficam também com as famílias se são de outros pontos da província.

Esta tendência tão arraigada na gente do norte, a manter um grande agregado familiar e conservar-se fechada ao convívio de estranhos, tem impedido o desenvolvimento, próprio da nossa época, das casas com apartamento. Mesmo a cidade do Porto é tipicamente uma cidade onde as famílias costumam viver em casas independentes.

As relações sociais fora da família são raras. A maior parte dos homens têm as suas relações masculinas que encontram nos cafés, ou nos escritórios, mas as famílias não se dão. Mesmo os colegas de certos organismos superiores, inclusivamente os professôres universitários, embora sejam excelentes amigos, as famílias raras vêzes costumam visitar-se.

Até em Lisboa, apesar de uma vida mais cosmopolita e do hábito de viver em apartamento, ainda se observam vestígios destas formas de vida que imperam no norte.

O hábito de conviverem muito entre si, e de se fecharem bastante ao convívio com estranhos, tem como consequência os casamentos consanguíneos ou entre parentes por afinidade. Conheço uma família no Porto,

onde se casaram nestas condições nada menos do que dez pessoas da mesma geração.

Estas famílias costumam também ajudar-se na vida prática e nos negócios, chegando alguns a estender o seu poder a certos setores de atividade da cidade onde vivem, ou mesmo mais longe. O conceito de família é muito grande, e podem considerar-se parentes primos muito afastados, cujos laços de sangue já mal se compreendem.

### *Relações extra-familiares*

O compáprio também tem a sua importância e é uma maneira de pessoas de classe inferior conseguirem proteção de pessoas mais bem situadas. É freqüente a gente do campo pedir ao proprietário da quinta-senhorio para êle ou qualquer dos seus filhos lhe batizar um filho, ou tôda a prole. Eestreitam-se assim os laços entre as classes, e além de os padrinhos terem de dar folgar e presentes ao afilhado, têm ainda a obrigação moral de o ajudar mais tarde em quaisquer dificuldades, ou de lhe conseguir emprêgo, etc. Hoje o compáprio tem menos importância, mas restam vestígios sobretudo nas relações entre afilhados e padrinhos. Nas famílias mais abastadas os tios e tias são muitas vêzes padrinhos e é costume não só o afilhado, mas todos os irmãos dêste ficarem a chamar padrinho e madrinha aos tios que forem padrinhos de um dêles. Entre a gente da classe média e classe superior não é usual o chamamento de compadre e comadre; nas classes populares ainda é freqüente em algumas regiões do norte.

Entre as populações rurais do norte, onde se perdeu a tradição comunitária, ou onde não há vestígios dela, as relações entre vizinhos da mesma freguesia costumam ser cordiais. Além dos encontros na adro da igreja aos domingos, ou nos terreiros das festas e romarias, entre os habitantes de regiões cujo povoamento é disperso e, portanto, se não encontram cotidianamente, é ainda freqüente o costume de desempenharem muitos trabalhos em comum, por simples troca ou torna-geira. São bastantes os trabalhos do campo feitos por numerosos grupos de vizinhos, que não têm outra remuneração além de umas refeições melhoradas e a certeza de que os outros também irão ajudá-lo no dia em que êle os convoque para tal. Nas antigas vessadas com arados de rodas de pau, que exigiam várias juntas, não só vinham os vizinhos ajudar à lavrada, como ainda traziam o gado que fôsse necessário.

Êstes trabalhos feitos em comum são uma fonte de alegria, onde não faltam risos e descantes, de maneira que as pesadas tarefas se desempenham mais facilmente e mais depressa.

Se no meio dos trabalhadores estão alguns que não possuem bens, e vivem do aluguel dos seus braços — os chamados jornaleiros — está claro que recebem então o salário estipulado.



A persistência dêste auxílio mútuo, que se observa particularmente vivo nas comunidades semi-autárquicas de feição comunitária, mas também em regiões de propriedades grande e média, de tipo capitalista, como é o caso do Baixo Minho, mostra a vitalidade da tradição.

É certo que há vários fatores, entre êles o econômico, que contribuem para que tais costumes se mantenham. O fato de se tratar de populações rurais que dispõem de pouco dinheiro, mas onde não faltam os gêneros para alimentar grande número de pessoas é, de certo modo, uma das razões da manutenção do costume, mas não é menos importante o aspecto sócio-psicológico tão vincado nestas populações, sempre dispostas a conviver, folgar em comum e colaborar com o seu semelhante.

Tenho observado e registrado em segunda mão imensos casos demonstrativos da tendência da gente do povo para ajudar o seu semelhante em qualquer circunstância, sem pensar em remuneração. Mesmo amigos meus estrangeiros, a quem estas coisas chocam mais por inesperadas, me têm contado casos curiosos que atestam a vitalidade duma feição de espírito que é a pedra angular da sociedade comunitária e se não perdeu ainda em populações, onde predomina há muito a apropriação individualista do solo e até a exploração indireta da terra.

Deve dizer-se que durante muitas gerações as relações entre o proprietário da terra e o camponês que a agricultura — eram de tipo perfeitamente humano, quando não familiar. As gerações de proprietários e de caseiros sucediam-se e as rendas eram bastante maleáveis. Embora se fixasse um quantitativo, o senhorio perdoava tanto de pão e de feijão se o ano tinha sido demasiado sêco e a produção fôra baixa, ou ajudava em caso de doença, etc. Nestas circunstâncias a estima e o respeito mútuos eram o fundamental nas relações entre ambas as partes. Porém, as duas guerras permitiram que muita gente fizesse fortunas fáceis e muitos novos ricos ambiciosos de prestígio compraram quintas a antigos proprietários arruinados pelas grandes convulsões econômicas. Êstes novos proprietários quiseram impor a sua mentalidade capitalista nos contratos com os caseiros. Primeiro exigindo um juro proporcional ao capital que empregaram sem compreender que o rendimento da terra é baixo; segundo não querendo investir capitais em obras de fomento, por que gastavam por vêzes grossas somas nas construções de prédios, portões e muros para satisfação da vaidade. Êstes casos contribuem para que as antigas relações não tenham o mesmo caráter familiar em muitas regiões, embora noutras ainda se vá mantendo e agüentando, apesar das tendências gerais de nossos dias.

Esta gente do noroeste é regra geral mais alegre, muito dada à música, ao canto e à dança, e bastante amiga de arraiais e romarias. A diferença social entre homem e mulher não é grande, embora haja diferenças locais importantes. No Minho a mulher faz grande parte dos trabalhos de campo, chegando a lavrar mesmo a terra e a malhar o milho. Nas pequenas vilas e cidades ela também pode gerir os negócios da famí-

lia. A mulher faz grandes caminhadas a pé, de carroça ou nos transportes coletivos, para ir comprar ou vender. No caminho pode parar para entrar numa taberna, onde manda deitar um copo de vinho, para acompanhar o naco de broa e a sardinha assada que traz consigo para merenda.

No Beira Litoral e Douro Litoral observa-se o mesmo, mas em Trás-os-Montes e partes da Beira já predomina o homem nos trabalhos de campo e na atividade comercial, embora a mulher colabore mais ou menos, conforme os usos da terra e a necessidade.

Esta mulher, capaz de enfrentar tôdas as eventualidades da vida, com coragem e alegria, liberta o homem para outras atividades, e é assim que nós o vemos emigrar periòdicamente para o Porto e Lisboa como trabalhador; sobretudo pedreiro, trôlha e pintor; ou a longo prazo, ou definitivamente para o estrangeiro.

Enquanto que na classe popular as diferenças sociais e culturais entre homem e mulher são pouco acentuadas, na classe média existe diferença enorme. Pode mesmo falar-se com propriedade de uma cultura masculina e de uma cultura feminina.

Ao contrário da vida do campo, onde rapazes e raparigas brincam e trabalham juntos até a idade adulta, na cidade a separação dos sexos é muito acentuada. Hoje em dia essa separação vai sendo um pouco menor, porque já há muitas raparigas que estudam ou se empregam.

Apesar dessa mutação enorme dos costumes da classe média, está-se nitidamente numa fase de transição entre os velhos hábitos tradicionais e as tendências que resultam da vida moderna. Na geração mais antiga, a separação entre os interesses do homem e da mulher era muito grande e quase geral. A mulher educada em família, depois de ter frequentado a instrução primária e pouco mais, especializava-se em labores, trabalhos domésticos e culinária. A sua educação exclusivamente visava a vida doméstica e um dos cuidados da família e dela própria era arranjar casamento. A pouca convivência limitava bastante o campo de escolha, mas as famílias procuravam levar as filhas no verão a certos lugares, prais, termas, etc., onde era possível surgir um pretendente.

Uma vez começado o namôro, se êste não era da família, os encontros faziam-se de noite da rua para a janela. Em casos raros — pais condescendentes, e janelas com grades — o namôro podia fazer-se nas janelas do rez-do-chão, do contrário namorava-se da rua para o primeiro ou segundo andares. Estes namoros ainda freqüentes há uns 20 anos estão hoje em nítido recuo, se bem que ainda haja alguns casos.

Se a rapariga por qualquer circunstância não casava, continuava a viver com os pais e por morte dêstes ficava a cargo de um irmão ou de qualquer parente. Só no caso de herdar uma fortuna que lhe desse independência, podia pensar em fazer vida própria, o que era muito raro, a não ser quando se tratava de várias irmãs, ou irmãos, que faziam vida todos juntos.

Não tendo fortuna era sabido que a família tinha de aguentar com o encargo. Esta tia<sup>28</sup> procurava ajudar nos trabalhos domésticos, penteava a roupa, olhava pelos meninos pequenos, esforçando-se por não ser pesada. Mas só em casos extremamente raros é que poderia surgir a necessidade de procurar um emprêgo fora de casa. Ainda hoje, para muitas famílias, a necessidade de empregar uma parente é considerada como um vexame. Há uns dois ou três anos, na cidade do Porto, um industrial que tem um parente ao seu serviço, fêz pressão para êste convencer a filha solteirona a abandonar um emprêgo, onde se sentia feliz, dizendo que não lhe ficava bem ter uma prima empregada<sup>29</sup>.

Nestas condições o cuidado de casar as filhas é uma grande preocupação dos pais, sobretudo da mãe. Uma senhora, dona de uma quinta nos arredores de Guimarães, dizia-me uma vez: — Felizmente empreguei muito bem as minhas filhas, são muito felizes com os seus maridos. Vemos aqui como empregar aparece no sentido de casar, tendo bem patente o aspecto econômico da questão.

Como disse, estamos numa fase de transição. Hoje os pais procuram dar uma carreira às filhas, a fim de as tornar independentes. O hábito de sair para freqüentar as aulas ou ir ao emprêgo deu mais desenvoltura às mulheres, que antigamente nunca saíam sem ser acompanhadas. Porém, nota-se a dificuldade de se libertarem dos padrões tradicionais. Nas Universidades, por exemplo, os rapazes e as raparigas tendem a formar grupos à parte e quando um rapaz e uma rapariga se começam a dar mais, é raro que essas relações se não transformem em namôro<sup>30</sup>. Não sabem conviver como camaradas, indiferentes ao sexo, como sucede em muitas regiões da Europa.

Nos cafés os homens continuam a constituir a maioria esmagadora e mesmo nos cinemas êles estão em grande maioria. Só nas casas de chá, que últimamente vão sendo mais numerosas, predominam as mulheres, embora o sexo forte não deixe de se fazer representar.

Nas casas de família, também sucede que, depois das refeições, os homens e as mulheres constituam dois grupos à parte, cada um discutindo assuntos diversos, conforme os seus interêsses.

Esta separação dos sexos, que a pouco e pouco se vai atenuando, relaciona-se com a concepção de amor absoluto em geral partilhado por ambas as partes. Esta concepção de amor absoluto refere-se sobretudo à mulher. Uma rapariga que tenha tido um namôro longo e sério, que por qualquer razão se rompeu, já pode ter dificuldade em casar, por mais irrepreensível que tenha sido a sua conduta. Se esta conduta não é irrepreensível, então as probabilidades de casar serão muito diminutas.

Uma tal concepção de amor torna o homem ciumento e em certos casos desconfiado. Contudo as raparigas, bem integradas nos padrões gerais da sociedade, dão poucos motivos de preocupação e são muito seguras na sua conduta, que desde tenra infância lhes é inculcada pelas mães.

Na gente do povo tôdas estas formas de comportamento se encontram grandemente atenuadas, por diferentes condições de vida, embora algumas existam em potência e possam mesmo passar a ato. Mas a forte dose de bom senso do camponês nortenho impede quase sempre que a vida descambe em excessos ou exageros, assim como é mais tolerante para qualquer fraqueza.

## NOTAS

(1) Jorge Dias, "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa" in "Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies", 1950. Washington, 1953.

(2) É de fato notável a resistência que o povo português opõe à força niveladora que resulta da industrialização e da mecanização. O cinema e a facilidade de transporte que põem povos muito diversos em contacto, não têm afetado profundamente as classes que mais diretamente se beneficiam desses aspectos da civilização moderna. As pessoas vêem estrangeiros, vêem films, mas no fundo os tomam como pura ficção e não formas de vida. Podem adotar peças de vestuário, gestos, etc., mas é tudo exterior e formal. As necessidades profundas que determinam essas formas exteriores escapam-lhes quase que inteiramente. Contudo, a pouco e pouco, a grande corrente que passa vai transformando não só as margens, mas também o leito e o curso do rio.

(3) De fato a família extensa, no sentido rigoroso da palavra, só existe entre nós quando aquela se encontra diretamente vinculada à terra de seus antepassados e da qual tira o sustento.

(4) Vários autores têm verificado esta diferença de religiosidade entre o norte e o sul, chegando alguns a atribuí-la a diferenças raciais. Quanto a mim, as razões de ordem econômico-social são mais importantes do que as possíveis diferenças de tradição cultural; já para não falar na diferenciação racial, que é absurda.

(5) É evidente que a um quadro natural, agrário e econômico, tão diverso, devia corresponder uma estrutura social diferente daquela que apresenta o norte.

(6) Este inquérito iniciado por mim, Fernando Galhamo e Mariano Feio, foi feito por sugestão deste último, que depois o completou e continuou noutras aldeias alentejanas, mas ainda não foi publicado.

(7) Não foi um inquérito sistemático, mas fizemos as mesmas perguntas a muitos rapazes de várias regiões do Baixo Alentejo, e a resposta sempre foi do mesmo tipo.

(8) Ver Paul Descamps, *Le Portugal, la vie sociale actuelle*. Paris, 1935, pág. 193.

(9) Além das minhas observações pessoais, confirmam esta opinião Paul Descamps, *ob. cit.*, pág. 192-193 e José da Silva Picão, *Através dos Campos*, (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa, 1947, págs. 143-144.

(10) A importância do campadrio no norte de Portugal é bastante grande, contudo não conheço casos tão complexos como os descritos por

Picão na região de Elvas. Embora a emigração alentejana para o Brasil tenha sido insignificante nas últimas gerações, não sabemos se no período colonial não teria havido senhores alentejanos que tivessem levado para o norte do Brasil homens da sua região para trabalharem nas roças e fazendas.

(11) Naturalmente que não tomo aqui a expressão matriarcado no sentido rigoroso da palavra. Quero simplesmente referir-me a um certo número de práticas que são manifestações de superioridade social da mulher, ou revelam analogias com formas de cultura fortemente influenciadas pela mulher.

(12) Paul Descamps, ob. cit., págs. 191-192.

(13) José da Silva Picão, ob. cit., págs. 135-137.

(14) Paul Descamps, ob. cit., pág. 192.

(15) José da Silva Picão, ob. cit., págs. 92-93.

(16) Bronislaw Malinowski, *La vie sexuelle des sauvages du nord-ouest de la Mélanésie*. Paris. Payot, 1930, págs. 263-265. É claro que a semelhança só existe num plano vago de tendências e não no das realizações brutais.

(17) A tendência geral do habitante do norte é a de emigrar para fazer dinheiro e regressar à sua terra natal. Depois as circunstâncias modificam por vezes os planos iniciais. Porém, o algarvio emigra com frequência a título definitivo. — Ver Paul Descamps, ob. cit., pág. 179.

(18) Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1948.

(19) Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1953.

(20) Jorge Dias, *Rio de Onor, cit.*, pags. 160-161.

(21) Joaquim de Carvalho, *A cultura castreja, sua interpretação sociológica*, separata do n.º 99 da *Rev. do Ocidente*, de julho de 1946, pág. 17.

(22) A nação portuguesa tem muito o carácter de uma grande família. Aquêles que viajou bastante nota a maneira natural e espontânea com que qualquer português se dirige a outro completamente desconhecido, se sabe ser português. Consideram-se todos como sendo da mesma grande família, coisa desconhecida entre muitos outros povos.

(23) Esta mesma tendência foi muito freqüente noutras regiões da Europa e não representa uma particularidade portuguesa.

(24) Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes*. Coimbra, 1932, págs. 158-159.

(25) Daqui o dito corrente no Barroso: "Não há casa boa, sem gado nem c'roa" (coroa, por padre).

(26) Em muitas regiões, sobretudo no Minho, a gente do campo chama fidalgo (filho de algo) ao proprietário de terras, sobretudo ao que vive na cidade.

(27) As designações de família extensa, assim como de família nuclear adotamo-las do trabalho de George Peter Murdock, "*Social Structure*". New York, 1949. Por me parecerem as mais claras e de valor geral.

(28) Ainda hoje se diz *ficar para tia*, quando qualquer rapariga não casa.

(29) Aliás isto era assim em relação aos homens há coisa de um século. Trabalhar era uma coisa infamante. Na gente do campo ainda hoje perdura esta opinião em relação aos chamados fidalgos. Para o camponês o fidalgo é um senhor que não precisa de trabalhar — é certo que o camponês não considera trabalho o que não for feito com o corpo. Mas ainda há hoje, na provincia, pequenos proprietários, que vivem quase pior que os seus caseiros, mas que se não sujeitam a trabalhar por uma questão de prestígio. Em certas regiões de Espanha êste fenómeno encontra-se ainda mais exagerado do que em Portugal.

(30) O mesmo succede em Espanha, e também como lá existe hoje o hábito desagradável de andar de braço dado, em sinal de apropriação.

## TRABALHOS COLETIVOS GRATUITOS E RECÍPROCOS EM PORTUGAL E NO BRASIL \*

*Ernesto Veiga de Oliveira*

(Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto)

Numa comunicação feita à Cnfl.<sup>1</sup>, José Jambo da Costa, falando do *motirão* ou *potirão*, que define como um ajuntamento de vizinhos, geralmente homens, mas às vêzes também mulheres, que se prestam ajuda mútua na realização de certos trabalhos comuns — apanha de café, capina de roça, derruba de mato, levantamento de casa, e até, no norte amazônico, determinadas fainas de pescaria —, findos os quais tem lugar uma pequena festa, compara o costume brasileiro, que considera de origem indígena e próprio dos ameríndios<sup>2</sup>, com outras formas de serviços coletivos que, por razões de convergência, ocorrem em vários pontos da Europa, Ásia e África, nomeadamente na China, com a colheita do arroz, em França, com as *cuiseries de pomme*, as *éruseries de chanvre*, e os *filouas*, e também em Portugal, algumas vêzes, com as vindimas. E menciona os *motirões* a que assistiu em Conservatória, no Município de Valença e Estado do Rio de Janeiro, em que os colonos vinham trabalhar graciosamente não só para outros colonos, mas também para os fazendeiros, e em que os proprietários ofereciam, nas refeições do dia, comida farta e convidativa — cabrito, porco, galinha, peru e vitela, e vinho e cachaça —, e que, no final, metiam cantorias e bailados “dos mais variados”; os *pinchuruns*, *puxirões* ou *pixurões* do Rio Grande do Sul, para as derrubadas, com a refeição de porco ou leitão, pato ou galinha, e que rematavam com o *fandango* e mais danças; e ainda os *muchirões* ou *mutirões* de São Paulo, os *motirões* do Centro, e os *putiruns* do norte amazônico, que se devem todos assemelhar aos descritos.

Pelo seu lado, Emílio Willems, analisando o *mutirão* de Cunha<sup>3</sup>, como forma essencial e complexa de cooperação vicinal, que constitui uma atividade agrícola relacionada com as lavouras básicas da região — milho e feijão — e tem normalmente como objeto a limpa e relimpa de roças e pastagens, e também a construção e conservação de caminhos e barreamento de casas, caracteriza-o fundamentalmente pela sua obediência ao princípio da *reciprocidade social*, que faz as vêzes da remu-

---

\* — Comunicação ao II Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo, 12-18 de setembro de 1954.

neração pecuniária, e que domina de igual modo as outras formas, mais simples, da "vizinhança"; no *mutirão*, porém, ela apresenta-se sob o duplo aspecto de *reciprocidade instantânea*, que se efetiva, por parte do "dono", com o fornecimento das refeições do dia àqueles que o auxiliaram no trabalho, e *reciprocidade adiada*, que se traduz na sua obrigação de, na devida altura, retribuir por seu turno, a favor dêstes e de maneira idêntica, os serviços agora a êle prestados. Contudo, e além da gratuidade, reciprocidade, e caráter agrícola, distinguimos ainda no *mutirão* de Cunha, através da sua descrição, e como seus elementos constitutivos secundários, o "convite" do "dono", a comida melhorada, que parece consistir em certos pratos "obrigatórios" fixados tradicional ou convencionalmente, a festa final, com cantos e danças, e também a emulação entre os participantes no decorrer do trabalho, e a idéia de importância social do "dono" em função da magnitude do *mutirão*, que é patente no orgulho com que êle fala no avultado número de homens que lhe são necessários para a realização do serviço.

O mesmo autor, considerando que as aludidas lavouras requerem duas limpas e que a extensão dos milharais não permite que êles sejam carpidos pela família dos sitiantes ou pelos agregados de que êles geralmente dispõem, conclui que o *mutirão* está ligado à própria organização social da terra, que deixaria de existir na sua presente forma se êle desaparecesse.

Entre nós, as manifestações de solidariedade e cooperação vicinais, que, como o *mutirão*, se apresentam sob a forma de trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos, são muito abundantes e variadas, não se limitando às vindimas, como parece supor José Jambo da Costa; como aquêle — e a par das razões e motivações econômicas e sociais subjacentes que as justificam e sustentam —, elas são afirmações mais ou menos diretas da unidade constitucional do agregado local, em que é presente o sentimento de coesão e a força dos laços que ligam entre si os seus componentes, e que derivam dessa unidade.

Tal sentimento, por sua vez, é uma força viva que traduz uma realidade histórica: podemos afirmar que, como sua expressão, aquelas manifestações constituem, em vestígios fragmentários, sobrevivências de diversas organizações e sistemas comunitários ou coletivistas primitivos, de feição pastoril ou agrária, que assentavam num conceito de propriedade territorial comum ou coletiva, em certos casos ainda parcialmente subsistente, apresentando de resto, para lá dêsse traço semelhante, grandes diferenciações regionais, que postulam uma evolução a partir de origens multiformes, e condicionada por influências e circunstâncias peculiares a cada zona<sup>4</sup>. Veremos que, de norte a sul do país, a cada passo êsse sentimento, embora diversamente caracterizado, aflora expressa ou tácitamente em muitos aspectos da vida do povo.



Distinguiremos e consideraremos separadamente as zonas serranas, elas próprias já diferenciadas entre si, e as terras baixas, que se estendem desde a Ribeira minhota até ao Tejo. Na terra quente transmontana, e no Alto-Douro vinícola e Alentejo, onde predomina a grande propriedade capitalista, geralmente explorada pelos proprietários com pessoal assalariado, muitas vezes vindo de fora, em migrações periódicas contratadas, as velhas formas tradicionais tendem a desaparecer e a solidariedade vicinal não tem sentido.

Na Serra, de um modo geral, aquêlê sentimento e a primitiva unidade do grupo que está na sua base, afirmam-se sobretudo como vestígios de organizações comunitárias de tipo pastoril ou agro-pastoril. Ao norte do Douro, por exemplo, e em especial na faixa montanhosa raiana que vai das terras frias bragançanas até aos montes de Castro Laboreiro, os trabalhos conjuntos que obedecem aos princípios da reciprocidade e gratuidade são inúmeros, mas não se destacam nitidamente do conjunto funcional das instituições e atividades locais, e não se caracterizam por isso direta e restritamente; o que aí sobreleva poderosamente é êsse conjunto global do grupo, que se atualiza expressamente numa organização especial e própria, e aparece ligado à idéia da posse comunitária da terra — ambos derivados de formas econômico-sociais primitivas daquela natureza, que, muito preservadas no seu arcaísmo pela ação da montanha, sobrevivem com grande pureza<sup>5</sup>, apoiadas num sentido solidário de fundo afetivo, que a própria razão geográfica do isolamento estimula. Assim, ao lado dos pastos e rebanhos comuns — as “vezeiras” —, que constituem o elemento econômico fundamental, encontramos as “juntas” ou “conselhos”, compostos de representantes de tôdas as casas da povoação, às vezes mesmo mulheres, quando a casa não tem homem, e que se reúnem periódica ou ocasionalmente ao toque do sino ou da buzina, para resolução de assuntos importantes ou de interêsse comum — construção ou compostura de caminhos, da igreja, de pontes, muros, ou edifícios do povo, distribuição de trabalhos agrícolas em que se impõe ou é conveniente uma ação conjunta: segadas, vindimas, roçadas, etc., batidas aos lobos, etc. — e também para aplicação de castigos e multas aos infratores das normas consuetudinárias e das deliberações do “ajunto”, nomeadamente aos que não comparecem às reuniões e aos que, em prejuízo dos demais, não respeitam a “coutagem” das terras comunais na época própria, ou metem na “vezeira” mais gado do que aquêlê que lhes cabe<sup>6</sup>. Em tôda essa zona abundam os moinhos, fornos, lagares e até forjas do povo, pertença de todos e que todos podem utilizar segundo regimes diversos estabelecidos pelas “juntas” de acôrdo com a tradição local e com certos princípios elementares de equidade, e cujas reparações estão a cargo da coletividade; hoje, por vezes, essas instalações são já propriedade particular, mas é freqüente apesar disso manter-se o regime comunitário na sua utilização: em Moimenta de Vinhais, por exemplo, os moinhos e fornos

são “de herdeiros”, mas todos os vizinhos os utilizam, sem terem de pagar qualquer maquia ou poia, e as decisões que lhes dizem respeito são tomadas no “ajunto” do “conselho”, a quem compete também velar pela sua conservação.

Êstes costumes, que representam uma tradição multissecular e são ainda o estatuto de numerosos núcleos de população, que o povo acata e a própria lei por vêzes sanciona e ratifica expressamente<sup>7</sup>, encontram a sua forma mais perfeita e complexa nas organizações comunitárias das povoações de Vilarinho da Furna, na Serra Amarela, e, principalmente, de Rio de Onor, perdida nos confins da fronteira com a Espanha, ao norte de Bragança<sup>8</sup>. Nesses dois casos não se trata de relíquias inertes ou simples vestígios, mas da sobrevivência completa de uma remota célula político-social muito forte, duma artarcia quase integral, com realidade funcional que se adapta às circunstâncias novas e às emergências que surgem, dispondo de poderes judiciais e policiais elementares adequados que permitem a sua ação, e onde impera um velho regime econômico comunitarista, de feição agro-pastoril, assente numa importante propriedade comum e numa organização social e familiar especiais, indispensáveis ao equilíbrio do grupo, que parece provir dos sistemas coletivistas pré-celtas, vaceus e castrejos, que sobrevivem com esta evidência devido certamente, e uma vez mais, às condições geográficas da região, combinadas com fatores históricos e psicológicos<sup>9</sup>; e ela própria, na sua totalidade, constitui uma afirmação excepcionalmente vigorosa do espírito de unidade e solidariedade locais.

Para o sul do Douro, e embora rareando progressivamente e apresentando características estruturais mais atenuadas e totalmente diversas das que atrás descrevemos, encontramos outras instituições que representam sobrevivências semelhantes: os regimes dos rebanhos comuns do Montemuro — as “vigias” —, e da Estrêla e Louzã, e ainda, em mais um aspecto diferente, os restos de compáscuo que perduram nos montes de além-Guadiana e em algumas serras algarvias. Contudo, como dissemos, os direitos de utilização de baldios no regime das “vezeiras” da Amarela e Gerez, a “boiada” e a organização rígida de Rio de Onor, as “brandas” e “inverneiras” de Castro Laboreiro, e outras instituições do Barroso e Miranda, as “vigias” do Montemuro, e os restos de compáscuo do sul, constituem ordens diversas de fatos, “meramente associados pela analogia que lhes confere o traço econômico comum do aproveitamento de bens comunais”<sup>10</sup>, mas que podem ter origens diferentes.

Nas terras baixas, porém, as condições sociais e econômicas, em geral, são radicalmente diversas das que vimos na Serra: regiões mais fáceis, varridas de múltiplas invasões e abertas a tôdas as imigrações e influências, aí a desintegração do espírito unitário e solidário, e os progressos do individualismo, foram mais rápidos, e já nenhuns vestígios

orgânicos subsistem de regimes ancestrais que consignem expressamente a idéia de comunidade territorial local; pelo contrário, trata-se por excelência da área da propriedade média em que a apropriação do solo, a partir da *villa romana*, assumiu um caráter exclusivamente individual<sup>11</sup>, e é mesmo, em geral, de exploração indireta, por arrendamento a caseiros, e, muitas vezes, capitalista. Apesar disso, e com incidência peculiar em certas partes da província minhota, para lá das condições presentes, são abundantes as manifestações em que se afirma aquêlê sentido unitário do grupo, sob a forma de prestações de serviços rurais por parte da vizinhança em conjunto — os trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos —, que também como vestígios, aqui dispersos e difusos, que subsistem tenazmente a despeito da sua incongruência no meio das demais instituições vigentes — numa afirmação que por isso mesmo é ainda mais significativa —, parecem por sua vez provir e representar sobrevivências das velhas organizações coletivas de tipo rural que outrora vigoraram na região<sup>12</sup>, e que nada têm de comum com as demais que atrás mencionamos. De fato, naqueles casos, e aqui, como na Serra, embora noutro sentido, os habitantes da localidade, em maior ou menor número, que normalmente trabalham só para si, isolados economicamente no seu egoísmo individualista, despertam à consciência que os liga por fundos laços solidários, e comportam-se nesses atos como se o grupo constituísse ainda uma unidade coerente, com realidade histórica e efetiva; é certo que essa unidade funciona à vez em benefício pessoal exclusivo de cada um dos detentores da terra, proprietários ou arrendatários; mas no conjunto final das permutas realizou-se uma unidade coletiva de trabalhos, combinando-se caracteres da economia individualista e coletivista, como se a terra, de certo modo, fôsse momentaneamente ainda de todos, e como se o velho espírito comunalista ainda dominasse os interesses privados. E é precisamente nessa zona, de resto, que tais manifestações nos aparecem mais numerosas e mais nitidamente caracterizadas, pela sua própria estrutura e pelo contraste que estabelecem com o resto das instituições em que se molda a atividade habitual da sua gente; elas verificam-se nas fainas rurais que exigem grande número de braços ao mesmo tempo, ou de cabeças de gado — sachas, ceifas, malhas, esfolhadas, “arrigas” ou “arrigadas”, ripadas e espadeladas do linho, vindimas, e também em certas partes, “carradas” de pedras ou mato, etc. —, que por essa razão o proprietário não pode realizar com o único auxílio dos seus trabalhadores habituais, família ou raros moços assalariados: e obedecem ao sistema de permuta chamado, conforme os lugares, de “rogas”, “tornas”, “a trôco”, ou “de torna geira”, que, todos, exprimem a categoria econômica da reciprocidade<sup>13</sup>.

Assim, ao sul do Douro, por exemplo em Válega, na região de Ovar, encontra-se o sistema das “tornas” nas malhas do milho; e na Murtosa, junto a Estarreja, nas ceifas do azevém, que ali sementam em tôdas as ter-

ras, numa vasta extensão. Em Souto da Branca, no concelho de Albergaria-a-Velha, as “desfolhadas” do milho, as “arrigadas” ou arrancadas do linho, e as ripadas e espadeladas são igualmente feitas pelo sistema da ajuda coletiva gratuita e recíproca; nas “desfolhadas”, que têm lugar à noite e se sucedem umas às outras, aparecem a meio da reunião rapazes cobertos com um gabão — os “serandeiros” — que correm as diferentes casas onde há festa, e intrigam os presentes, a quem dão a cheirar maçãs ou mangericos — e às vezes, por travessura, ortigas —, que levam consigo, sem, até ao fim, se darem a conhecer; as “arrigadas” do linho, que, em relação a cada campo, se fazem no mesmo dia que as correspondentes ripadas — estas, pelo grupo dos rapazes, e aquelas, pelo das raparigas —, são outros exemplos de trabalhos da mesma categoria, que também têm carácter festivo especial: cada grupo por sexos tem a sua bandeira de côres, de pano ou papel, de que o outro procura apoderar-se e que todos defendem, no meio de grandes brincadeiras, com foguetório e dança; o mesmo se pode ainda dizer das “espadeladas” também do linho, que, de acôrdo com a regra, são ali mais um trabalho coletivo gratuito e recíproco, mas só de mulheres, e pretexto para folganças específicas: dentro do seu cortiço de espadelar, cada rapariga leva a sua maçã, que, quando aparecem os costumados “serandeiros”, atira àquele que julga reconhecer ou é seu namorado; se êle a come, é sinal que ela acertou ou que êle aceita o desafio, e passa a noite a conversar com ela; no fim do trabalho, os “serandeiros” desmascaram-se, e o “dono” da espadelada dá a ceia.

Ao norte do Douro, em Macieira da Maia, perto de Vila do Conde, encontramos outros exemplos do mesmo tipo de trabalhos nas segadas do trigo e centeio, nas esfolhadas do milho, nas malhas, agora raras, destronadas pelos processos mecânicos que se vão generalizando, e que, para o milho, se faziam à noite, intervindo nelas os moços de lavoura mais afamados, e ainda nas espadeladas do linho; nas segadas, o lavrador convida as pessoas que julga necessárias — geralmente vinte a trinta homens —, a cada um dos quais compete a sega de uma “margem”; o “moço do govêrno” ou o “maior”, da casa, inicia o trabalho, pela primeira “margem”<sup>14</sup>, e só depois de êle ter algum avanço é que o seguinte entra e assim sucessivamente, para que todo o cereal segado tombe para o mesmo lado, e se vá sobrepondo ao da margem anterior; entre os segadores é freqüente ter lugar uma verdadeira competição, a ver quem maneja a foice com maior rapidez; quando algum se atrasa em relação ao próximo vizinho, tem de trocar de “margem” com êste, quando é por êle alcançado, para a sega poder continuar sem estôrvo. O lavrador dá a comida — uma caldeirada de sardinhas ou bacalhau, com pão e vinho, que às vezes, se a segada é pequena e acaba cedo, se reduz a uma merenda; mas antes da ceia, e quando a sega finda, espeta-se no meio do campo um ramo de loureiro enfeitado com flôres, a que se chama o “ramo de obra”. A refeição tem lugar ao ar livre, a menos que o trabalho tenha

terminado com noite, porque então come-se dentro de casa; e depois, os segadores, de regresso à aldeia, vêm numa rusga pelos caminhos, cantando cantigas próprias da ocasião, que todos conhecem, e que enchem o silêncio da tarde. No dia seguinte, depois que a gente da casa amarrou o trigo aos molhos e o levou para o alpendre, as crianças e os vizinhos podem ir buscar, para si, as espigas que escaparam à sega; e diz-se que a primeira apanha é para o lavrador, e a outra é para o povo. Nas esfolhadas do milho, observa-se o mesmo sistema: o lavrador convida quem entende, para lhe fazerem o serviço, e oferece um “beberete” de vinho com pão e sardinhas; e como o trabalho é leve, canta-se e brinca-se, e quem descamisa um “milho-rei”, pode abraçar tôda a gente.

É porém no Minho que os acontecimentos desta natureza se apresentam em maior número, e com maior variedade e riqueza de detalhes, e onde o seu aspecto festivo tem maior brilho e mais sensivelmente revela o seu sentido lúdico e mítico. Eles verificam-se praticamente em relação a todos os serviços de vulto, e essa freqüência sistemática parece na verdade indigitá-los como vestígios de velhos regimes coletivistas que ali teriam existido, ou aflorações do espírito de colaboração e associação que os enformou e era próprio dos povos que ali habitaram, e que ainda subsiste, por isso, na gente da terra, subsumido debaixo da mentalidade criada pela apropriação individualista do solo. De fato, pode dizer-se que, ao longo de tôda a quadra estival, os trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos sucedem-se no Minho ininterruptamente, e cada um dêles é uma festa local; e, pelo interêsse especial que merecem, é sobre êles que incidirá particularmente o nosso estudo.

Em Santo Tirso de Prazins, perto de Guimarães, por exemplo, êstes trabalhos têm uma larguíssima difusão. É com o concurso gratuito de todos os vizinhos e pelo sistema de reciprocidade, que, de acôrdo com certos preceitos tradicionais, se realizam ali as vindimas, as esfolhadas, as espadeladas, etc., e ainda as “fiadas” do linho, onde o costume geral apresenta um aspecto particular. O tipo corrente de apropriação, na região, é a propriedade média, arrendada a caseiros, que exploram a terra mediante a entrega duma renda em cereal e a partilha dos outros produtos do solo; por isso, quem aí faz as “rogas” são os caseiros; mas como grande parte destas fainas tem lugar na época em que os proprietários se encontram nas suas casas, é costume aquêles pedirem autorização aos “senhores” para se realizar, no fim, a “festa” que remata o dia. Para as vindimas, em resposta às “rogas” do caseiro, aparecem outros caseiros, criados de lavoura, e também mulheres, que, todos, vêm trabalhar “a trôco”. As vindimas geralmente exigem à volta de quarenta pessoas, mas às vêzes êste número sobe até sessenta e mais; os “patrões” — que são os caseiros — preferem pouca gente, para melhor poderem vigiar como corre o trabalho: as mulheres habitualmente são diligentes, mas os homens “puxam para trás” e o caseiro, se tem de intervir, assume

um tom de chalaça para os repreender, porque se trata de trabalhos graciosos. Antes de se começar, o “patrão” dá aos que estão presentes o caldo e a broa habituais da manhã, sem vinho; mas pouco depois de começar o trabalho, êste é servido. Como na região predomina a vinha de ramada ou “de enforcado”, a apanha das uvas faz-se no alto de escadas, e só compete aos homens, que deitam o fruto em pequenas cestas que têm consigo, e que, depois de cheias, baixam até ao chão, prêsas a compridos paus; as mulheres e raparigas novas, que circulam em baixo, por entre as escadas, despejam essas cestas para os grandes cestos vindimeiros, que, também depois de cheios por sua vez, “acarrejam” ou “acarretam” para o lagar. A verdadeira manifestação de bric, por parte dos homens, consiste em terem as suas cestas cheias sem darem as raparigas tempo de transportarem e despejarem o seu, sem se fazerem esperar; então berram: “Carro! Carro!”, que é a máxima vergonha para elas; a chamada vulgar, sem intuito vexatório apesar da sua insistência frenética, é: “Torna, torna, torna, torna, torna!”, numa gritaria velocíssima. As mulheres de idade — que muitas vêzes são pagas — e as crianças pequenas apanham os bagos do chão, e no lagar estão rapazitos novos, munidos de engaços, que recolhem as folhas que vêm com as uvas. O caseiro não trabalha; superintende, vigia, olha por tudo e por todos, e ajuda onde é necessário. Por volta das duas horas tem lugar a primeira refeição, que consta de sopa e dois “comeres”, vinho à discrição e muito abundante, e a broa especial das vindimas, feita com mistura de milho e milho alvo cultivado especialmente para êsse fim. Entre as duas refeições, e conforme o tempo que a vindima dura, serve-se vinho várias vêzes — sempre que os homens o reclamem, batendo com o pau em que penduram as suas cestas nas escadas em que se encontram, sem articularem palavra, mas soltando um prolongado ronco. O calor, a sêde, o pó, a embriaguês da época, do trabalho, do vinho, e do acontecimento, transformam a tarefa numa estranha cerimônia, de plenitude, violência e exuberância, numa opulência de fôrças naturais fecundas e pletóricas. Quando o serviço acaba, tem lugar a última refeição, que é diferente da primeira, e consta de caldo, um prato, vinho, e a broa especial do dia. E depois desta ceia, faz-se a “festa”, se os “senhores” deram licença, e se não há qualquer motivo que se oponha a demonstrações de alegria. As mulheres, seguidamente, retiram-se, e os homens vão para o lagar, para a pisa das uvas. Esta é à porta aberta, para que possa entrar quem quiser; e, de fato, em geral aparecem rugas de homens a tocar e a cantar. A meio da pisa, é servida nova pequena ceia, composta da broa especial, partida às rações, que vem num cêsto forrado e coberto com toalhas de linho alvo, e bacalhau frito ou bolinhos de bacalhau, em travessas donde cada um tira o que quer, e ainda vinho; é costume, quando surge esta refeição, os homens darem “vivas” ao “patrão”. As mulheres levam-lhes ao lagar nozes que andaram a apanhar para êsse efeito, e que são con-

sideradas um luxo muito apreciado. Finda a pisa, é servido mais um último caldo em casa do caseiro, e, mais tarde, a música segue pela noite adiante; muitas vezes, pelas intrigas amorosas que se teceram, por provocações, rivalidades, ou ciúmes, há “esperas” e rixas, a que a excitação do dia confere uma violencia especial. Em casa do caseiro, durante todo o dia, a azáfama não foi menor: a sua mulher, ajudada por tôdas as mulheres da família e da vizinhança próxima, passa o tempo a preparar as enormes quantidades de comida que são necessárias, e a velar por que tudo esteja em ordem. Quem, com a gente que tem em casa, não pode retribuir devidamente uma “roga” em relação a qualquer vizinho que lhe tenha mandado muita gente, costuma pagar o dia a assalariados que perfaçam o número de pessoas com que êsse vizinho compareceu.

Às esfolhadas, que se fazem à noite, nas eiras, vêm do mesmo modo homens e mulheres de fora, e é lhes servida uma pequena ceia de sardinhas, broa, e vinho; no fim, em casa do caseiro, come-se ainda um caldo. Aparecem rapazes a tocar e a cantar, e, por vezes, grupos de mascarados, com cabaços enfiados na cabeça, esburacados no nariz e nos olhos, fazendo de mascaras: às vezes, para meterem medo às pessoas, alçam-nos num páu, com uma vela acesa dentro, e passeiam-nos assim, espetando-os depois, afinal, em qualquer sítio mais ermo. É freqüente também haver rixas e questões por motivos amorosos, porque o elemento erótico, embora difuso, é muito intenso nestes acontecimentos. Os lavradores, contudo, reconhecendo o grande dispêndio que as reuniões muito numerosas acarretam, preferem fazer várias esfolhadas pequenas a uma só grande; mas, mesmo nesse caso, há geralmente sempre a festa.

Nas espadeladas, aqui como por tôda a parte, só trabalham mulheres, limitando-se os homens a passar-lhes os molhos de linho que elas espadelam. Aparecem grupos de rapazes, que, nessa época, “correm” as festas, tocando e cantando, em visitas festivas, e, quando êles chegam, as mulheres geralmente cantam ao desafio com êles, ou também entre elas, na grande emulação de mostrarem a que mais se desembaraça no trabalho. No fim, serve-se a ceia, de sardinhas, broa, e vinho, e, às vezes, faz-se um bailarico.

Nas fiadas do linho, as mulheres trabalham isoladamente, cada uma em sua casa, mas também gratuitamente; e no dia da entrega do fiado, que se faz em conjunto por parte de tôdas elas, tem lugar um grande almôço, composto de sopa sêca, servida em alguidares de barro cozido, em rações já feitas para cada uma, e arroz, que é apresentado em travessas, e servido à volta pelas mulheres da casa, que, mesmo que tenham intervindo na fiada, comem na cozinha: e, no final, aletria em travessas pousadas na mesa, donde cada uma também se serve. Depois da refeição, toca-se, canta-se, e baila-se; as raparigas novas podem levar os seus namorados à festa, mas não ao almôço. Como se vê, o trabalho

coletivo gratuito e recíproco, aqui, é feito isoladamente por cada participante, e só o seu elemento festivo lhe confere unidade; mas esta, apesar disso, afirma-se claramente. Por outro lado, a reciprocidade é, aqui também, menos nítida, e tem geralmente apenas o aspecto da reciprocidade instantânea, que se efetiva com a refeição tradicional. A fiada é feita geralmente a favor de proprietários abastados, únicos que colhem linho em quantidade que a justifique.

Em Tecla, no concelho de Celorico de Basto, pelo seu lado, as lavouras, sachas, segadas, malhas, vindimas, arrigas ou arrigadas do linho, e ainda outros trabalhos rurais, são feitos pelo sistema de permuta de trabalhos gratuitos entre os lavradores ou caseiros da localidade. As malhas, feitas dessa maneira, obedecem a um cerimonial tradicional elaborado; elas compõe-se “de duas eiradas, de maneira a terminar a primeira ao meio dia, antes do jantar, e a segunda à noite, antes da ceia. As mulheres dispõem o centeio na eira e levantam as palhas, mas não malham. A malha é trabalho só de homens. Enquanto êles batem o cereal, as mulheres conversam, cantam, riem, e estimulam-nos quando no final das eiradas êles se esforçam por dar estouros mais fortes, num autêntico jôgo de competição . . . A malhada tem a animação que lhe conhecemos noutros pontos do país; misto de trabalho violento, sob o sol de verão, e distensão lúdica do instinto de competição inerente ao homem. Sem deixar de ser trabalho duro, não perdeu ainda a alegria da competição desportiva, acrescida da certeza de refeições melhoradas e de vinho em abundância”. Finda a primeira eirada, por volta da hora de comer, os malhadores cantam o “meio de eira”, e, agarrando o patrão, que fingem dominar pela fôrça, levam-no em braços como se estivesse morto. É o que chamam o “entêrro do patrão”, que simula um préstito fúnebre, cujo objetivo é a adega, onde o “morto” vai buscar o vinho para o “jantar”. Acabado êste, “que decorre alegremente, entre ditos e piadas, o patrão lembra que é tempo de começar a segunda eirada. A tarde passa-se como a manhã em constante labuta. O som dos malhos continua ininterrupto, no mesmo ritmo lento. Só para o fim se vai apressando e redobra a fôrça das pancadas. Todos os malhadores gostam de mostrar mão certa e pulso rijo. O espírito de competição salienta-se. Ora competem dois grupos formados pelos malhadores da mesma eira, ora competem todos juntos com os malhadores das eiras próximas, pois os estouros dos manguais ouvem-se ao longe e êles gostam de fazer ver uns aos outros. A noite aproxima-se, os esforços redobram, e, finalmente, a luta está ganha . . . Chegou a hora da ceia reforçada e merecida. Saciada a primeira fome, começam as alusões aos mais valentes, aos que conseguiram dar estouros mais fortes. Há risos e piadas sôbre os que fizeram pior figura. Os velhos com ar de lástima para os novos, e dizem que agora já não há malhadores. E seguem-se histórias de valentões célebres, que faziam tremer as eiras e o ar com a violência das pancadas”<sup>15</sup>;



finalmente, depois da ceia, tem lugar a “queima da anha”, em palha, em que Jorge Dias vê nítidas reminiscências de práticas rituais de velhos cultos agrários, como sacrifício simbólico de um animal, que representa ou personifica o espírito dos cereais.

Em S. Tomé, Priscos, perto de Braga, os trabalhos rurais que exigem muita gente fazem-se também pelo sistema de “troca”; noutros tempos, êles tinham nitidamente o aspecto de uma festa, com grande animação e alegria, música e bailarico, a que a perspectiva da boa comida e do vinho abundante dava um relêvo especial; de resto, o apêlo do vinho, com a euforia que dêle resulta, é um traço característico; a seu respeito improvisavam-se cantigas sugestivas:

“O patrão teve uma vaca,  
 “Que se chamava “Andúvia”,  
 “Quando ela teve um vitelo,  
 “Chamavam pelo *ANDE Ó VINHO*

fazendo-se lembrados; ou então, levavam um braçado de lenha à cozinha, parodiando uma oferta às mulheres que se ocupavam do jantar, para provocarem a retribuição devida. No final, o patrão ia até à adega sob um pálio improvisado com um lençol e quatro varas, num agradecimento antecipado do vinho que dêsse modo lhe pediam. Vimos aí, numa debulha de centeio feita já por processos mecânicos, usar-se ainda apesar disso o sistema de “trocas”, que portanto, em certos casos, subsiste a par de inovações da cultura racionalizada.

Em Gandra e Gemeses, no concelho de Espozende, o mesmo regime é ainda a regra em quase todos os trabalhos de vulto, entre os pequenos proprietários e caseiros da região. As “carradas” de pedra, aí freqüentes, são por exemplo ocasião de um lauto banquete, com grande animação.

E muito mais exemplos ainda poderíamos aduzir, que cremos dispensáveis de momento<sup>16</sup>.

Decompondo e analisando os casos que descrevemos nos seus elementos objetivos, podemos caracterizá-los fundamentalmente, além da sua incidência sôbre fatos de tipo exclusivamente agrícola ou rural, pela sua obediência aos princípios da *reciprocidade social*<sup>17</sup>, no seu duplo aspecto de *reciprocidade instantânea e adiada*, segundo a terminologia de Willems, e da *gratuidade*, ou seja o princípio da retribuição qualitativa e não quantitativa. A reciprocidade instantânea efetiva-se pelo fornecimento, por parte daquele a quem o serviço é feito, da comida do dia; a reciprocidade adiada traduz-se pelo dever de retribuição dos serviços prestados, pelo próprio ou por intermédio de seus filhos ou assalariados.

Secundariamente, encontramos mais o “convite” do “dono”, que é o lavrador proprietário ou o caseiro arrendatário, e que aqui leva, em alguns locais, o nome de “roga”, a comida farta e melhorada, em geral

segundo os preceitos convencionais quase obrigatórios<sup>18</sup>, e regada a discricção; em certos exemplos, a festa final, com cantos mais ou menos apropriados — ao desafio, cantigas da ocasião, etc. — e dança, a qual por vêzes representa a sobrevivência de velhas cerimônias rituais de cultos agrários do passado que, transmitidas por obscura herança e embora com um sentido hoje apenas lúdico, ressurgem na sua data natural com um vago imperativo; e ainda a emulação entre os trabalhadores, muito freqüente, que toma o aspecto de uma verdadeira competição desportiva.

Creemos asism desnecessário insistir sôbre a estreita semelhança que existe entre o *mutirão* e os trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos minhotos: as duas instituições coincidem minuciosamente nos seus caracteres constitutivos principais e secundários, e a sua identidade não oferece dúvidas. Mas a verdadeira essência dêsses trabalhos consiste num elemento de caráter emocional e festivo, intrínseco e subjetivo, que fixa a sua definição regional, mas que escapa a estrita análise objetiva: êle reside na euforia resultante do ajuntamento e do próprio sentimento de solidariedade, de coesão entre os vizinhos que lhe dá corpo; da época do ano em que êles decorrem; do estímulo do trabalho violento e da competição; da boa refeição em comum, entre graças e histórias, e do vinho; do erotismo difuso que paira no ar, e das liberdades que ocorrem; das cantigas, danças e festanças; do sentido de fartura que dêles dimana, e da sua integração na ordem natural; e noutros elementos ainda, da mesma natureza, difíceis de precisar. É êsse substrato afetivo e lúdico, que de resto se encontra igualmente no próprio trabalho em geral da gente do Minho, que ao esforço mistura sempre o seu próprio ludismo e sentimento, aquilo que, penetrando o contexto total da instituição, lhe confere na região um sentido original e inconfundível, que de certa maneira a identifica com as suas festas calendárias e romarias. E essa mesma qualidade subjetiva e interna também se encontra no *mutirão*, fundando-se, lá como aqui, e em ambos os casos decisivamente, em fatores psico-afetivos.

Parece-nos desta forma ter mostrado que, em Portugal, o espírito comunalista de coesão social, de cooperação e colaboração viciniais solidárias, e o sentimento de unidade do grupo local, são muito fortes e pertinazes, e se verificam por todo o país sob diversas maneiras; nas zonas serranas, êles têm ainda uma expressão cabal e direta nos seus regimes pastoris, como vestígios materiais concretos das organizações comunitárias remotas, que subsistem; mas mesmo nas terras baixas, e mais restritamente no Minho, em pleno domínio da propriedade média, totalmente individualizada, êles se manifestam, nos múltiplos trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos gerais — vessadas, sachas, malhas, vindimas; arrigas, arrigadas, ou arrancadas do linho, ripadas, espadeladas, e fiadas; esfolhadas, carradas, etc., feitas em comum — em que transparecem aspectos, formas, e tendências, que vêm de primitivas organizações

sociais há muito extintas sob os atuais regimes de apropriação e fruição da terra e a economia geral da região, fundamentalmente diferentes daquela que hoje condiciona a atuação normal e a maioria das atitudes dos seus habitantes, mas cuja lembrança é ainda uma força viva e determinante, embora obscura e inconsciente, na sua mentalidade. E tanto num caso como no outro, tais sentimentos devem corresponder a uma larga e velha tradição, fundamente arraigada no espírito do povo.

Êstes sistemas, o sentimento de unidade que dêles decorre e as suas manifestações materiais, e especialmente os atos solidários locais, sob a forma de trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos, não constituem característica nem apanágio exclusivo da cultura portugêsa ou de qualquer grupo étnico: de fato, “a reciprocidade penetra tôdas as relações entre os primitivos”, e o seu conceito, com o de remuneração, parece “contar-se entre as primeiras reações mentais da humanidade”<sup>19</sup>, e quanto aos regimes coletivistas, a maioria dos povos conheceu-os com idênticas implicações, e êles foram uma fase da sua evolução econômica e social, que, segundo alguns autores, resulta mesmo, no ramo indo-europeu, do fato geral “da passagem da comunidade tribal a comunidade rural”<sup>20</sup>, por isso possivelmente aparecem dêles vestígios em muitos países<sup>21</sup>, embora, de caso para caso, com aspectos diferentes e particulares e com significados distintos, como resultado da multiplicidade de influências e circunstâncias que figuraram na sua elaboração: raça, migrações, condições naturais e históricas, tipos de vida econômica, fatores morais, etc.; e pode em face disso aventar-se que o *mutirão*, a despeito da sua semelhança com os trabalhos coletivos recíprocos do Minho, é talvez uma instituição de sugestão indígena, que quando muito se teria sobreposto a outra de origem europêia — tanto mais que o vocábulo, embora conhecido no Ribatejo e no distrito de Leiria<sup>22</sup>, parece ser de raiz guaraní-tupí<sup>23</sup>. Tais vestígios, sentimentos, e regimes, em todos os países de cultura afim da nossa, são porém hoje em geral muito tênues e em nítida via de regressão; êles representam na verdade anacronismos incongruentes que correspondem a um estágio arcaico de economia de subsistência e troca, fundamentalmente estranho a construções utilitárias e racionalizadas, e conceitos quantitativos, e por isso contrariam abertamente as tendências dirigentes do curso evolutivo natural da economia atual orientada no sentido do individualismo ou centralização social<sup>24</sup>.

Apesar disso, porém, entre nós e nomeadamente no Minho, os trabalhos coletivos gratuitos perduram tenazmente, harmônicos com certas condições objetivas da organização geral em que se enquadram: na verdade, o tipo de economia a que êles pertencem relaciona-se estreitamente com o primitivismo da vida e das concepções da nossa população rural minhota; a remuneração que lhes é própria, dispensando o numerário onde êle é caracteristicamente escasso, além de responder à noção qualitativa dos valores que é a sua, permite-lhe a realização de serviços, que exigem grande número de trabalhadores ao mesmo tempo,

sem dispêndio de um dinheiro que êle não possui ou pelo menos não abunda<sup>25</sup>, e que com relutância gastaria dessa forma; nesse sentido é lícito dizer-se que entre nós êles se articulam também no conjunto orgânico da região, e que o seu desaparecimento, colocando o lavrador perante novos problemas e obrigando-o a adotar e a adaptar-se ao padrão quantitativo dos valores em função dos salários a pagar, implicaria uma revisão de hábitos e modos de pensar primordiais, de conseqüências transcendentales<sup>26</sup>. E assim, parece que, pelo menos no Minho, o sistema se mantém porque se apoia em circunstâncias exteriores que lhe dão alento, e porque, em relação a elas, representa uma solução adequada e lógica.

A verdade contudo é que não é em nome de quaisquer considerações críticas que o sistema perdura na região; a própria organização em que êle funciona não representa de modo nenhum uma necessidade racional, mas apenas uma forma tradicional; para o nosso homem do campo, o trabalho da terra não é um meio de ganhar a vida calculado em vista do lucro, expresso em dinheiro e pelo melhor rendimento: êle é a própria vida, que tem de se cumprir; a terra faz-se, porque ela é pão, dê ou não lucro; semeia-se, e não se fazem contas — nem se sabem fazê-las a seu respeito. A agricultura para êles não é ciência nem profissão; é sentimento e vida.

Mas mesmo dentro daquela organização, os trabalhos coletivos não são apenas um meio de resolver dificuldades específicas, nem se definem apenas como uma categoria econômica ou até como um mero fato automático e passivo de tradição, que persiste pela fôrça da inércia: como tais, já teriam sido ultrapassados e suplantados — e, com êles, também essa mesma organização — como aconteceu por tôda a parte, e não se poderia compreender a exuberância com que êles ali ocorrem, a despeito dos seus inconvenientes; a razão profunda da sua persistência tenaz deve ali procurar-se no temperamento essencialmente lúdico e afetivo do minhoto, que, numa fórmula econômica ajustada às suas idéias e condições de vida, encontra aquêle elemento emocional e festivo, fundamental e concordante, de profunda simpatia, que vem ao encontro das exigências e tendências do seu psiquismo basilar: a sua aceitação da ordem estabelecida, o seu ânimo sociável, extrovertido, comunicativo, e alegre, que faz do trabalho uma festa e uma ocasião de cantigas, competições, e brincadeiras, que remata as tarefas mais pesadas com um ramo enfeitado, e que, depois de um dia de labuta intensa, canta e dança pela noite fora, enquanto tiver música que o acompanhe; e que, assimilando o instinto gregário, faz dêle o seu amor arraigado à terra e a sua gente.

É certo que, a par dessa razão, o apêgo que essa gente, fortemente enformada pela tradição, tem às formas herdadas, e a sua aversão a tôdas as inovações, são também um fator explicativo de grande importância; mas, além de que êle próprio é já de natureza afetiva — acentuando assim uma vez mais o predomínio dêsse elemento na interpretação re-

gional dêste complexo cultural — o que acima de tudo é decisivo é o imperativo que naqueles trabalhos existe, que os impõe como ocasiões ativas especiais de irrupção de ludismo e afeto essenciais que estão na base do seu temperamento, que mesmo ao trabalho normal tem de os misturar; sem essas possibilidades de expansão, o caráter penoso e a pequena remuneração da agricultura ser-lhe-iam dificilmente suportáveis<sup>27</sup>.

Dêsse modo, sem ser obrigado a gastar um dinheiro que na verdade escasseia, em nome de princípios que entende mal e são estranhos à sua visão do mundo, seguindo uma tradição e integrado numa organização e em normas que herdou dos seus maiores, que têm por si o consenso de todos os seus iguais e dispensam revisões que contrariam a sua natureza, utilizando um processo que nelas se articula e se funda na cooperação amigável e livre dos vizinhos que conhece, com quem foi criado, que fecham o seu mundo e a que está ligado pelos laços mais fundos da sua afetividade, e que principalmente tem o sentido essencial de uma festa — êle consegue realizar os seus trabalhos num acôrdo perfeito com as tendências do seu psiquismo fundamental.

É, portanto, nas condições muito especiais da afetividade do homem minhoto e nas exigências do seu ludismo, que se deve encontrar as razões da persistência não só da organização tradicional em que êle se move, mas também, e principalmente, dos trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos que ela implica.

\*

As considerações tôdas que acabamos de fazer acêrca dos trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos do Minho podem, cremos, aplicar-se ao *mutirão*; com efeito, êste, além de possuir a mesma essência festiva daqueles, perdura também em certos pontos do Brasil com igual vigor e tenacidade; e, a respeito de Cunha, Willems, como dissemos, considera-o intimamente ligado à própria organização social da terra — ao tipo familiar dominante, aos seus valores, etc. — na elaboração da qual os fatores afetivos desempenham um papel seletivo muito importante<sup>28</sup>. E assim, embora o atual *mutirão* possa provir do *motirão* aborígene de que fala Jambo, cuja existência parece ser um fato, as razões e motivações objetivas fundadas na sua origem histórica não bastam para o explicar, e mormente para explicar a sua persistência, porquanto vimos que, em si mesmas, aquelas instituições já não possuem condições internas de vitalidade, e aguentam-se apenas na medida em que, por parte daqueles que as utilizam, os fatores afetivos sobrelevam as considerações racionais puramente utilitárias. E do mesmo modo que só no *mutirão* e nos trabalhos coletivos do Minho se encontra êsse potencial festivo e emocional essencial que os distingue das instituições congêneres dos demais países, só também na gente das duas regiões se encontra êsse outro elemento

correspondente, subjetivo e peculiar, em que se apoia a sua existência, essência, e persistência, e a característica que relaciona decisivamente as duas instituições uma com a outra por um parentesco que com mais nenhuma outra existe, e que afirma a sua verdadeira unidade, é essa qualidade única e comum às duas regiões, êsse elemento de natureza psico-afetiva, que se revela na sua persistência.

Se finalmente considerarmos a profunda influência que, em múltiplos setores, o português em geral e especialmente o português do norte — o minhoto e o transmontano, e também o beirão — exerceram na elaboração da cultura e mentalidade do brasileiro, transmitindo-lhe os padrões da sua afetividade muito especial, parece fora de dúvida que, em última análise, o *mutirão* e a sua persistência nos nossos dias se funda na feição peculiar das tendências do psiquismo do povo português e mais particularmente do minhoto, que é igualmente o que aqui dá vida aos trabalhos coletivos da sua categoria. De modo que, ou foi o português quem levou diretamente para o Brasil a própria instituição, que responde a um sentimento característico nele muito forte, e esta, aí, limitou-se a adotar o nome de uma instituição indígena congênere; ou êsse *mutirão* aborígine, que Jambo da Costa menciona, assumiu a essência lúdica e afetiva que estava no temperamento dessa gente, e foi por ela modelado, absorvido, e assimilado; e, conservando o nome nativo, ela deu-lhe a forma e o sentido que tinha o seu costume nacional, que, na sobreposição das duas instituições, prevaleceu. E portanto, seja ou não de origem ameríndia, o *mutirão* é atualmente, na sua forma fundamental e na sua essência íntima, a mesma coisa que os trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos minhotos, e é na natureza muito especial da afetividade e do ludismo da gente dessa província, que forma a base do temperamento daqueles que, aqui e lá, os praticam, que está a explicação da persistência do sistema entre nós, e igualmente da implantação, ou adaptação, e em seguida da sua conservação, em tôda a parte do Brasil onde êle ocorre nos mesmos termos que em Cunha<sup>29</sup>.

Vimos assim que os trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos do Minho, objetivamente considerados, representam uma categoria econômica arcaica, já abandonada por todos os países, que obedece ainda ao princípio elementar da reciprocidade social, próprio dos estádios primitivos, e como tal ligada a remotos sistemas coletivistas, de que êles — e a própria organização em que se enquadram — parecem constituir uma sobrevivência. Essa organização social tem um caráter acentuadamente tradicional, e — como êles — mantém-se apenas, entre nós, em última análise, por razões de natureza psico-afetiva, muito especiais e fortes na gente minhota.

Essa gente teve uma influência muito grande na elaboração geral dos padrões culturais do Brasil. E então, parece fora de dúvida que a estreita relação de forma e essência que verificamos existir entre o *muti-*

rão, no tipo característico de Cunha, e aquêles trabalhos minhotos, através da mesma fundamentação psicológica, neste caso decisiva, e principalmente no que se refere às causas de natureza afetiva e lúdica que em ambas as regiões determinam, em termos idênticos, a sua conservação, a despeito da sua discordância com os princípios evolutivos da economia atual, deve nessas condições entrar em linha de conta como elemento primordial para a fixação de uma área cultural comum a Portugal e ao Brasil.

## NOTAS

(1) Ibecc/cnfl/Doc. 289, de 10—3—54.

(2) É êste fato que, segundo o autor, explica o aparecimento duma instituição semelhante ao *mutirão* no Uruguai.

(3) Emílio Willems. Cunha: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil, São Paulo, 1948, págs. 34-37, e também 83-84.

(4) De fato, na sua grande maioria, os povos da terra, a partir das formas iniciais da evolução social, e sempre que as condições naturais o permitiram, conheceram um estágio de economia e cultura pastoril, que, especialmente na sua fase nômade, ignora a idéia de apropriação territorial; êles tinham apenas “um conceito de propriedade coletiva em relação à caça, aos rebanhos, e aos frutos, que não se estendia ao solo pròpriamente”. Só depois que êsses povos nômades se sedentarizaram pelo conhecimento da agricultura é “que se deu a transposição para a terra recém-cultivada das concepções de propriedade coletiva, enraizadas por séculos de pastoreio” (Jorge Dias, Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril, Porto, 1953, págs. 24 e 25). E assim, podemos afirmar que “a organização comunitária não é atributo de uma determinada raça, mas sim uma fase na evolução social de muitos povos”. Isto, porém, “embora seja, em principio, extensivo a tôda a Península, não quer, de maneira nenhuma, dizer que se tivesse passado em tôdas as regiões ao mesmo tempo, nem que as manifestações culturais fôssem as mesmas em todos os povos peninsulares” (*ibid.* pág. 25). De fato, “a realidade viva mostra-nos uma variedade infinita de formas, nas quais o nosso espírito de abstração pode ver unidade, mas sem esquecer os diferentes esforços de adaptação ao particular. Organizações comunitárias conheceram-nas inúmeros povos, não só da Europa e África, como da Ásia e América. Os povos germânicos e os eslavos tiveram até tarde na História formas comunitárias de ocupação do solo, e quando os espanhóis invadiram a América do Sul e Central encontraram a resistência dum povo de cultura bastante perfeita, e em que imperava uma forma de organização comunitária. Porém, que diferenças enormes não há, por vêzes, sob esta designação genérica de comunitarismo?” (Jorge Dias, Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária, Porto, 1948, págs. 54-55).

(5) “A explicação da persistência”, em Rio de Onor, e, generalizando, nas regiões serranas remotas em geral, “de formas de exploração coletiva do solo e de organizações sociais adequadas às exigências dêsse tipo de economia, deve encontrar-se na geografia. Com o decorrer dos tempos, as terras férteis e abertas às influências estranhas foram passando por sucessivas fases de evolução agrária e social, enquanto as mais pobres e fechadas ao convívio, pelo isolamento imposto por fronteiras naturais”, ou seja, entre nós, primordialmente, a montanha — “mantiveram até nossos dias aspectos econômicos e sociais oriundos de um passado muito remoto” (Jorge Dias,

Rio de Onor, pág. 63). Esta explicação geográfica, de resto, não exclui a histórica, e, pelo contrário, em relação aos fenômenos de cultura, às duas combinadas há ainda a acrescentar “qualquer coisa mais, e não menos importante, que é a capacidade humana de encontrar soluções originais e muitas vezes inesperadas” (*ibid.*, pág. 76, nota 78). De resto, a propósito de Vilarinho da Furna, o mesmo autor diz: “...parecem ser também as condições especiais do terreno que explicam a organização comunitária destes povos. É nas particularidades da geografia física da região que encontramos a explicação para a sua formação e sobrevivência numa época que lhe é adversa” (Jorge Dias, Vilarinho da Furna, pág. 17).

(6) As “juntas” em Rio de Onor e Vilarinho da Furna, onde a organização se mantém intacta, têm funções de maior monta, que podem, em casos muito excepcionais, ir até à expulsão do vizinho que se obstine a desacatar as decisões tomadas por ela, com grave prejuízo do interesse comum, ou a praticar atos que o impõem à comunidade. Mas a sua ação habitual limita-se à aplicação de multas, segundo normas consuetudinárias, ou, em casos especiais, fixadas por votação, e pagas quase sempre em vinho, mas por vezes também em dinheiro; e pode ainda julgar certos crimes de furto, segundo preceitos processuais em que Jorge Dias vê restos de simbolismos jurídicos medievais. Além disso, exerce funções de polícia através de um seu membro que, munido da vara da autoridade e independente de queixa, anda a ver se qualquer gado ou pessoa causa danos a terceiros. Veja-se Jorge Dias, Rio de Onor, págs. 155-160, e Vilarinho da Furna, págs. 60-63. Rocha Peixoto, in: *Survivances du régime communautaire au Portugal*, Anais da Academia Politécnica do Porto, Coimbra, 1908, passim, menciona também a sua intervenção na resolução de litígios entre os habitantes, nos “ajuntos” da serra minhota, e nas suas funções de administração dos bens da igreja local e dos santos, em Pitões e Terras de Miranda (Esta última obra repete-se com pequenas alterações em: *Formas da vida comunalista em Portugal*, Notas sobre Portugal — Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Lisboa, 1909, págs. 73-83).

(7) Em relação à organização comunitária das povoações da Serra do Gerez, veja-se Tude de Souza, *Regimen pastoril dos povos da Serra do Gerez*, in: *Portugália*, Tomo II, Porto, 1907, págs. 459-472, e 646-652. Acerca da freguesia de Lindoso, na Serra Amarela, existem as posturas municipais de 1850, adotadas pela Câmara Municipal de Ponte da Barca, e seguidas dos aditamentos de 1889 e 1905, e ainda da Resolução de 1914, que consignam as obrigações — e correspondentes multas, no caso de infração que competem aos vizinhos enquadrados na comuna, publicados por Augusto César Pires de Lima, *As propriedades em comum: Lindoso*, in: *Estudos Etnográficos, Etnológicos e Históricos*, 4.º Vol., Porto, 1949, págs. 99-111.

(8) Cf. Jorge Dias, Rio de Onor e Vilarinho da Furna. Este autor estabelece a filiação da organização social de Rio de Onor e do norte transmontano raiano no sistema coletivista de feição agrária e pastoril dos vaceus préceltas, relacionado por sua vez com as instituições castrejas e célticas em geral (Rio de Onor, págs. 61-62).

(9) Como atrás dissemos, a própria razão geográfica do isolamento é também aqui um poderoso fator estimulante de motivações afetivas, pelo espírito de solidariedade e ajuda mútua que desenvolve, e pela maior união que estabelece entre os componentes do grupo.

(10) Cf. Jorge Dias, Rio de Onor, pág. 22. “A extensão do fenómeno” — da organização comunitária — “não implica necessariamente que tivesse havido unidade cultural no passado, da qual os vestígios comunais, encontrados nas regiões serranas, seriam prova irrefutável” (*ibid.*, pág. 21).



“É de supor que a apropriação comunitária do solo, feita por muitas tribos peninsulares, autóctones ou não, deve ser anterior às primeiras invasões indo-europeias. Estas, por sua vez, e nomeadamente as chamadas populações célticas, eram portadoras de economias pastoris ou hortícola-pastoris, certamente de tradição comunitária (*ibid.*, pág. 26). E embora parentesco étnico não seja “o mesmo que unidade cultural” e seja natural que “os grupos pré-célticos já apresentassem divergências culturais importantes” (*ibid.*, págs. 58-59), o certo é que “parece indiscutível que os traços comunitários são mais vivos nas regiões da Península onde houve maior influência céltica” (*ibid.*, pág. 62). “Os romanos, quando invadem a Península, já tinham ultrapassado essa fase da sua evolução. A propriedade individual, a *villa*, era o tipo dominante então. Mas isto não impede que se mantenha a tradição pastoril de aproveitamento comum de baldios, compásque, e outros direitos de fruição” (*ibid.*, pág. 28). Com as invasões germânicas, novos elementos entram em jôgo: os visigodos mantêm a maior parte das instituições romanas, nomeadamente o tipo de propriedade rural, que continua sendo a *villa*; mas os suevos, cuja influência na vida das sociedades rurais do noroeste peninsular foi muito maior do que aquela que exerceu a legislação visigótica, conservavam restos muito perfeitos da tradição comunitária, característica dos povos germânicos, e a sua ocupação representa um novo influxo de tendências comunialistas que se opõe momentaneamente ao individualismo jurídico e à concepção do direito de propriedade territorial dos romanos, pela combinação daqueles restos com a maneira de viver das populações invadidas com quem se fundem, onde também perduravam certamente ainda sobrevivências dos comunialismos mais remotos da época castreja e céltica (Cf. Jorge Dias, *ibid.*, pág. 27; Oliveira Martins, Quadro das Instituições Primitivas, Lisboa, 1929, págs. 94-122; Alberto Sampaio, As villas do Norte de Portugal, in: Estudos Históricos e Económicos, Porto, 1923, págs. 15-40, e 131-137).

(11) Contudo, mesmo nas regiões onde a apropriação do solo se pode considerar totalmente individualizada, transparecem ainda assim vestígios de remotos coletivismos desaparecidos. Oliveira Martins, in: Quadro das Instituições Primitivas, pág. 115. (cit. por Jorge Dias, Rio de Onor, pág. 75, nota 78, in fine), e principalmente nota 3, menciona casos de propriedade coletiva em Entre Rios, nas margens do Lima, perto da fronteira espanhola, onde a terra era dividida anualmente em sortes, e sementada e ceifada em comum, e as culturas coletivas das Agradas de Santo Tirso e de outros pontos do Minho; e ainda os pastos e bosques nos baldios comunais, o celeiro comum da Grândola, as divisões do paúl de Ulmar entre os habitantes de Leiria, em 1291, a do campo de Vallada, por sorteio anual, e a doação da terra de Algueidão à câmara de Lisboa — estas últimas por Afonso Henriques —, para ser lavrada pelos lavradores pobres que tivessem bois e não tivessem terras.

(12) Vide Nota 10, onde se menciona a influência céltica e, mais tarde, suévica, na elaboração dos sistemas económicos comunitários do noroeste peninsular; ora, a província do Minho corresponde na sua totalidade muito aproximadamente ao reino dos suevos, e naqueles vestígios parece subsistir o espírito de cooperação e colaboração dos povos de raça germânica, que ainda hoje os caracteriza, em oposição ao individualismo dos mediterrâneos, como faz notar Jorge Dias, Rio de Onor, pág. 27. Além disso, e a despeito da sua feição franca e predominantemente agrária, as manifestações desse espírito comunialista não se limitam, ali, às prestações de serviços que mencionamos; ainda hoje, perto de Braga, nos montes, o gado pode pastar livremente em qualquer propriedade privada, desde que esta não tenha muros. E não será o direito à caça, em terrenos abertos, uma sobrevivência

de igual natureza, proveniente de uma cultura de caçadores, que a lei ainda consigna? A citação de Oliveira Martins, na nota anterior, acentua, de fato, na organização social de Entre Rios do Lima, o caráter agro-pastoril daquela comunidade, em que os rebanhos pastavam nos prados comuns, e, como nas Serras do Norte, havia também a assembléia dos vizinhos, o tesouro comum, a recusa do lume e do acesso à fonte aos que violavam os usos e regulamentos, e a quem não se falava mais, etc.

(13) Thurnwald considera que a *reciprocidade*, cujo conceito parece ter sido uma das primeiras reações mentais da humanidade, penetra tôdas as relações entre os primitivos (Richard Thurnwald, *L'Économie Primitive*, Paris, 1937, págs. 191 e 149). Entre os povos agrícolas, por exemplo, parentes e vizinhos ajudam-se mutuamente, sabendo que, em paga, podem contar com a assistência dos seus parentes e vizinhos (*ibid.*, pág. 18); em certas tribos de Pápus, tôda a gente da aldeia participa no trabalho de derruba para preparação do terreno, e às vêzes vêm mesmo vizinhos de outras aldeias ajudar, os quais são pagos com o fornecimento da refeição da tarde (*ibid.*, págs. 343-344). É dentro dêste conceito de reciprocidade e troca entre os caseiros que se deve entender e interpretar a gratuidade que mencionamos. A êste respeito, lembramos ainda o caso dos "presentes" do Natal e Páscoa, entre senhorios e caseiros, que têm um caráter quase obrigatório, e se regem igualmente pelo princípio da reciprocidade.

Vemos assim, nos nossos trabalhos coletivos gratuitos, um conceito basilar de economia primitiva, que se articulava em remotos sistemas comunalistas, e que perdura graças à ação de fatores psico-afetivos decisivos.

Além dos exemplos apontados no texto, lembramos que em Paredes de Coura, nas povoações de Cunha e Cerdeira, os lavradores, noutros tempos, também se ajudavam mutuamente nas vessadas, porque os arados de pau, que então empregavam, eram muito pesados e exigiam várias juntas de gado, que cada qual, só por si, não possuía; Jorge Dias menciona também êste fato, Rio de Onor, pág. 75 nota 78. De resto, sem nada pretendermos concluir de momento, notamos a coincidência muito geral da área do arado quadrangular de origem germânica suévia, determinada por aquêl autor, com a dos trabalhos coletivos gratuitos e recíprocos específicos desta mesma região, também presumivelmente de origem, tradição, ou influência germânica suévia (Vide Nota 10).

(14) Aqui, como em vários outros lugares, o próprio lavrador, se é medianamente abastado e de certa idade, não realiza êle pessoalmente a permuta, mas envia os seus trabalhadores, filhos ou criados, que fazem o serviço vicinal nas mesmas condições de gratuidade; Willems, de resto, indica igual costume em Cunha; *op. cit.*, pág. 37; e lá como aqui, êle é também considerado normal.

(15) Cf. Jorge Dias, *Sacrifícios simbólicos associados às malhas*, in: *Terra Lusa*, N.º 1, Lisboa, 1951, com a descrição da cerimônia associada à malhada coletiva de Tecla, como exemplo de um caso típico português, notável pela riqueza de detalhes simbólicos rituais que apresenta. Sobre o assunto em geral, veja-se James George Frazer, *Le Cycle du Rameau d'Or*, Vol. VIII, *Esprits des Blés et des Bois*, tomos I e II, Paris, 1935 (trad. francesa de "The Golden Bough"), passim, contendo o relato de inúmeros costumes e práticas de origem ritual e sentido simbólico respeitantes a atos e atividades agrícolas em povos europeus e outros. Insistimos na menção e descrição destas cerimônias e costumes porque nos parece que a sua associação a esta espécie de trabalhos acentua o caráter originário dêstes últimos como acontecimento coletivo de ordem ritual-econômica, e manifestação no campo da atividade agrícola, da unidade do velho grupo. Thurnwald, a êste respeito, pergunta se os vestígios de coletivismo parcial que parecem

descobrir-se em certas cerimônias públicas e certas festas populares serão, como pretendiam alguns teóricos de outrora, apenas sobrevivências de um sistema econômico primitivo, no qual o coletivismo teria desempenhado um lugar preponderante (L'Économie Primitive, pág. 347).

(16) No distrito de Vila Real, em Trás-os-Montes, vemos também o sistema, com o mesmo nome de "torna-geira", de ajuda mútua em trabalhos coletivos gratuitos, na Samardã, nas cavadas, ceifas, malhas, etc.; só se paga em dinheiro aos vizinhos que ajudaram tais trabalhos e que não possuem terras, porque, por essa razão, não podem ser pagos por reciprocidade; nas eiras, que são particulares, todos podem malhar o seu cereal, pedindo licença ao respectivo dono. Por outro lado, em Vilarinho da Mó, perto de Boticas, os vizinhos fazem grande parte dos trabalhos por troca, ajudando-se mutuamente nas malhas, segadas etc.

(17) Vide Nota 13.

(18) Esta convenção começa a ter o sentido de um valor certo convencional, como um primeiro passo no sentido da remuneração quantitativa. Recordamos uma "reclamação" por parte de um participante num destes trabalhos, que entendeu que a comida que lhe deram não fôra o que "é devido".

(19) Richard Thurnwald, *op. cit.*, págs. 191 e 149; veja-se também Nota 13. Vimos em Notas 4 e 10 que mesmo em Portugal êles não foram um estado geral, igual por tôda a parte numa certa altura. Isto, porém, não significa que, dentro dessa multiplicidade de formas, existente desde tempos imemoriais, e marcando grandes diferenciações, não seja possível estabelecer categorias e filiações, fundadas em semelhanças externas, e apoiadas em outras razões, históricas e de fundo. E temos precisamente esta consideração presente na interpretação do *mutirão*.

(20) Cf. Jorge Dias, Rio de Onor, págs. 61-62, citando Vinogradoff.

(21) Vide Nota 4. Rocha Peixoto, *op. cit.*, *passim*, comparando as nossas instituições de natureza comunitária com as suas congêneres que aparecem em outros países e civilizações, fala, por exemplo, no costume grego e romano da distribuição de terras para fundação de cidades, citado por Daremberg e Saglio, com a repartição de glebas aos habitantes e à igreja, das "cavadas" de Pitões, que aproxima ainda de um costume igual das Ardennes (págs. 207 e 208): das "juntas" e "conselhos" que aparecem nas Astúrias, León, Catalunha, e Andaluzia, do "casiglio di vicini" da Itália, e da instituição similar dos Pirineos, mencionadas por Laveleye e Taine (*ibid.*, pág. 212); dos moinhos e fornos comuns, que se viam nas comunidades primitivas italo-gregas e germânicas, também mencionadas por Laveleye (*ibid.*, pág. 218); etc. Veja-se também Thurnwald, *op. cit.*, especialmente págs. 339-349, e 245-256, com a menção de vários aspectos do coletivismo e da propriedade nos povos de estrutura econômica primitiva.

(22) Cândido de Figueiredo, Dic., sub voc. *mutirão* ou *muxirum*, ao qual assinala origem tupi.

(23) José Jambo da Costa, comunicação citada.

(24) Vide Nota 5, final.

(25) De fato, o lavrador dispõe geralmente de pouco dinheiro: grande parte das suas compras é feita por um processo simples, que se aproxima da troca: leva cereal à feira, em quantidade medida, e com o dinheiro que realiza na sua venda, compra aquilo de que necessita. Por isso, é-lhe mais fácil e aceitável pagar serviços com outros serviços e com comida, feita com gêneros que em grande parte possui e que em qualquer caso se integram numa concepção qualitativa dos valores materiais — que de resto êle estende à esmola e até ao próprio dinheiro, que nunca perde completamente o seu caráter de objeto material e se torna uma pura representação abstrata.

do valor das coisas —, do que pagar em dinheiro. “A economia dos primitivos é na sua maior parte uma economia *direta*, queremos dizer que nela não se usa nenhuma moeda, tomando-se esta palavra no sentido que lhe damos hoje” (Thurnwald, *op. cit.*, pág. 147); é evidente que não é este o caso do lavrador minhoto; mas é fácil descortinar restos destas concepções na sua organização econômica. Pelo contrário, nas regiões urbanas, industriais e capitalistas em geral, predomina a noção quantitativa da retribuição, que anda ligada ao salário. Vide adiante, Nota 26.

(26) Como dissemos na Nota anterior, o lavrador minhoto, e principalmente o “caseiro” minhoto, que tem as terras arrendadas ao proprietário mediante o pagamento de uma renda em espécie, não dispõe facilmente de numerário que lhe permita realizar os trabalhos de lavoura que exigem muita gente ao mesmo tempo, a quem teria de pagar salários. Sob este ponto de vista, na verdade, podemos dizer também a nosso respeito que o desaparecimento da instituição implicaria uma completa revisão das atuais idéias e condições econômicas do nosso povo rural.

(27) Como categoria econômica e meio de resolver problemas, adequado a um certo estado social, o sistema pode-se ainda admitir entre nós; mas essa própria aceitação tem já na sua base um sem número de considerações de natureza afetiva e de elementos tradicionais, que a determinam e sustentam aquêle estado, e que sobrelevam decididamente as considerações racionais. De fato, nos casos de economia mista já racionalizada por uma concepção quantitativa dos valores, que suplanta as considerações afetivas de fundo “patriarcal”, os proprietários preferem pagar jornaleiros a terem de fornecer a comida do dia aos vizinhos que os vêm ajudar, porque, contas feitas, essa comida vale mais do que os salários, e o serviço fica-lhes assim muito mais barato. Nos outros, portanto, o costume subsiste porque nem é submetido a crítica e apreciado à luz de elementos racionais, que medem as diversas coisas pela mesma escala de valores, e porque o que sobreleva é um complexo de motivos afetivos, lúdicos e tradicionais, que fazem a vez e dominam os conceitos econômicos. A instituição, em sentido teórico e esquemático, é na verdade antieconômica.

Por seu lado, a tradição e a sua inércia são, de fato, fatores decisivos na manutenção dêste sistema; mas a própria tradição e as razões que a sustentam são já de natureza afetiva. Quer dizer, as próprias razões objetivas e circunstâncias que justificam a conservação do mesmo sistema têm ainda na sua base um elemento de natureza puramente afetiva: “os valores econômicos, longe de ficarem isolados no seu domínio próprio, estão estreitamente entremeados com todo o tecido social” (Thurnwald, *op. cit.*, págs. 37).

(28) É certo que as condições econômicas extremas são, em ambas as regiões, parecidas, podendo por isso pensar-se que a instituição se mantém nelas por motivos objetivos de adequação racional a essas condições: lá como aqui ela vigora em zonas exclusivamente rurais, de propriedade agrícola mediana e de pura feição agrária, “de agricultura de enxada” (Willems, Cunha, pág. 84), individualista e capitalista, de exploração muitas vezes indireta, por arrendamento a “caseiros” ou “agregados” (*ibid.*, pág. 32), vivendo em ambos os casos num regime de economia de subsistência (*ibid.*, pág. 84), com a conseqüente escassez de numerário (*ibid.*, pág. 84) e conceitos qualitativos, com pouca probabilidade de venda dos produtos da lavoura (*ibid.*, pág. 84), ou de grande parte dêles, e obedecendo a uma organização pouco diferenciada, inerte, e fortemente agarrada a fórmulas tradicionais. Mas a verdade é que aquelas condições objetivas de adequação não explicam a instauração e persistência da instituição, porque já vimos que ela é racionalmente anti-econômica; e não se pode fundar o sistema,

tal como êle ocorre em ambas as regiões, em razões puramente objetivas, em nome dum utilitarismo crítico. Êle na verdade resulta duma organização e duma tradição que, elas próprias, se mantêm apenas por considerações de ordem afetiva e não racional; e é êsse o seu único determinismo econômico. E assim, a verdadeira razão da sua subsistência em ambas as regiões está no elemento psico-afetivo que lhe serve de base, que é idêntico em ambas, porque tem a mesma origem, e que de resto condiciona a própria organização social.

(29) Em Macieira da Maia, como de resto em outros lugares, vimos (Nota 14) mesmo o detalhe, semelhante ao que Willems nota, de o lavrador não tomar pessoalmente parte na permuta, mas enviar em seu lugar os seus trabalhadores, sem com isso prejudicar o caráter gratuito do serviço.

É contudo evidente que, em relação às duas instituições que nos ocupam, há que ter em conta certas condições ecológicas muito gerais, peculiares a cada um dos dois países, que conferem a cada uma delas, por sua vez, um tom particular: no Brasil, a maior extensão da propriedade territorial, a largueza de horizontes e riqueza material, o clima e as suas repercussões no temperamento dos seus habitantes, na flora — além das culturas mencionadas, idênticas às de cá, Willems fala no “fumo” e mandioca (*ibid.*, pág. 83), por exemplo —, na feição mais ou menos imediatamente lúdica do povo, etc.; entre nós, destaca-se o caráter mais tradicional das celebrações festivas, com predomínio mais visível de certas motivações obscuras, e ao mesmo tempo uma certa melancolia que se mistura ao próprio ludismo destas manifestações. Mas estas diferenças representam apenas o ajustamento de uma e a mesma instituição a dois meios especiais muito caracterizados, e não uma diversidade de estruturas internas entre as duas instituições.



## GRUPOS SANGÜÍNEOS E RAÇA

*F. Ottensooser*

Laboratório Paulista de Biologia

O que vem a ser a raça? Reconhecemos o típico branco, preto, amarelo pela cor da pele, tipo dos cabelos, prega da pálpebra. Podemos distinguir três grandes raças; ou então cinco, de acordo com os cinco continentes; ou, ainda, número maior ou menor de subraças. Verdade é que a antropologia ainda não chegou à classificação definitiva da humanidade. Entretanto, o número de raças e subraças que admitimos não é essencial. A separação de subraças terá sempre algo de arbitrário e artificial, porquanto não há, nem houve raça estável, ideal, pura.

### *A formação de raças*

Como é que evoluíram as raças? O leigo pensará que os pretos ficaram pretos pela forte insolação na África e transmitiram a nova aquisição a seus filhos. O neodarwinismo dá explicação mais satisfatória: A pele preta, também olhos e cabelos pretos são favoráveis nos trópicos. Nos indivíduos com gens para essas propriedades vantajosas, a duração da vida e o número de filhos excederão à média. Este processo de seleção adaptativa levará no decurso de muitas gerações ao acúmulo dos gens propícios e à fixação do tipo racial.

Outro mecanismo evolutivo fundamental, embora menos aparente na humanidade, é a mutação. Os gens mudados constituem matéria prima da seleção natural porque não se propagam senão favorecidos pelo ambiente.

Terceiro processo de formação racial é a perda casual de gens, intervindo em pequenas populações isoladas, quando os portadores de um raro gen perecem por acidentes antes de transmiti-lo aos filhos. O fenômeno é conhecido por flutuação gênica ou "genetic drift". Inversamente, gens ou combinações gênicas inicialmente baixas podem se enriquecer por endogamia em pequenas famílias ou núcleos isolados dentro de populações menores ou maiores.

Os três mecanismos genéticos — mutação, seleção, flutuação — vinculam-se intimamente com fatores geográficos, históricos, sociais.

Papel primordial na formação de raças cabe ao isolamento geográfico. Com efeito, veremos que se esboçam cinco grandes raças sorológicas, correspondentes aos cinco continentes. Ainda dentro da própria raça que é produto de casamentos internos, o isolamento geográfico

e cultural irá criar subraças ou conservar núcleos estranhos. Hoje o isolamento das raças não é senão parcial; antigamente era total por longos períodos, quer para grandes populações, quer para pequenas, espalhadas em vastas regiões.

De outro lado, em tempos históricos e pre-históricos, o isolamento tem sido freqüentemente rompido, por migrações e invasões. Eis que entra em jôgo o quinto grande mecanismo evolutivo, contrário e complementar ao isolamento: a mistura racial<sup>41,64</sup>. A raça oriunda de isolamento transforma-se pela mistura em outra raça. Visto que as comunicações se tornam cada vez mais fáceis, o processo tende a ativar-se em muitos países. Era e é intenso no Brasil<sup>20,37,40,57</sup>, onde foi analisado especialmente por nosso caro amigo Ernani Martins da Silva<sup>60,62,63</sup>, que durante uma expedição, seis anos atrás, morreu afogado no rio Araguaia.

A raça não é fenômeno estático, mas dinâmico. Qualquer tipo racial, fixado durante milênios, sujeito como está aos processos evolutivos, há de se transfigurar nos milênios seguintes.

Podemos, agora, precisar o conceito de raça. Dos numerosos gens que o indivíduo possui, pouquíssimos são privilégios de sua raça. Via de regra, os diversos gens ocorrem em tôdas as raças, porém, — e é isto que distingue as raças — em proporções diferentes. Um gen abundante em uma raça escasseia em outra, dando-se com outros o inverso (p. ex., quadro 9, gen  $R^0$ , em contraste com  $r$  e  $R^1$ ). Daí decorre a definição genética de raça: A raça é um conjunto de freqüências características de vários gens.

Na análise das raças do ponto de vista genético importam os grupos sangüíneos, pois, em geral, sua determinação é fácil e seu mecanismo de hereditariedade, simples. Herdados como são, permanecem imutáveis durante tôda a vida. O grupo sangüíneo do indivíduo independe do ambiente, especialmente de doenças.

Entretanto, o mesmo não acontece com as coletividades e suas freqüências gênicas. Por exemplo: o gen Rh-negativo é instável, porque a doença hemolítica do recém-nascido elimina número igual de gens Rh-positivos e Rh negativos, de maneira que o gen Rh-negativo, sendo menos freqüente, deveria com o tempo desaparecer. Também outros gens, entre os quais provavelmente A e B, perdem-se sob a influência de anticorpos de gestantes iso-sensibilizadas. Além disso, estatísticas de países europeus evidenciam maior freqüência de câncer gástrico em indivíduos A do que em indivíduos O. E estes, por sua vez, são particularmente susceptíveis à úlcera gástrica. O papel da seleção natural na resistência a infecções vem sendo intensivamente estudado, porém no caso especial dos grupos sangüíneos faltam observações seguras. O dado de que em crianças com anti-A a letalidade por broncopneumonia seria menor do que nas outras carece de confirmação.



A despeito dessas conexões com doenças, as freqüências de diversos gens sanguíneos variam pouco por sobre continentes inteiros e esta estabilidade permite traçar procedência, isolamento, mistura das populações por vários milênios. Mas os gens ABO, embora sejam, como Rh, M, N, mais antigos do que a humanidade, têm estabilidade menor e as conclusões tiradas de suas freqüências deverão ser limitadas aos últimos dois milênios.

### *Histórico*

A sorologia antropológica iniciou-se com a descoberta dos grupos sanguíneos, quando Landsteiner<sup>8</sup> em Viena verificou que A e O são mais freqüentes do que B. Semelhantes proporções foram, a seguir, encontradas em outras partes da Europa e na América; no entanto tôdas essas pesquisas referiram-se a populações brancas. Resultaram, geralmente, 40 a 45 por cento grupo O, o mesmo para o grupo A, cêrca de 10 por cento B e cinco por cento AB.

A descoberta da distribuição desigual dos grupos sanguíneos nas grandes raças deve-se ao casal Hirszfeld<sup>6</sup>. Aproveitaram êles a concentração de tropas européias, asiáticas e africanas, em Salonica, na primeira guerra mundial e determinaram os grupos ABO em diversas séries, cada uma de 500 ou mais pessoas, tomando o cuidado de examinar as diferentes raças com os mesmos soros. Resultou que tôdas essas raças possuíam todos os quatro grupos, porém as freqüências dos grupos variavam com a raça, destacando-se as altas freqüências do grupo B em asiáticos.

Foi êste o maior progresso metodológico em antropologia, desde a introdução da craniometria. Contudo, o "British Medical Journal" achou o assunto desinteressante e recusou a publicação dêsse trabalho fundamental. A "Lancet" aceitou-o, com ressalvas expressas embora. Donde se vê que para a apreciação de trabalhos científicos a crítica não basta precisa-se também de imaginação.

Hoje, as investigações sobre a distribuição geográfica dos grupos sanguíneos montam a milhares e abrangem milhões de indivíduos. O material que se vinha acumulando foi revisto por diversos autores,<sup>2,4,7,9-11</sup>, nomeadamente por Boyd<sup>5</sup>, em 1939 e por Wiener<sup>13</sup>, em 1943. Em 1950 apareceu o livro de Boyd, "Genetics and the Races of Man"<sup>1</sup>, e no ano passado o de Mourant, "The Distribution of the Human Blood Groups"<sup>3</sup>.

### *Métodos*

Entre os numerosíssimos dados, naturalmente alguns são menos seguros. O que se exige de uma boa pesquisa sorológico-antropológica é o seguinte: Exame de mais que 100, se possível, mais que 200 indivíduos. Inclusão de um só membro de cada família. Em populações mistas,

seleção racial rigorosa pelo aspecto, inquérito pessoal acêrca da ascendência, ponderação do nome e utilização de listas da população porventura existentes. Quanto aos soros, controle da atividade e especificidade antes e também depois da pesquisa antropológica. Surgem causas de erro especiais, se os soros para qualquer fator forem escassos, donde a tentação de se recorrer a um sôro menos eficiente; ou então, condições locais precárias vêm dificultar a técnica, por exemplo das provas indiretas de Coombs para D<sup>u</sup> ou Duffy a. Todavia, obtiveram-se bons resultados com sangues enviados de avião ao laboratório central a longa distância, até para outro continente; também, os métodos de preservação de sangue estão se aperfeiçoando cada vez mais.

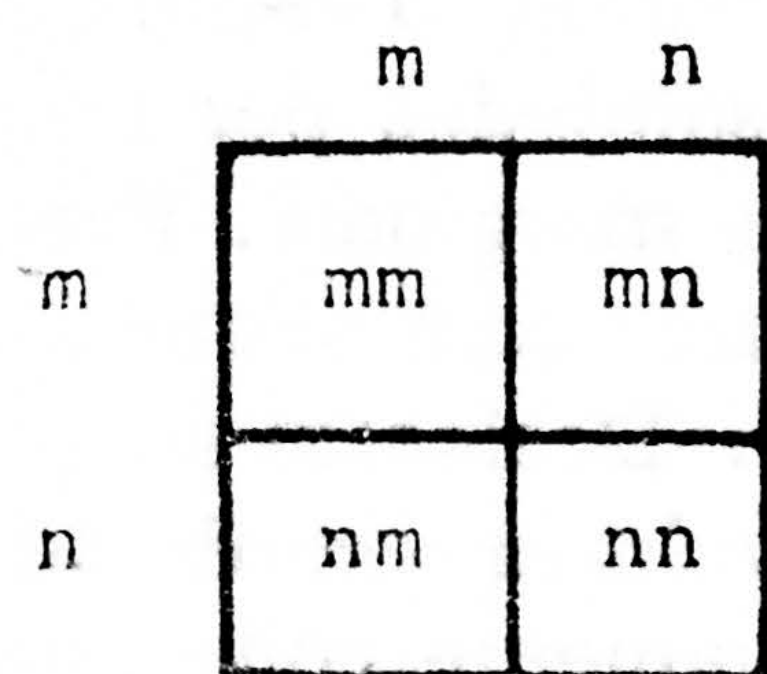
Os resultados serão indicados não só em têrmos de freqüência dos tipos, mas também dos gens. Isto, porque as freqüências gênicas são mais concisas, reduzindo o acervo de algarismos; são, além disso, mais claras, porque gens recessivos, como O, se escondem nos heterozigotos, neste caso, AO e BO.

Para exemplificar os princípios do cálculo das freqüências gênicas, tomemos os fatores M e N, omitindo, para simplificar, S e s. Sejam examinados 100 indivíduos, com resultados típicos para uma população branca, reagindo 30 só com sôro anti-M, 20 só com anti-N e 50 com ambos os soros. Os números dos fenotipos M, MN e N (escritos com maiúsculas) darão as freqüências dos gens m e n (escritos com minúsculas), da seguinte maneira:

Fenotipo (tipo sorológico)	M	MN	N	
N.º de indivíduos	30	50	20	
Genotipo	mm	mn	nn	
N.º de gens m	60	50		110
Freqüência de gens m				55% ou 0,55
N.º de gens n		50	40	90
Freqüência de gens n				45% ou 0,45

Notemos que  $M + MN + N = 100\% = 1$ ;  $m + n = 100\% = 1$ ;  
 $m = 1 - n$ ;  $n = 1 - m$ .

Este método da "contagem dos gens" direta é o mais fácil e também o melhor, no entanto, restrito aos casos como o presente, em que se dispõe de todos os soros para todos os gens implicados.



Outro método, de aplicação mais geral, torna-se claro pelo seguinte diagrama: Os dois lados do quadrado são  $m + n = 1$ ; portanto, a área é  $1^2 = 1$ . As divisões dos lados são  $m$  e  $n$ , e suas combinações ou multiplicações possíveis dão quatro retângulos ou produtos que representam as freqüências dos genótipos. A soma dos genótipos será

$$m^2 + 2 mn + n^2 = 1 = (m + n)^2$$

Os indivíduos com o genótipo  $m^2$  são os com o fenótipo M, e a freqüência de  $m^2$  é igual à de M. Portanto

$$m^2 = M; m = \sqrt{M} = \sqrt{0,3} = 0,55,$$

resultando para o gen  $m$  o mesmo valor que com o primeiro método. Análogamente,

$$n = \sqrt{N} = \sqrt{0,2} = 0,45.$$

Havendo somente um sôro em vez de dois, como no caso do fator Lutheran, calcula-se a freqüência gênica partindo do tipo negativo, que é homozigoto; o valor do outro gen será a diferença da unidade, como se vê no exemplo exposto, onde  $m = 1$ . Nos casos de sistemas com mais de dois gens estende-se o esquema por mais divisões dos lados do quadrado.

### *Distribuição geográfica dos grupos sanguíneos*

Os quadros 1 a 8 mostram algumas freqüências gênicas, quer bem documentadas, quer particularmente interessantes, nas cinco grandes raças: Para os pretos — em preto; para os brancos — em branco; para os asiáticos — em listas oblíquas; índios e esquimós — em listas verticais; australasiáticos (australianos, indo—, mela—, micro—, polinésios) — em listas horizontais. A parte quadriculada, pontilhada ou mais fracamente listadas das colunas significam que os respectivos valores constituem a minoria. Os brancos incluem os mediterrâneos até o Saara e o Mar Cáspio, e os russos até o Ural. Certas zonas de transição — Arábia, Índia — serão consideradas no texto. Como “asiáticos” restam, então, principalmente mongolóides típicos. Diversas “subraças” serão mencionadas; porém, muitos valores isolados ficarão de lado.

Êsses esquemas simplificados têm, obviamente, a desvantagem de desprezarem detalhes, mas têm também sua utilidade, permitindo rápida vista dos principais resultados, e revelando convergências a serem tratadas na parte final.

O mais freqüente gen do sistema ABO é O, não representado em quadro<sup>14, 15, 17, 24, 27, 39, 39a, 53, 55</sup>. Na Europa, geralmente, 2/3 dos gens ABO são O. Valores mais altos, até 75 por cento acham-se na periferia do continente, no noroeste, na Inglaterra setentrional, Irlanda e Islândia e também

em algumas populações do sudoeste e do sul, nos bascos, sardos e, na costa meridional do Mediterrâneo, nos berberes. Essa distribuição explica-se, ao menos parcialmente, porque povos ricos em O, desalojados por inimigos mais pobres em O, se refugiaram para aquelas áreas marginais. Freqüências elevadas de O ocorrem, esparsas, ainda em outros continentes. Aliás todos êsses valores de O não diferem grandemente. Destacam-se, porém, os índios, sobretudo os centro e sul-americanos, por valores recorde de mais que 90 por cento de O; muitas tribos são exclusivamente compostas de indivíduos O, por exemplo, no Brasil, os Guaraní<sup>58</sup>, Kaingáng<sup>21</sup>, Tukáno, Tariáno e Makú<sup>18</sup>, Kayuá e Boróro<sup>46,47</sup>, Kalapálo e Kamayurá<sup>51,52</sup>.

A distribuição do gen A é mais complexa (quadro 1). O gen A, menos freqüente do que O, perfaz, na Europa, em geral 1/4 a 1/3 dos gens ABO. Onde O sobe, A desce, naqueles povos marginais do noroeste, nos bascos e nos sardos. Ao contrário, nas cadeias centrais dos Alpes e Carpatos como também na Escandinávia setentrional, a freqüência de A é mais elevada. As porcentagens de A baixam na África, bem como na Ásia, principalmente no sudeste, mas os valores da Austrália se assemelham aos da Europa. Nos índios sul e centro-americanos com valores altíssimos de O, naturalmente, A é muito escasso<sup>61</sup> ou ausente. Existem, contudo, índios norte-americanos, os Blackfeet e tribos afins, com 50 ou mais por cento de A.

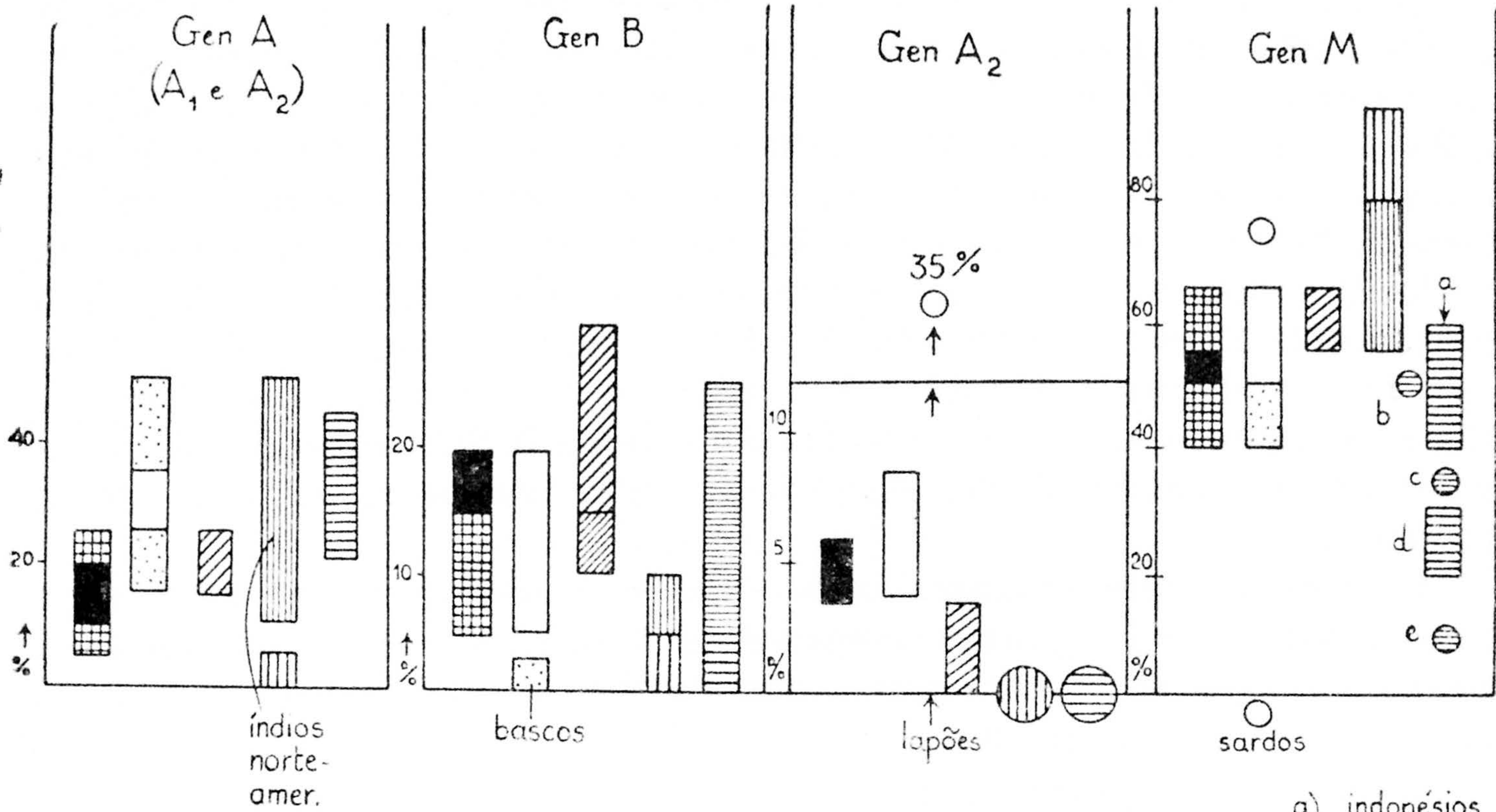
Bem característica é a distribuição de B, reproduzida no quadro 2, cujas medidas estão aumentadas. O gen B tem seu máximo na Índia e Ásia Central até o Pacífico, onde abrange de 1/4 a 1/3 dos gens ABO. A partir daí, o gen B diminui em tôdas as direções porque a pressão expansiva dos povos ricos em B declinava com a crescente distância do seu centro. As porcentagens de B, que se mantém na Europa oriental ainda perto de 20 por cento, baixam na Europa Central à metade e na ocidental mais uma vez à metade — vestígios que são de influências asiáticas desde as invasões de Átila e Gengiscan. Os bascos, porém, apresentam somente de 0 a 3 por cento de B; aparentemente escaparam à mistura, nos Pirineus, mais dificilmente acessíveis. Outro mínimo de B acha-se na Escandinávia setentrional, rica em A. Na África, de um modo geral, as freqüências de B excedem as européias apenas ligeiramente e um foco mais intenso no extremo sudeste, na ilha de Madagascar, provém da Ásia. Na Indonésia, os valores de B são ainda altos. Mas êles tornam-se baixíssimos nos continentes mais distantes e melhor isolados da grande fonte asiática. Os aborígenes australianos e os ameríndios têm porcentagens abaixo de 5 e parece que nos aborígenes puros de ambos os continentes B não existe, salvo nos esquimós, que possuem B e também A. Duas exceções, uma das quais observada em índios brasileiros (Karajá<sup>25</sup>) devem-se, talvez, à imperfeição dos soros usados.

Quadro 1

Quadro 2

Quadro 3

Quadro 4



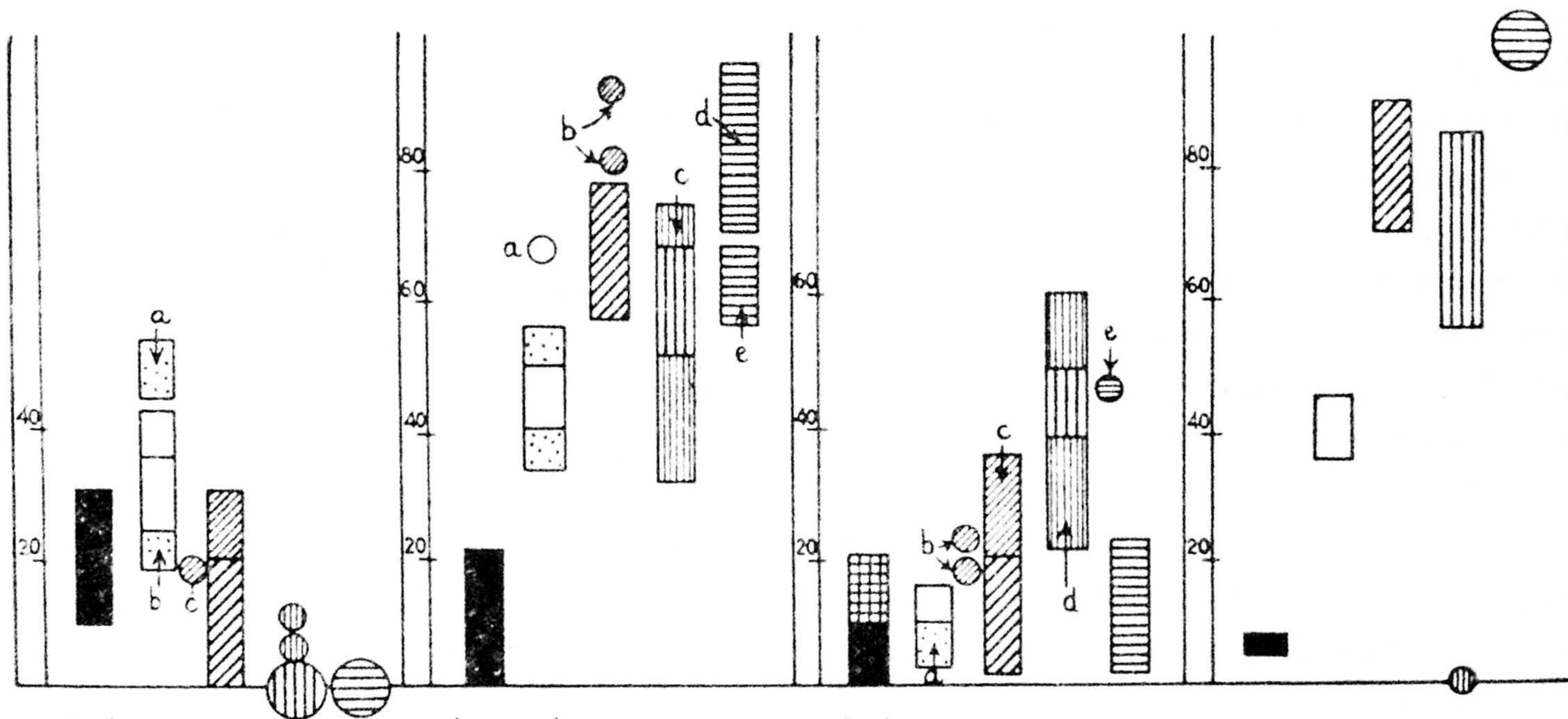
- a) indonésios
- b) polinésios
- c) micronésios
- d) australianos
- e) melanésios

Quadro 5  
 $r(cde)$

Quadro 6  
 $R^1(CDe)$

Quadro 7  
 $R^2(cDE)$

Quadro 8  
Duffy a



- a) bascos  
berberes  
irlandeses
- b) sardos  
gregos
- c) lapões

- a) sardos
- b) andamaneses
- c) esquimós
- d) oceânicos
- e) australianos

- a) bascos
- b) lapões
- c) japoneses
- d) esquimós
- e) Maori

A distribuição de  $A_2$  é das mais curiosas. Os valores, quase todos pequenos, estão em medida ainda maior (quadro 3). Os brancos têm de 4 a 9 por cento de gen  $A_2$ , com máximos na Sardenha, de um lado, e na Escandinávia, do outro. Uma população escandinava, mas não de raça branca, os lapões, atingem valor quatro vezes superior a qualquer outro conhecido. Nos pretos, os valores de  $A_2$  são, geralmente, um pouco inferiores aos dos brancos, mas acompanham-se, às vezes, de valores bastante baixos de  $A_1$ , donde altos quocientes  $A_2/A_1$ . Parece que nos pretos também o número de intermediários entre  $A_2$  e  $A_1$  é maior do que nos brancos. Na Ásia acha-se  $A_2$  apenas na parte ocidental até a Índia inclusive, sendo, além, escassíssimo ou ausente. O gen  $A_2$  já não ocorre nos australasiáticos, índios, esquimós.

Lembremos que os australianos e índios se destacam, outrossim, pela virtual ausência de B. Talvez os gens  $A_2$  e B, já inicialmente raros, tenham desaparecido por flutuação casual, mas também a intervenção de processos seletivos parece possível.

O sistema de secreção de ABO na saliva está entrelaçado com o sistema Lewis<sup>48</sup>, de genética ainda obscura. Convém, por isso, indicar as freqüências dos tipos e não dos gens para ambos os sistemas. Os dados sobre freqüências de secretores e não-secretores de ABO são poucos e nem sempre seguros. Em pretos acharam-se 60 por cento de secretores, em europeus e asiáticos perto de 80, e em índios mais que 90 e até 100.

A freqüência dos indivíduos Lewis a -positivos presta alguma informação preliminar sobre a freqüência dos não secretores, visto como todos os Lewis a -positivos e também alguns Lewis a -negativos deixam de secretar ABO. Entretanto, as pesquisas para Lewis a não revelaram grandes variações raciais, além das já conhecidas através do estudo da secreção ABO. Por certo, a inclusão de provas para Lewis b trouxe algumas observações inesperadas, separando os gregos e suecos dos outros brancos e os Maori, de todos os povos a respeito estudados. Mas não precisamos aprofundar-nos mais no assunto, mesmo porque a secreção das substâncias Lewis a e Lewis b na saliva apresenta quadro extremamente complexo, cuja elucidação é condição necessária para o pleno aproveitamento do sistema Lewis em antropologia.

Vejam os sistema MNSs, muito mais explorado. De fato, o primeiro trabalho brasileiro sobre M e N foi realizado, já 20 anos atrás, em São Paulo por Seiler e Bier<sup>59</sup>. Visto que as freqüências de M e N e, geralmente, as de S e s se completam para 100 por cento, o valor, por exemplo, do gen M dá também o de N.

No sistema M e N (quadro 4), como em outros, os índios e australianos ocupam posições especiais, mas aqui não se igualam, constituindo, ao invés, extremos opostos. Os esquimós e os índios, também índios brasileiros (Tukáno<sup>18</sup>, Kanéla<sup>61</sup>, Kayuá e Boróro<sup>46,47</sup>, Kalapálo e Kamayurá<sup>51,52</sup> marcam a alta, com 70 a 90 por cento de gen M, os australasiáticos, a

baixa, com menos que 30 por cento. As freqüências são intermediárias na Polinésia, Indonésia, Ásia, África e grande parte da Europa; porém, na Sardenha sobem a 75 por cento. Vastíssima zona de altos valores, até 65 por cento, começa no Báltico, cobre a Rússia européia e termina na área entre a Abissínia e Java.

Passemos para os gens S e s. Existe centro absoluto de s na Austrália, onde S falta quase completamente. Já na Nova Guiné, S ocorre. Vai nítido gradiente para o norte, ainda que malaios e chineses tenham pouco S. No resto da Ásia e nos outros continentes, os valores de S são mais altos, porém, s continua a prevalecer. Comumente, nos povos ricos em M há muito Ms, e nos ricos em N, muito Ns. Aliás N prefere quase sempre a associação com s donde escassez geral de NS. Sòmente em pouquíssimas populações, entre as quais os Ainu no Japão setentrional, os valores de NS são relativamente elevados.

Amplia-se o sistema MNSs pelos fatores Hunter e Henshaw, possivelmente alelos ocupando terceiro locus ao lado de M ou N e de S ou s, em analogia com CDE, no conceito de Fisher e Race. Em pretos encontraram-se cêrca de 20 por cento de Hunter-positivos, em brancos apenas 1/2 por cento, e os positivos, brancos ou pretos, eram quase todos Ns. O fator Henshaw, raro em pretos e asiáticos, parece ausente em brancos.

Juntamente com M e N foi descoberto o fator P, que, no entanto, independe dêsse sistema. Soros bons anti-P são escassos. Também, a genética do sistema P não está perfeitamente clara, existindo talvez, além dos gens positivo e negativo, ainda um ou dois intermediários. Havemos de assinalar, pois, as freqüências dos tipos e não dos gens. Nos brancos, 65 a 85 por cento são P-positivos<sup>23,32</sup>. Valores semelhantes foram encontrados em índios norteamericanos, australasiáticos, asiáticos, mas ocorrem na Ásia também porcentagens mais baixas, de 60 a 30. Na dianteira estão os pretos, com 85 a 98.

E agora o sistema Rh — tão complexo; apesar das numerosas pesquisas<sup>16,22,28,31,34a,36,38,42,43,54,56,56a,65</sup>, há ainda muitas lacunas a preencher. Em São Paulo, as freqüências dos tipos de Rh foram determinadas por Carlos da Silva Lacaz, Mellone, Costa Ferreira, Roberto Pasqualin e nós-  
outros<sup>42,44,45</sup>.

Existem oito principais "cromosomas" de Rh, cada qual determinando três fatores. Sem querer antecipar nada sôbre a genética do sistema, chamaremos o cromosoma ou gen complexo, por brevidade, de "gen". Vejamos, primeiro, o gen Rh-negativo, designado por r ou cde. Sua distribuição lembra a de A<sub>2</sub> (quadro 5). Ambos os gens estão virtualmente ausentes nos australianos e nos índios, inclusive brasileiros (Kayuá e Borórc<sup>46,47</sup>, Kalapálo e Kamayurá<sup>51,52</sup>). O gen r falta também quase por completo na Australásia e, ainda, na Malásia, sendo muito escasso na China e no Japão. Já na Índia alcança o nível de 20 a 25 por cento, que parece

prosseguir sem interrupção na Ásia ocidental, África, bacia mediterrânea até a Grécia, Itália meridional, Sardenha. Em contraste, na Europa central e setentrional há quase sempre muito mais, 40 por cento de gen Rh-negativo. Afastam-se, desta vez também, no extremo norte, os lapões, com 20 por cento apenas.

Interessantíssima é outra exceção, esta no sentido oposto. Os bascos da Espanha, França, Argentina, mantêm os valores recorde de gen Rh-negativo, com 45, 55 e mais por cento. Êsses estudos saíram da clínica. Etcheverry havia notado em Buenos Aires que a doença hemolítica dos recém-nascidos era mais freqüente nos bascos do que na população geral. Fora os bascos, apenas poucas populações, entre as quais tribos de berberes norteafricanos e os irlandeses, apresentam valores superiores a 40 por cento. Os bascos isolados nos Pirineus, conservaram-se durante muitos séculos em alto estado de pureza, o que se deduz de seus costumes bem peculiares e de sua língua, a única não indo-européia na Europa ocidental. De outro lado, torna-se provável que os antecessores dos bascos, há milênios, ocuparam grande parte da Europa, visto como denominações geográficas bascas se acham largamente espalhadas. Portanto, os bascos são tidos como os autênticos proto-europeus.

O conjunto de dados sorológicos e outros, também arqueológicos, levou à seguinte hipótese bem fundada: A atual raça branca seria o produto da mistura dos antigos bascos, ricos em Rh-negativos e pobres em B, com populações asiáticas e mediterrâneas, inversamente, pobres em Rh-negativos e ricos em B. Outra ordem de idéias conduz à mesma concepção. Se o gen Rh-negativo, apesar de sua instabilidade acima discutida, conserva freqüência elevada na raça branca, é porque ela nasceu da mistura relativamente recente de componentes bem heterogêneos, um dos quais rico em Rh-negativos.

Uma causa de erro, na determinação do tipo Rh-negativo, reside na eventual presença da variante  $D^u$ , intermediária entre D e d. Sem a pesquisa de  $D^u$  o gen  $cD^u$  poderia ser tido por cde, Rh-negativo. Provas de  $D^u$  foram incluídas em diversas estatísticas, mas em muitos povos o controle para  $D^u$  está ainda por fazer e poderia reservar algumas grandes surpresas.

Outros gens Rh-negativos,  $r'$  (Cde) e  $r''$  (cdE) têm na maioria dos brancos porcentagens em torno de 1, em mediterrâneos, porém, de 2 a 6. Em pretos ocorrem valores mais altos de  $r'$ , até 8, cuja exatidão foi controlada pela pesquisa de  $D^u$ . Nas outras raças, as porcentagens de  $r'$  e  $r''$  são geralmente de 0 a 1. Entre as poucas exceções, figuram os Ainu, com cerca de 20 por cento de  $r''$ , sendo, porém, os controles para  $D^u$ , nesta série, incompletos.

Omitimos o gen  $r''$  (CdE), extremamente raro em todos os povos.

O gen Rh-positivo  $R^o$  ou cDe é atributo dos pretos por excelência. Suas porcentagens na África são muito altas, de 30 a 60 e até 80. É



na maioria das tribos africanas o mais frequente de todos os gens Rh, enquanto nas outras raças  $R^1$  predomina. O gen  $R^0$  acusa na Europa meridional ainda porcentagens de 10 a 5, e às vêzes menores. Na Europa setentrional, porém, não excede 4 por cento, dividindo os europeus do norte e do sul anàlogamente ao gen Rh-negativo. Visto que as freqüências de  $R^0$  diferem muito em brancos e pretos, o gen é apropriado para analisar misturas dessas raças. Bela ilustração dos resultados, também dos nossos obtidos com Ruy Faria aqui em São Paulo é apresentada em revista sul-africana<sup>11</sup> (quadro 9). As diversas colunas indicam as freqüências dos diversos gens Rh-Hr; a de  $R^0$  está em preto. Como se vê, os pretos da África são muito mais pretos do que os da América do Norte e êstes ainda mais pretos do que os nossos, porquanto alí houve menos mistura do que aqui. Como "mulatos" procurou-se selecionar meio-brancos — meio pretos. Valores elevados de  $R^0$  têm se mostrado indicadores sensíveis de componente preta em egípcios, árabes e outras populações.

As porcentagens de  $R^0$  variam na Ásia, como na Europa meridional, entre 10 e 4, baixando sòmente no Japão até zero. Também os índios têm, geralmente, pouco  $R^0$ . Australianos, porém, apresentaram 15 por cento. Outros valores altos — esporádicos — talvez sejam devidos, em parte, à mistura com pretos.

Riqueza de  $R^0$  (cDe) costuma-se acompanhar de apreciável quota de  $cD^{ue}$ . Os pretos, por exemplo, têm habitualmente de 40 a 60 por cento  $R^0$  junto com 5 a 10 por cento  $cD^{ue}$ , mas existem também tribos isentas de  $D^u$  e outras com mais que 20 por cento  $cD^{ue}$ . Nos boximanês, êsses dois gens perfazem cêrca de 90 por cento de todos os gens Rh. Como vimos atrás, outros gens intermediários, os entre  $A_1$  e  $A_2$ , parecem igualmente mais freqüentes em pretos do que em outras raças, como se houvesse, nos pretos, tendência especial para mutações. Na costa asiática do Mar Vermelho, os árabes jemenitas têm 10 por cento  $cD^{ue}$  e os judeus jemenitas o valor recorde de 20, êstes com pouco, aquêles com muito  $R^0$ . Quanto aos grupos sanguíneos dos judeus em geral, variam grandemente com o país de origem, porque os judeus conservando embora velhos traços mediterrâneos, se misturaram, ora mais, ora menos, com os povos com os quais viviam. Na Europa, as porcentagens de  $D^u$  não excedem 1, com exceção da Grécia, onde uma série mostrou 10 e a outra 15 por cento  $cD^{ue}$ . Sem provas para  $D^u$  êsses indivíduos teriam passado, em parte, por Rh-negativos.

Como foi dito, o mais freqüente gen do sistema Rh, é, salvo nos pretos,  $R^1$  (ou CDe). Tem seu foco (quadro 6) na Melanésia e Micronésia, com mais de 90 por cento. Baixa ligeiramente na Indonésia e, mais, na Austrália e na Ásia. Os esquimós apresentam porcentagens altas, perto de 75, mas os índios geralmente apenas 70 a 50, assim, por exemplo, índios brasileiros (Kayuá e Boróro<sup>46,47</sup>, Kalapálo e Kamayurá<sup>51,52</sup>). Na Eu-

ropa, os valores são ainda inferiores, as mais das vezes entre 50 e 40. As porcentagens mais baixas de  $R^1$  encontram-se nos pretos, decrescendo gradualmente, desde o Saara até a África do Sul.

O fator  $C^w$  foi pouco pesquisado porque o sôro específico é escasso. As freqüências de  $C^w$  são bem pequenas. Na maioria das estatísticas, estão contidas nas de  $C$ , que são muito altas, donde pouco modificadas pela inclusão de  $C^w$ . Todavia, as observações sôbre a distribuição de  $C^w$ De não são desprezíveis. As porcentagens, em pretos e asiáticos perto de zero e em brancos<sup>26</sup> geralmente em tôrno de 1, sobem a 2 na Grécia e Noruega, atingindo 4 na Tchecoslováquia, Letônia, e Lapônia. Este aumento dos valores na Europa nordestina repete-se com o seguinte gen.

O gen  $R^2$  (quadro 7) tem seu mínimo, abaixo de 10 por cento, numa zona que vai desde a Nova Guiné através da Índia e Arábia até o Mediterrâneo e a maior parte da África, onde se excetua vasta área centro-ocidental com 10 a 20 por cento. Ao Norte daquela primeira grande zona expande-se outra com porcentagens de  $R^2$  ligeiramente mais altas, entre 10 e 15, desde a Indonésia até a Europa central. Ao norte da segunda faixa parece haver terceira, com porcentagens ainda mais altas entre 15 e 20, mas apenas se lhe conhecem as extremidades, na Europa setentrional e na China, e quase nada da parte central, além da cortina de ferro. Os japoneses têm porcentagens mais altas de  $R^2$ , até 36 e as supremas são alcançadas nos Maori e nos índios que têm, geralmente, de 40 a 60. Exemplo: Encontramos cêrca de 50 por cento em índios brasileiros (Kayuá e Boróro<sup>46,47</sup>).

Essa semelhança entre os Maori e os índios evoca a teoria de Heyerdahl sôbre a origem americana dos polinésios. Ele demonstrou pela sua mundialmente conhecida expedição "Kon-Tiki" que os índios com meios primitivos de navegação poderiam ter cruzado o Pacífico. Heyerdahl<sup>25a</sup> admite duas ondas de imigração na Polinésia, uma de índios norte-americanos e outra, menos documentada, de sul-americanos. Suas idéias encontram violenta oposição por parte dos antropólogos. Os grupos sangüíneos, evidentemente, deixam de indicar a direção de antigas viagens, se para este ou ceste; todavia, a relativa riqueza dos polinésios, especialmente dos Maori, em  $R^2$ , M e A fala em favor de seu parentesco com índios, ao menos norte-americanos. Acresce que, em nítido contraste com os polinésios, os australianos têm pouco  $R^2$ , 20 por cento ou menos.

Do gen  $R^2$  (CDE) encontram-se, geralmente, nos brancos e pretos, porcentagens abaixo de 1, que sobem, nos asiáticos e australasiáticos, não raramente a 2 e nos índios, habitualmente até 6.

Resta ver ainda alguns dos novos fatôres descritos sômente no último decênio. Os soros correspondentes e os dados sorológico-antropológicos são escassos.

Primeiro descobriu-se o fator Lutheran. As porcentagens do gen Lutheran foram, com poucas exceções, na Europa e África em tórno de 3, mas na Ásia e Australásia, zero. Índios norte-americanos têm menos de 2, mas índios brasileiros (Kalapálo e Kamayurá<sup>51,52</sup>) segundo Pantin e Junqueira, 9.

O fator Kell importa clinicamente<sup>19,50</sup> daí o não serem os soros tão escassos assim; em parte, porém, deixam de dar aglutinação direta, exigindo, então, a prova de Coombs, mais longa. O gen Kell mostra, quase sempre, em brancos menos que 6 e em pretos menos que 1 por cento, cai a zero em asiáticos, australasiáticos, esquimós e certos índios, mas sobe grandemente, em outros índios, inclusive brasileiros<sup>51,52</sup>. Em São Paulo, pesquisas para Kell<sup>40,50</sup>, iniciadas por Mellone e Biancalana conosco, foram estendidas por Lacaz e seus colaboradores<sup>33</sup>, também para pretos e asiáticos, residentes nesta cidade.

Sobre Kidd a, outro dos novos fatôres, há poucas pesquisas, porque há pouco sôro. Acharam-se, aproximadamente, em brancos 50 por cento de gen Kidd, em pretos 75, em índios 40 a 70, mas em chineses apenas 30.

Dos novos e talvez de todos os fatôres sangüíneos, é Duffy a o mais interessante para a antropologia. Mas aqui, também, os estoques de sôro são restritos e impõe-se, de ordinário, a técnica elaborada de Coombs. A distribuição de Duffy a (quadro 8) mostra alguma semelhança com a de  $R^1$ . Pretos têm somente 6 a 8 por cento de gen Duffy a, brancos muito mais, 40 a 45, índios e esquimós ainda mais, havendo surpreendente exceção nas mencionadas séries de Pantin e Junqueira, que encontraram zero por cento. Na Ásia, as porcentagens de Duffy a chegam a 70, 80 e 90, culminando com 100 na Australásia.

#### *As raças sorológicas*

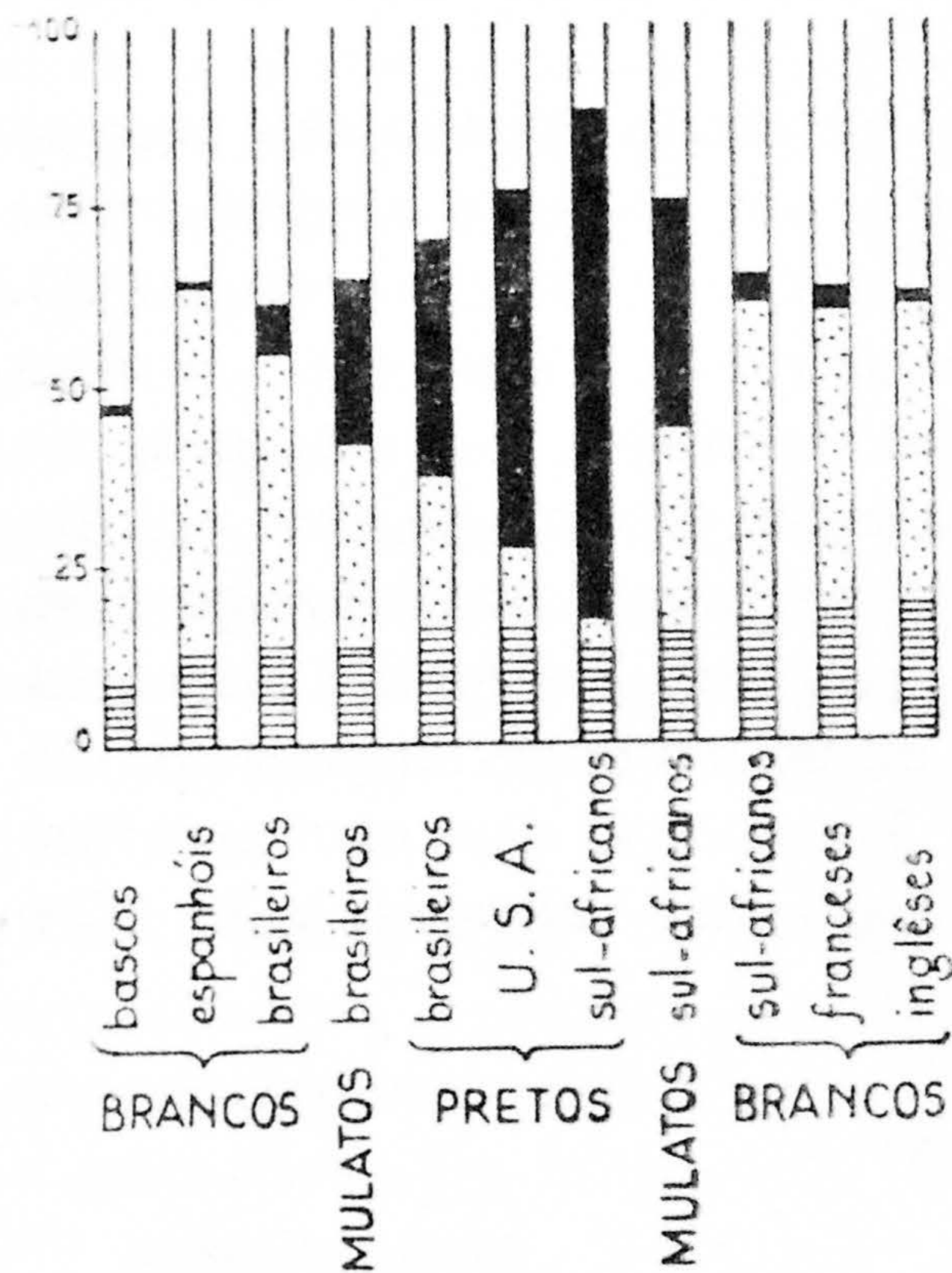
Recapitulando, encaremos brevemente as cinco grandes raças e algumas subraças, uma por uma, com seus mais marcantes distintivos sangüíneos.

Principiemos com os pretos, profundamente separados do resto da humanidade pelas freqüências de diversos gens. Os pretos apresentam as mais altas porcentagens de  $R^0$  às custas de  $R^1$  e  $r$ . Têm os maiores valores conhecidos de P e Kidd a; e os menores de secretores ABO e Duffy a. Características dos pretos são, segundo parece, também os números relativamente elevados de intermediários entre  $A_1$  e  $A_2$ , de Hunter e Henshaw-positivos e de indivíduos  $D^0$ . Os pretos partilham com os brancos dos valores mais altos de  $A_2$ .

Nos brancos, sobretudo nos bascos, ocorrem mais Rh-negativos do que nas outras raças. Mas a disparidade é pouco acentuada e apaga-se na bacia mediterrânea. Também, a divisão entre brancos e asiáticos, desde o Mediterrâneo para este e na Rússia, deixa de ser pronunciada. Na pró-

pria Europa destacam-se no sul os sardos com grupos sangüíneos bem peculiares e, no extremo norte, os lapões com o recorde de  $A_2$  e outros valores divergentes. Os ciganos, que percorreram a Europa durante muitos séculos conservaram, mesmo assim, traços inconfundíveis de sua origem asiática. Fora o gen Rh-negativo, não se conhece outro que por presença, ausência ou valor extremo distinga, de vez, os brancos de tôdas as outras raças. Os brancos separam-se, porém, de cada raça em particular, por diversas freqüências gênicas. Afastam-se, por exemplo, dos pretos pelo valor muito baixo de  $R^0$  e, junto com os pretos, das outras raças, pela presença ou valor mais alto de  $A_2$ .

Quadro 9



Frequências de gens Rh em pretos e brancos (segundo Shapiro 11, com modificações).

$r$  - branco;  $R^0$  - preto;  $R^1$  - pontilhado;  $r'$ ,  $r''$ ,  $R^2$  e  $R^3$  - listado horizontal.

A Ásia é o grande reservatório de B. Outros característicos asiáticos são os altos valores de secretores ABO, de  $R^1$ , e de Duffy a. Alguns gens atravessam o continente em gradientes. Os valores moderados de Rh-negativos na bacia mediterrânea parecem prosseguir, com poucas variações, até a Índia; depois, o gen Rh-negativo desaparece quase por completo. O gen  $A_2$  decresce na mesma direção, enquanto  $R^1$  toma rumo oposto. Aliás, a Ásia abriga os mais variados povos e tribos. Populações da mesma cidade, mas separados, há milênios, pelas rigorosas leis de casta diferem nas frequências gênicas tanto como subraças. Mencionemos apenas a subraça que mais se distancia, os Ainu, detentores dos recordes mundiais de NS e  $r''$ . Os grupos sangüíneos da Sibéria, talvez capazes de lançar mais luz sobre a origem dos esquimós e índios, são quase que desconhecidos; todavia, as pequenas séries são sugestivas pela sua riqueza em O.

Dos asiáticos que povoaram a América, os últimos foram, provavelmente, os esquimós. Eles possuem B, em contraste aos índios. Característico exemplo de "genetic drift" representam algumas centenas de esquimós os quais isolados na região polar perderam a maioria de seus gens A e B. Enquanto algumas tribos de índios norteamericanos têm muito A, predomina nos outros índios O, assumindo porcentagens de 90 a 100. Os índios apresentam ainda, as mais altas porcentagens conhecidas de  $R^2$  e de secretores ABO. De resto, as distribuições de diversos gens sanguíneos — falta de  $A_2$ , valores recorde de M, semelhanças nas frequências de gens Rh — sugerem origem comum dos índios e esquimós.

A Austrália e Oceânia mostram algumas feições comuns: Nada de  $A_2$ ; pouco S; nada ou quase de Rh-negativos; altos valores de  $R^1$ ; frequentemente 100 por cento de Duffy a. Esboçam-se, no entanto, algumas subraças. Nos indonésios prevalecem ainda os altos valores sul-asiáticos de B e M. Enquanto B se dilui aos poucos, para desaparecer nos australianos puros, a separação entre altos e baixos valores de M é brusca, correspondendo, grosseiramente, à linha que separa as populações animais asiáticas e australianas. Mínimo de M, isto é, máximo de N, e também máximo de  $R^1$  são característicos da Melanésia e Micronésia, cujos povos representam, aliás, misturas complexas, de subdivisão difícil. Os australianos distinguem-se pela virtual ausência de S, bem como de B. Mais para este afastam-se os polinésios pela riqueza de M,  $R^2$  e, geralmente, de A.

#### *Os grupos sanguíneos falaria sobre a pré-história?*

É com tôdas as ressalvas que tentamos uma explicação mais geral dos resultados da antropologia sorológica.

Foi dito que na comparação dos quadros 1 a 8 sobressai a semelhança da distribuição de  $A_2$  e  $r$ , bem como de  $R^1$  e Duffy a. Os australianos e australasiáticos exibem os mínimos para os dois primeiros e os máximos para os dois outros gens. Sua posição especial, obviamente, não pode ter decorrido de mistura com as outras raças assinaladas. Seria imaginável que no caso de  $r$  tivesse operado seleção, no de  $A_2$ , mutação e nos de  $R^1$  e Duffy a, flutuação. De qualquer maneira, tratar-se-ia de processos muito vagarosos. Parece, portanto, que aquela combinação de quatro extremos, aliada a outras particularidades, indique uma raça antiga, oriunda da Australásia ou Ásia oriental: raça proto-mongolóide.

Ela teria sido fixada antes da separação dos índios, relacionados com ela pelas frequências de todos êsses quatro gens.

Os pretos marcam os extremos opostos à raça proto-mongolóide para  $R^1$  e Duffy a, reunindo, além disso, valores únicos para secreção ABO, para P e, principalmente,  $R^0$ . Êstes e mais distintivos sugerem que os pretos derivam de outra raça muito velha: proto-negróide.

Com a idéia dessas duas raças, proto-mongolóide e proto-negróide, condiz que a paleontologia estabelece relações entre o antigo homem de Java e o australiano atual, assim como entre os achados da Rodésia e o preto atual.

Em contraste, os valores dos brancos e da maioria dos asiáticos são, geralmente, não extremos, mas intermediários, o que reflete, provavelmente, misturas havidas após a formação dos proto-mongolóides e dos proto-negróides.

Estas duas raças foram deduzidas, em parte, de gradientes este-oeste. Mas na Ásia, os gradientes sul-norte de M, S e R<sup>2</sup>, a par da concentração central de B, esboçam, talvez, a coexistência de uma ou mais velhas raças. Aliás, especulações partindo unicamente dos gens B e A, menos estáveis, seriam das mais duvidosas. Resta, então, um só gen, o Rh-negativo, a apontar os antecessores dos bascos como os proto-europeus.

Em suma, opinamos que a distribuição atual dos grupos sangüíneos deixa transparecer antigas raças e suas migrações.

\*

E os estudos prosseguem. As estatísticas das freqüências dos grupos sangüíneos, e especialmente dos novos, vêm sendo ampliadas em tôda parte. Investigações dos grupos de múmias e de macacos e outros animais contribuirão para esclarecer genética e distribuição atual dos grupos humanos. Começou a aplicação antropológica de outros gens cujo mecanismo de hereditariedade ficou estabelecido; são os da siclemia e talassemia, os do daltonismo, de percepção gustativa da feniltiocarbamida e mais ainda. O alvo é um quadro claro em que os elementos apurados de antropologia sorológica e clássica convirjam todos — a se alcançar, talvez, em muitos anos de pesquisa centralizada e mundialmente dirigida.

#### LIVROS SÓBRE ANTROPOLOGIA SOROLÓGICA

- 1 — BOYD, W. C., *Genetics and the races of man*. Little, Brown & Co., Boston, 1950.
- 2 — KHERUMIAN, R., *Génétique et anthropologie des groupes sanguins*. Vigot Frères, Paris, 1951.
- 3 — MOURANT, A. E., *The distribution of the human blood groups*. Blackwell Scientific Publications, Oxford, 1954.

#### TRABALHOS BÁSICOS E SÍNTESES

- 4 — ANONYMOUS, Anthropology by blood groups. *Lancet*, 1953, II, 23-24.
- 5 — BOYD, W. C., Blood groups. *Tabul. biol.*, Uitgeverij Dr. W. Junk, Den Haag, 1939, 17, 113-240.
- 6 — HIRSZFELD, L. e HIRSZFELD, H., Serological differences between the blood of different races. The result of researches on the Macedonian front. *Lancet*, 1919, II, 675-679.

- 7 — LAHOVARY, N., Bioserological methods of human classification. *Science*, 1953, 117, 259-269.
- 8 — LANDSTEINER, K., Zur Kenntnis der antifermentativen, lytischen und agglutinierenden Wirkungen des Blutserums und der Lymphe. *Zbl. Bakt.* 1900, 27, 357-362.
- 9 — LEVINE, P., The genetics of the newer human blood factors. *Advances of Genetics*. VI. Academic Press, New York, 1954.
- 10 — MATSON, G. A., The anthropological application of the blood groups with special reference to the American Indians. *Acta chir. belg.* 1954, 53 (suppl. 1), 149-159.
- 11 — SHAPIRO, M., Blood groups and skin colour. Their genetics in human anthropology. *J. forensic Med.* 1953, 1, 2-10.
- 12 — WEIDENREICH, F., *Apes, giants and man*. The University of Chicago Press, Chicago, Ill. 1946.
- 13 — WIENER, A. S., *Blood groups and transfusion*. 3rd ed., C. C. Thomas, Springfield, Ill. 1943.

## PESQUISAS BRASILEIRAS

- 14 — ABEN — ATHAR, J., Isoaglutininas do sangue de brasileiros. *Sci. méd., Rio de J.* 1927, 5, 145-153.
- 15 — ANONYMOUS, Blood typing of Brazilian soldiers. *J. Amer. Med. Ass.* 1944, 126, 186.
- 16 — BACILA, M., *Contribuição ao estudo do fator Rh em Curitiba*. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Boletim N. 14, 1947.
- 17 — BIER, O. G. e Machado, J. C., Blood groups in São Paulo. *Rev. Ass. Paul. Med.* 1933, 2, 92-98.
- 18 — BIOCCA, E. e OTTENSOOSER, F., Estudos etno-biológicos sobre os índios da região do Alto Rio Negro — Amazonas. I. Grupos sanguíneos comuns e fatores M e N. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1944, 28, 111-118.
- 19 — CARNEIRO, S., Iso-imunização materno-fetal pelo fator Kell. *Rev. Brasil. Med.* 1954, 11, 389-391.
- 20 — FARIA, R. e OTTENSOOSER, F., Grupos ABO e tipos de Rh em pretos e mulatos de São Paulo. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1951, 35, 68-73.
- 21 — FERNANDES, L., Notas hemato-antropológicas sobre os Caingangues de Palmas. *Rev. méd. Paraná*, 1939, 8, 17-24.
- 22 — FERREIRA, H. C., LACAZ, C. S. e MELLONE, O., Resultados de 260 determinações do fator Rh na cidade de São Paulo. *Rev. Brasil. Med.* 1946, 3, 89-91.
- 23 — FERREIRA, H. C. e TOLEDO, R., Moléstia hemolítica de recém-nascidos atribuída aos fatores A e P; frequência dos gens P — p na cidade de São Paulo. *Rev. Paul. Med.* 1953, 43, 235-242.
- 24 — FIGUEIREDO, L. H., Resumo sobre 3000 classificações de grupos sanguíneos. *Arch. Clín., Rio de J.* 1951, 12, 445-449.
- 25 — GOLDEN, G., Distribution of blood groups in South American Indians. *Lancet*, 1930, II, 278-279.
- 25 a — HEYERDAHL, T., *American Indians in the Pacific: the theory behind the Kon-Tiki expedition*. Allen & Unwin, London, 1952.
- 26 — JUNQUEIRA, P. C. e WISHART, P. J., Incidência do fator C<sup>w</sup> na população do Rio de Janeiro. *Arch. Brasil. Med.* 1953, 43, 199-204.
- 27 — LACAZ, C.S., Índice bioquímico racial. *Folia clin. Biol.* 1939, 11, 168-174.

- 28 — LACAZ, C.S., FERREIRA, H.C., MELLONE, O. e CUNHA, O.C., Algumas determinações do fator Rh em nosso meio. *Rev. Cir., S. Paulo*, 1945, 11, 1-29.
- 29 — LACAZ, C. S., FERREIRA, H. C., MELLONE, O. e YAHN, O., Novos dados estatísticos sôbre o fator Rh em São Paulo (Brasil). *Res. clin.-cient.* 1946, 15, 279-283.
- 30 — LACAZ, C. S., FERREIRA, H. C. e MELLONE, O., Dados estatísticos sôbre o fator Rh. *An. Paul. Med. Cir.* 1947, 53, 319-323.
- 31 — LACAZ, C. S., Novos dados estatísticos sôbre a incidência do fator Rh na cidade de São Paulo (Brasil). *Rev. Paul. Med.* 1951, 38, 17-20.
- 32 — LACAZ, C.S. e MASPEZ, V., Acidente pos-transfusional com imunização a diversos aglutinógenos. Incidência do fator P na cidade de São Paulo. *Res. clin.-cient.* 1951, 20, 3-11.
- 33 — LACAZ, C.S., PINTO, D.O., BORGES, S.O., MELLONE, O. e YAHN, O., Incidence of the Kell factor in São Paulo. *Amer. J. phys. Anthropol.* 13, 1955. Em publicação.
- 34 — LIMA, P. E., Grupos sangüíneos dos índios do Xingú. *Bol. Mus. Rio de J.* 1950, n. s. 11, 1-4.
- 34 a — LOPES, M.B.L., O fator Rh na população do Rio de Janeiro. Dados estatísticos. *Rev. brasil. Med.* 1948, 5, 478-482.
- 35 — LOPES, M. B. L. e JUNQUEIRA, P. C., O sistema Rh no Rio de Janeiro. Dados estatísticos. *Seara méd.* 1952, 6, 483-485.
- 36 — LOPES, M.B.L. e COSTA, H.L., Rotina de classificação do fator Rh... *Seara méd.* 1952, 6, 487-489.
- 37 — MELLONE, O., LUDOVICI, J., MALUF, M. e MACRUZ, R., Incidência dos grupos sangüíneos do sistema ABO no serviço de transfusão do Hospital das Clínicas de São Paulo. *Rev. Paul. Med.* 1952, 40, 287-288.
- 38 — MESQUITA, M. P. e LEITE, V. R., Pesquisas sôbre o fator Rh na cidade do Rio de Janeiro. *O Hospital, Rio de J.* 1947, 32, 505-522.
- 39 — MONTENEGRO, J., Iso-hemaglutininas. *Bol. Soc. Med. e Cir., S. Paulo*, 1922, 5, 3.<sup>a</sup> série, 60-63.
- 39 a — NOVAH, E., Estatística de tipos sangüíneos do Instituto Oscar Freire. *Bol. Inst. Oscar Freire, S. Paulo*, 1949, 5, 3-4.
- 40 — NOVAIS, M., Grupos sangüíneos na população de Salvador (Bahia). *O Hospital, Rio de J.* 1953, 43, 471-480.
- 41 — OTTENSOOSER, F., Cálculo do grau de mistura racial através dos grupos sangüíneos, *Rev. Brasil. Biol.* 1944, 4 531-537.
- 42 — OTTENSOOSER, F. e PASQUALIN, ROBERTO, Aspectos sorológicos da transfusão de sangue. III. Acidentes hemolíticos após transfusão, eritroblastose fetal e o novo fator sangüíneo Rh. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1944, 28, 49-56.
- 43 — OTTENSOOSER, F. e PASQUALIN, ROBERTO, O fator Rh na mortalidade fetal e neonatal. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1946, 30, 20-28.
- 44 — OTTENSOOSER, F., LACAZ, C.S., FERREIRA, H.C. e MELLONE, O., Os oito tipos de Rh. Aplicações clínicas e antropológicas. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1947, 31, 36-42.
- 45 — OTTENSOOSER, F. LACAZ, C. S., FERREIRA, H. C. e MELLONE, O., Distribution of the Rh types in São Paulo (Brazil). *Blood*, 1948, 3, 696-697.
- 46 — OTTENSOOSER, F. e PASQUALIN, ROBERTO, Blood types of Brazilian Indians (Mato Grosso). *Amer. J. hum. Genet.* 1949, 1, 141-155.
- 47 — OTTENSOOSER, F. e PASQUALIN, ROBERTO, Tipos sangüíneos de índios de Mato Grosso. *O Hospital, Rio de J.* 1950, 37, 73-79.



- 48 — OTTENSOOSER, F., MELLONE, O. e YAHN, O., Identificação de anticorpo Lewis a, causa provável de doença hemolítica de um recém-nascido. *Rev. Paul. Med.* 1953, 42, 38-47.
- 49 — OTTENSOOSER, F., MELLONE, O. e BIANÇALANA, A., Fatal transfusion reaction due to the Kell factor. *Blood*, 1953, 8, 1029-1033.
- 50 — OTTENSOOSER, F. e TAUNAY, P. E., Sensibilização ao fator sanguíneo Kell. Segundo caso observado em nosso meio. *Rev. Paul. Med.* 1954, 44, 15-23.
- 51 — PANTIN, AMY M. e JUNQUEIRA, P. C., Blood groups of Brazilian Indians. *Nature*, 1951, 167, 998.
- 52 — PANTIN, AMY M. e JUNQUEIRA, P. C., Blood groups of Brazilian Indians. *Amer. J. phys. Anthrop.* 1952, n. s. 10, 395-406.
- 53 — PASQUALIN, ROBERTO, Grupos sanguíneos e índice bioquímico racial em São Paulo. *Arq. Biol., S. Paulo*, 1941, 25, 179-181.
- 54 — PEDREIRA, C.M., *Fatôres Rh-Hr (Aspectos de sua pesquisa na Bahia)*. Tese. Bahia, 1954.
- 55 — PEZZI, A. R., MAZZIERI, R. e MARTINEZ, J. A., Estatísticas de grupos sanguíneos. *Arch. Clín., Rio de J.* 1951, 12, 564-565.
- 56 — REZENDE, J., Estudos, verificações e resultados sobre a incidência do fator Rh no Rio de Janeiro. *Rev. Ginec. e Obstet.* 1946, 40, 89-96.
- 56 a — REZENDE, J. e PEREIRA, O. G., A propósito da distribuição Rh na população do Rio de Janeiro. *An. brasil. Ginec.* 1949, 14, 23-30.
- 57 — SALAZAR, R. P. e MELLO, R. P., Determinação dos grupos sanguíneos e Rh em brancos, pretos e mulatos do Estado de Minas Gerais. *Rev. Brasil. Biol.* 1948, 8, 169-172.
- 58 — RIBEIRO, L., BERARDINELLI, W. e ROITER, M., Grupo sanguíneo dos índios guaranys. *O Hospital, Rio de J.* 1934, 6, 1129-1135.
- 59 — SEILER, E. e BIER, O. G., Distribution des agglutinogènes M et N de Landsteiner et Levine dans la population de São Paulo. *C. r. Soc. Biol.* 1935, 120, 1111-1112.
- 60 — SILVA, E. M., Blood groups of Whites, Negroes and mulattoes from the state of Maranhão, Brazil. *Amer. J. phys. Anthrop.* 1948, n.s. 6, 423-428.
- 61 — SILVA, E. M., Grupos sanguíneos comuns a fatôres M e N em índios canela (ramkókamekra) do Maranhão. *Rev. Mus. Paul.* 1948. n.s. 2. 271-274.
- 62 — SILVA, E. M., SALAZAR, R. P., MELLO, R. P. e CRUZ, W. O., Distribuição de grupos sanguíneos comuns (O, A, B, AB) e incidência do fator Rh e siclemia na cidade de Duque de Caxias (Estado do Rio). *O Hospital, Rio de J.* 1948, 34, 649-655.
- 63 — SILVA, E. M., Blood groups of Indians, Whites and White-Indian mixtures in southern Mato Grosso, Brazil. *Amer. J. phys. Anthrop.* 1949, n.s. 7, 575-585.
- 64 — STEVENS, W. L., Statistical analysis of the A-B-O system in mixed populations. *Hum. Biol.* 1952, 24, 12-24.
- 65 — VERSIANI, V., O fator Rh em Belo Horizonte. *Brasil-Med.* 1946, 60, 367-370.



## **NOTICIÁRIO**

### II REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

#### *Regulamento*

- Art. 1 — A II REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA realizar-se-á na Cidade do Salvador, Bahia, na semana de 3 a 10 de julho de 1955.
- Art. 2 — O temário da Reunião compreenderá os assuntos contidos nos seguintes campos:
- I. Pré-História (Paleontologia humana e Arqueologia)
  - II. Antropologia física
  - III. Antropologia Cultural e Social
  - IV. Lingüística
  - V. Folclore
  - VI. Problemas profissionais e de ensino da Antropologia.
- Art. 3 — Serão aceitos como membros da Reunião:
- a) os Professôres universitários, docentes livres, assistentes e auxiliares de ensino de Antropologia, Etnologia e outras ciências sociais;
  - b) os pesquisadores e técnicos, os diplomados e estudantes de nível superior de Antropologia, Etnologia e outras ciências sociais, assim como autores de publicações e outros trabalhos de valor nos mesmos campos.
- Art. 4 — Os membros da Reunião pagarão as seguintes quotas: estudantes Cr\$ 100,00; os demais, referidos nos itens *a* e *b* do Art. 3, Cr\$ 200,00.
- Art. 5 — São direitos dos membros da Reunião: a) apresentar e discutir comunicações; b) votar e ser votados; c) receber os anais da Reunião.
- Art. 6 — Os trabalhos da Reunião serão dirigidos por uma Mesa, eleita em sessão preparatória, no dia da abertura, e composta de um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Secretários.
- Art. 7 — Constará a Reunião de: a) conferências, a convite da Comissão Organizadora; b) comunicações apresentadas nas sessões de estudos.

- Art. 8** — As comunicações deverão constar de trabalhos inéditos, dentro do temário, com o máximo de 30 (trinta) páginas, tamanho ofício, datilografadas em espaço duplo numa só face do papel; só serão incluídas no programa das reuniões de estudos as comunicações cujo título e resumo escrito (de cerca de 10 linhas) forem entregues à Comissão Organizadora até o dia 15-6-1955.
- Art. 9** — Cada autor disporá de 20 minutos improrrogáveis para a apresentação do seu trabalho, mais 10 minutos, ao fim da discussão, para esclarecimentos; os membros da Reunião disporão de 5 minutos, prorrogáveis uma vez, por período breve, a juízo da Mesa, para a discussão de cada comunicação, evitados os apartes e diálogos.
- Art. 10** — Não será permitido o uso da palavra para moções, requerimentos, discursos ou comunicações estranhas ao temário.
- Art. 11** — Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa.

Salvador, Ba., 10 de Junho de 1954.

A Comissão Organizadora: Thales de Azevedo, Presidente  
Frederico Edelweiss  
Carlos Ott  
Heloisa A. Torres  
Egon Schaden

**NOTA** — Dirigir toda a correspondência para:

Comissão Organizadora  
da II Reunião Brasileira de Antropologia  
Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia  
Salvador — Estado da Bahia.

## **BIBLIOGRAFIA**

KUNZ DITTMER: *Allgemeine Völkerkunde: Formen und Entwicklung der Kultur*. 314 págs. e numerosas ilustr. e pranchas. Friedr. Vieweg & Sohn. Braunschweig, 1954.

Formas e desenvolvimento da cultura são os dois pontos a que o autor consagra maior atenção. Precedem, como preparação, os capítulos "História, fins e método da etnologia" (págs. 4-19) e "Fôrças determinantes da vida étnica" (págs. 20-35).

O desenvolvimento da cultura, ao qual Dittmer dedica quase a metade do livro (págs. 136-277), realiza-se em três graus, que, partindo da cultura dos coletores e passando pela dos lavradores, chegam à cultura dos pastôres e daí aos agricultores de arado e às altas-culturas. Ao estudo de cada um dêstes graus se acrescentam algumas considerações sôbre as particularidades do desenvolvimento cultural do Novo Mundo.

Falando sôbre formas de religião e de matrimônio, Dittmer se mostra francamente contrário ao apriorismo evolucionista. O único método capaz de levar-nos a conhecimentos completos e profundos de elementos e relações culturais é, segundo êle, o método histórico. Não chegaremos, por exemplo, a um conhecimento perfeito da nossa civilização sem estudo prévio das antigas altas-culturas em que ela se apoia e que, por sua vez, se baseiam nas culturas dos povos mais primitivos.

Tal posição do autor se caracteriza pela critica ao método funcionalista que, embora proporcione conhecimentos preciosos — e até minuciosos — das formas atuais, dos processos históricos de pouca duração e das fôrças neles atuantes, não é, contudo, capaz de nos fazer compreender processos históricos de maior duração. Nem mesmo para o conhecimento da configuração e das funções da cultura pode-se prescindir de pesquisas históricas. Apesar desta posição favorável, Dittmer reserva-se o direito de criticar muitos resultados da escola histórico-cultural, que, segundo êle, poderia e deveria ser aperfeiçoada.

Merece destaque especial o capítulo sôbre o desenvolvimento da cultura, pois apresenta os resultados das pesquisas mais recentes, afirmando, entre outras coisas, que os caçadores não constituem um grau cultural próprio, mas devem ser classificados quer entre os coletores, quer entre os lavradores, e, ainda, que as culturas dos pastôres não começaram com a domesticação da rena e do cavalo, mas sim dos bovinos.

O capítulo "Desenvolvimento da cultura" é precedido de uma exposição das formas culturais. Trata de economia, sociologia, religião e arte. Encontram-se aí muitas idéias novas, conexões surpreendentes, interpretações originais, perspectivas e pontos de vista até agora pouco considerados, que tornam a leitura proveitosa, embora não fascinante, devido ao estilo um tanto pesado. Vêzes há em que o leitor é levado a tomar posição contrária, devido a generalizações infundadas decorrentes de explicações psicologistas contrárias às pesquisas históricas, e de teorias controversas, mas apresentadas de forma categórica.

Muitas dessas falhas se explicam, segundo o próprio autor, pelo fato de não serem cabíveis num manual explicações mais pormenorizadas. Contudo, esta desculpa não justifica tôdas as deficiências, como p. ex. o capítulo sôbre o ser supremo (págs. 98-106).

O autor concede sem restrições que nas culturas consideradas as mais antigas — e nestas muitas vêzes de modo pronunciado — se encontra a idéia de um ser supremo e pessoal, autor do mundo, e como tal todo-poderoso, onisciente e eterno, conservador de suas criaturas. De todos êstes fatos, contudo, não se poderia, em sua opinião, induzir um monoteísmo primitivo, idéia esta já tantas vêzes refutada. Não se poderia falar dum deus verdadeiro, muito menos dum deus único, pois, a seu lado, existem outros poderes superiores, aos quais se presta culto maior do que ao próprio ser supremo. Êste não sômente não seria algo sobrenatural, mas algo fictício, tendo sua origem na tendência do homem de personificar, ou seja na crença duma fôrça impessoal e mágica aliada à veneração prestada a salvadores, heróis civilizadores e aos antepassados. O autor encerra o capítulo com a conclusão categórica de que o verdadeiro monoteísmo é um fenômeno único, isolado e recente, que não encontra paralelo no monoteísmo das culturas antigas.

Frases como essas não desmentem sua origem. Autores como Schmidt, Gusinde, Schebesta, Koppers e muitos outros, que dedicaram a vida tôda a tais problemas, parecem ser ignorados. Dittmer apresenta suas idéias sem a menor preocupação de provas, enquanto o Pe. Schmidt, defendendo a tese de que o monoteísmo é a primeira de tôdas as formas religiosas, desenvolve esforço leal para dar às suas idéias fundamentação sólida, o que, aliás, os seus próprios adversários reconhecem. Embora o monoteísmo primitivo possa talvez ser posto em dúvida, contudo, em face do material publicado e colocado ao alcance de todos, não se pode negar que já entre povos considerados os mais antigos se tenha registrado verdadeiro monoteísmo. (*Paul Schebesta: Das Problem des Urmonotheismus. Kritik einer Kritik. Anthropos, 1954, vol. 49, fasc. 3-4, págs. 689-697*).

Poderia ser mencionada ainda uma ou outra inconseqüência e incorreção. Exige o autor que o etnólogo, antes de mais nada, seja capaz de compreender o fenômeno do ser alheio. Entretanto, êle próprio se esquece de tal exigência ao emitir seu juízo sobre a Idade Média cristã e ao comparar idéias medievais com antigas (pág. 5). Ademais parece-me incorreta a sua atitude ao apresentar teorias antropológicas hipotéticas e controvertidas como certas e provadas (pág. 144 e notas 34 e 40).

O crítico, a quem cabe o papel do "advocatus diaboli", não deixará, contudo, de reconhecer que, apesar das deficiências apontadas, o livro de Dittmer é obra de excepcional valor. Poucos são os manuais de etnologia que li com tanto interêsse, já que apresenta sugestões ricas, tanto aos leigos interessados em etnologia como aos próprios especialistas. As excelentes e bem selecionadas ilustrações facilitam a compreensão do mundo estranho que o livro revela.

*Pe. Guilherme Saake*

CHARLES P. LOOMIS *et al.* (ed.). *Turrialba. Social Systems and the Introduction of Change*. 288 págs., ilustr. The Free Press. Glencoe, 1953. (Preço: US\$ 3,50.)

Trata-se duma pesquisa interdisciplinar empreendida por uma equipe de dezesseis cientistas, em sua maioria sociólogos e antropólogos, de

diversos países americanos. O trabalho foi realizado no vale de Turrialba, na encosta atlântica do planalto central de Costa Rica. A região se revelara particularmente promissôra para a investigação em virtude das facilidades decorrentes do estabelecimento, na região, do "Inter-American Institute of Agricultural Sciences" e do "Area Research Center of Michigan Sstate College". Orientada com vistas à aplicação prática dos resultados no campo de programas educacionais, a pesquisa focalizou de preferência os processos de mudança social e cultural na área, caracterizada como "sub-desenvolvida".

A monografia consiste em 14 capítulos: 1. Introdução geral (Loomis e Morales); 2. O campo de estudo (Morrison, Loomis, Sariola, Valerio e Morales); 3. Status social e comunicação (Loomis, Norris e Proctor); 4. Sistemas sociais informais (Proctor); 5. Sistemas econômicos (Norris); 6. Base ecológica de sistemas sociais em Turrialba (Painter); 7. Características demográficas da população (Painter e Murillo); 8. Condições de saúde (Morales, Scrimshaw e Arce); 9. Religião (Norris); 10. Educação (Arze e Clifford); 11. Extensão agrícola (del Rio); 12. Condições políticas (Proctor); 13. Níveis de vida em fazendas e pequenas propriedades (Clifford); 14. Estudo da estratégia da mudança em grandes propriedades e pequenas fazendas da América Latina (Loomis, Morales e Allee).

Embora a exposição do assunto se desenvolva predominantemente em plano descritivo, os autores revelam viva consciência dos problemas teóricos relativos à mudança, sobretudo no tocante aos grupos sociais e às "relações inter-pessoais". Comparam em especial as mudanças provocadas, num período de seis anos, nos sistemas sociais das grandes propriedades e nos das comunidades de pequenos sítiantes, chegando, entre outras, à conclusão de que "talvez o fator mais fundamental a ser considerado na estratégia da mudança na América Latina rural seja a escala de emprêsas econômicas da comunidade" (p. 279) e de que, em face da diversidade das rêdes de relações inter-familiares na existência comunitária e da diferente distribuição das famílias na escala dos status sociais, "uma aldeia de pequenas unidades econômicas de âmbito familiar colocará o agente agrícola ou o professor da escola comunitária diante de problemas inteiramente diversos dos que defronte numa aldeia composta de trabalhadores, inspetores e proprietários de fazenda" (p. 280). Considerações de ordem normativa são apresentadas, cautelosamente, em forma de hipóteses sujeitas a investigações futuras. Na opinião dos autores, uns tantos programas de mudança sócio-cultural, postos em prática em regiões latino-americanas, têm produzido resultados pouco satisfatórios por serem organizados de maneira, sobretudo formal, concentrando-se nas atividades de centros comerciais de extensas áreas, em vez de interferirem de preferência nos grupos de aldeia, caracterizados por fortes laços de solidariedade social.

*Egon Schaden*

**HERBERT BALDUS:** *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. 859 págs., 11 estampas. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo, 1954.

Entre os livros de etnologia brasileira publicados no correr de 1954, destaca-se, como utilíssimo instrumento de trabalho, esta volumosa e compreensiva obra de orientação crítico-bibliográfica. De há muito se

impunha a necessidade de uma resenha, feita por especialista severo, de quanto se tem publicado sôbre o indígena brasileiro desde os dias do Descobrimento. Baldus se incumbiu da trabalhosa tarefa, não poupando esforços por encontrar, em bibliotecas públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, as revistas, folhetos e livros em que pudesse haver algo de aproveitável para o conhecimento de nossa etnologia. Dessa forma, pôs à disposição dos interessados grande cópia de informes, que lhes poupam, doravante, muitas buscas inúteis.

Dada a heterogeneidade das contribuições, compreende-se que o autor sobreponha a apreciação crítica de cada trabalho à simples indicação do conteúdo. E em geral, pode-se dizer, não peca por excessiva complacência para com leigos e diletantes que escrevem sôbre o ameríndio, atraídos apenas pelo gôsto do exótico e do extravagante e sem se munirem do necessário cabedal de conhecimentos teóricos que lhes proporcione um quadro de referência ao menos para formularem as suas questões num plano científico. Não se há de exigir, é evidente, que os juízos críticos apresentados na bibliografia decorram exclusivamente da aplicação de critérios de ordem intelectual; não podem deixar de sofrer a influência de elementos subjetivos, que o autor, aliás, de modo algum procura disfarçar. Com bastante razão, evita, em geral, a referência a artigos ou mesmo livros inúteis ao estudioso da etnologia brasileira; assim mesmo, autores de escritos notoriamente malfeitos surgem, vez por outra, na ordem alfabética dos nomes, para então serem liquidados, sem mais comentário, com duas ou três palavras arrasadoras. Por outro lado, escaparam alguns trabalhos de indiscutível interesse para o especialista. Não cabe, porém, aqui enumerar títulos que, a nosso ver, mereceriam figurar na bibliografia e que em edição futura serão, por certo, tomados em consideração.

Andou bem a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo em arcar com as despesas da publicação e pô-la à disposição dos interessados por preço realmente acessível a qualquer bolsa. E quanto ao crítico, cremos não haver quem lhe negue calorosos e sinceros aplausos pelo relevante serviço que vem de prestar à etnologia brasileira.

*Egon Schaden*

EGON FREIHERR VON EICKSTEDT: *Atom und Psyche*. Ein Deutungsversuch. III, 158 págs. Ferdinand Enke Verlag. Stuttgart, 1954. Preço: broch. DM 12. —; encad. DM 14.20.

Conhecimentos sobremodo extensos, inclusive nos domínios da física, da biologia e da psicologia, habilitam o autor a levantar um importante problema numa formulação que se tornou possível graças aos resultados, múltiplos e em grande parte já seguros, da moderna pesquisa atômica. Trata-se de saber em que medida as qualidades fundamentais das manifestações atômicas se revelam iguais ou, pelo menos, paralelas aos fenômenos psíquicos.

O autor aborda o assunto na consciência de, atendendo ao estado atual da física atômica, conferir sentido novo a uma velha questão de capital importância. Sem fugir embora ao horizonte tradicional de princípios científicos e teses filosóficas, procura, com recurso aos dados positivos da ciência, demonstrar a probabilidade de manifesta analogia entre, de um lado, as três qualidades fundamentais da existência psíquica — impulso, sentimento e recordação (vontade, vida afetiva e memória) — e, do outro,



as três qualidades atômicas fundamentais: atividade, reatividade e recapitulidade. No curso da argumentação, passando da física, através da biologia, ao campo das manifestações psíquicas, discute "a natureza e atividade do quant e do próton e életron em face do átomo e da molécula, o papel, do átomo hexa-eletrônico na irrupção da dinamomatéria e do contínuo tempo-espaço, bem como o ulterior desenvolvimento complementar de seus aspectos em cristais, agregados e corpos, e, ainda, a sua integração em células, tecidos e organismos e seu comportamento atômico, (...) a sua progressiva diferenciação em tecidos nervosos e sistemas neurocrínicos como aparelhamentos cosmo-terrestres de transformação e a continuidade dessa conjunção sinérgica de caráter único na existência do corpo vivo até a sua mais alta diferenciação nos homínidas" (pp. 146-147), daí tirando a conclusão, considerada irrefutável do ponto de vista lógico, de haver correspondência, no tocante à especialização terrestre, entre o aspecto psíquico do mundo biótico e o energético do mundo cósmico.

Quanto ao caráter da exposição, frisa o autor que o seu raciocínio tem a pretensão de avançar por terreno virgem adentro, não devendo ser tomado como simples passos preliminares em direção duma "hipótese de trabalho" ou como "tentativa de interpretação". "Mal se pode, entretanto, dizer que uma psicologia atômica tenha começado, e ela pode ainda reclamar o trabalho de gerações inteiras. Pois, por singelo e simples se nos afigure o todo, os pormenores, complicadíssimos desde o princípio, vão se multiplicando de forma estonteante" (p. 150).

Diante da originalidade dos pensamentos e do extraordinário cabedal de dados das diversas ciências naturais que lhes serve de base e condição, serão pouco numerosos, por ora, os leitores capazes de acompanhar, com crítica construtiva, a obra de estréia dessa "psicologia atômica". De qualquer forma, a apreciação crítica não pode deixar de aplaudir o ativo espírito pioneiro disposto a encarar novas realidades, qual seja a pesquisa atômica, como fator vitalizador de outras disciplinas, chamando a si a tarefa de investigar as correlações interdisciplinares. E se acaso o audacioso avanço de von Eickstedt não se resume no "filho predileto" de um pesquisador, se acaso lhe inere a significação de um pensamento fadado a fazer escola e a fazer história, já agora se pode dizer, no que respeita à Ciência do Homem, que as perspectivas revolucionárias se farão sentir em primeira linha numa reformulação de problemas e objetivos da antropologia física, repercutindo somente de maneira mediata no domínio da antropologia cultural.

*E. A. von Buggenhagen*

ILSE SCHWIDETZKY: *Das Problem des Völkertodes*. Eine Studie zur historischen Bevölkerungsbiologie. VII, 165 págs. Ferdinand Enke Verlag. Stuttgart, 1954. (Broch. DM 12.—; encad. DM 14,60).

Trata-se de uma bela contribuição à ciência. A formulação precisa e bem orientada do problema, aliada à extraordinária competência científica da autora, não podia deixar de levar aos resultados abundantes e sobremodo sugestivos que o trabalho encerra.

Na composição "Völkertod" (morte dos povos), o conceito de morte, emprestado à esfera biológico-individual, é preliminarmente submetido, com arte e perícia, a um exame crítico tendente a torná-lo prestável para

a discussão que constitui o objeto do livro. "Não há, na esfera do social, uma extinção súbita de funções, através da qual também as partes percam o caráter do que é vivo. Para quaisquer grupos sociais, inclusive os povos, "morte" não pode ser outra coisa senão o fato de já não existir nenhum indivíduo que dêles faça parte; os primitivos portadores das funções grupais podem morrer uns após os outros, mas podem também entrar em outras ligações sociais". (P. 3) No plano teórico seria imaginável e existência, ainda hoje em dia, de representantes biologicamente puros de povos extintos, como o sejam os assírios, os helenos, os romanos, os fenícios, os aztecas, os visigodos, os vândalos, os tasmanianos; o fato de sobreviver na caudal biológica da humanidade, de mistura com outros elementos, um elevado contingente dos portadores de culturas extintas é coisa que não se discute; falar da morte de povos em sentido radical, como cessação da reprodução dos membros de uma etnia, é absurdo. Mas embora "morte de povos" não signifique, de um lado, a morte de todos os indivíduos constitutivos do grupo étnico, nem, do outro, a extinção de seus representantes, enquanto reprodutores — o conceito não deixa de ser útil e mesmo valioso para a bio-antropologia, na medida em que vem a significar o conjunto dos fenômenos de decadência que na existência dos povos possam ser caracterizados como de natureza biológica em sentido restrito ou lato. Com efeito, é este o objetivo da autora: descobrir regularidades biológicas ou de condicionamento sócio-biológico ligadas à decadência étnica.

Traçando de início a biografia de alguns povos dados como extintos pela história, a autora o faz no intuito de pôr em relêvo is aspectos significativos para a consideração biológica. Sobre a base desse material consegue distinguir oito "mecanismos da decadência dos povos": 1) decréscimo da população, 2) mortalidade e extinção violenta dos povos, 3) dispersão, 4) retrocesso da natalidade, 5) extinção das elites, 6) miscigenação e mudanças de classes, 7) dissimilação étnica, 8) o problema da decrepitação dos povos. A conclusão a que chega é formulada de maneira bem cautelosa: não se há de falar em morte étnica no sentido de seu desaparecimento, causado, quer pela totalidade, pela maioria ou apenas um dos mecanismos apontados; êstes, ao contrário, são fenômenos típicos, cujo papel, de caso em caso e em participação variável, decorre de fatores de decadência de natureza diversa. Cada povo tem a sua morte própria, peculiar e inconfundível — princípio fundamental que não se deixará de reconhencer no esforço de determinar os mecanismos de decadência responsáveis pela extinção da unidade.

Em duplo sentido o trabalho testemunha a capacidade científica da autora. Em primeiro lugar, pela maneira expedita e diligente com que reúne, para torná-lo aproveitável, o material fragmentário e disperso relativo a um período de vários milênios. A forma tradicional de se tratar com "genial" displicência o passado de séculos e até de milênios, a interpretação dos processos demográficos pelo prisma de valorações grosseiramente unilaterais, aliadas à falta de compreensão pelos fenômenos de população em geral, negligenciando o registro das verdadeiras ocorrências, criaram uma situação realmente problemática, superada, neste trabalho, pela sagacidade e laboriosidade da autora. É notável também, em segundo lugar, a consciência de método, que não perde de vista a diversidade dos aspectos focalizados na pesquisa. "À semelhança do que se dá no estudo do indivíduo, cujos diferentes aspectos se investigam com auxílio de outros tantos métodos, dividindo-se entre a anatomia, a fisiologia e a psicologia a pesquisa do "indivísivel", o estudo dos povos deve primeiro seguir caminhos vários, a fim de chegar a resultados limpos e bem fundamentados. (P.10). Enquanto comunidades de casamento e re-

produção, os povos são igualmente fatos da natureza, mas, em sua estreita interação, constituem também uma realidade de ordem superior: configuração espiritual e criação da vontade. Embora entendendo assim, em seus justos termos, a proporção etno-biológica, em outro setor a autora, por outro lado, não deixa de penetrar em zona crítica. É que a maioria dos mecanismos de decadência não é de natureza biológica, mas social; são representações e atitudes ligadas à existência social, como a da limitação da natalidade, que, por seu turno, determinam o curso biológico da vida dos povos. Ao contrário do animal, o homem, como indivíduo e como grupo, é o ser que não sofre apenas o seu processo vital, explicável por via biológica, mas que também o promove e orienta neste ou naquele sentido. Todavia, essa ordem de cogitações conduz a uma questão fundamental, a de se saber até que ponto é possível uma etno-biologia histórica que não deva ser substituída por uma história social e cultural concernente a fenômenos biológicos.

Quanto ao conteúdo, o trabalho se caracteriza pela largueza do horizonte, por uma série de resultados positivos e, ainda, por numerosas observações particulares altamente sugestivas. Cumpre salientar que os resultados excedem em muito, quanto à importância, a explicação da morte dos povos. Esta é um simples fenômeno marginal, que tem ocorrido uma vez ou outra na existência da humanidade. A regra é que os povos não morrem, se bem que a maioria dos grupos étnicos sofra, no correr dos milênios, profundas transformações em sua estrutura cultural, social e biológica. E a discussão de Schwidetzky não explica apenas a morte histórica de determinadas etnias; põe a descoberto também as fases dos fenômenos de decadência que, sendo de natureza biológica, se manifestam no decorrer da vida de quaisquer povos.

*E. A. von Buggenhagen*

WILLY HELLPACH: *Mensch und Volk der Grosstadt*. 153 págs. Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart, 1952. Preço: Er. DM 12.—, enc. DM 14.70.

O livro deste cientista multi-versado e vivaz é sugestivo como a maioria das suas obras, prendendo a atenção do leitor não só pelo conteúdo, como também pelo modo de formular e coordenar o material.

O fato de se tratar de uma contribuição alemã para o estudo científico dos grandes centros urbanos talvez possa aumentar o interesse da obra. Esse estudo teve nos últimos vinte anos uma história peculiar. Durante treze anos, realizou-se sob o controle, senão mesmo sob a pressão de poderes políticos. A circunstância de terem sido destruídos os objetos da investigação, a própria cena da existência metropolitana, talvez não tenha deixado de influir, decisivamente, na maneira de tratar o assunto.

A pesquisa científica dos grandes centros urbanos só pode ser realizada, segundo Hellpach, mediante o recurso a diversas disciplinas complementares. Essa idéia, hoje corriqueira ("interdisciplinary research"), é acentuada de modo particular em face da deplorável circunstância de ter sido posta de lado na criação da ciência do jornalismo. É a união de várias ciências especializadas, a "Universitas Litterarum", mormente de geografia, psicologia social, ciências econômicas, antropologia, meteorologia, climatologia, física, etnologia, higiene, estatística, folclore, genealogia, etc., a única forma de se conferir consistência a esse tecido produzido conforme padrões tão diversos.

Servindo-se de amplo acervo de conhecimentos e resultados das ciências mencionadas, o autor consegue apresentar considerável variedade de

ideias relacionadas com o tema, subdividindo o material segundo os seguintes itens: Tipologia da População Metropolitana, Psicofísica da Vida Metropolitana, Caracterologia do Habitante Metropolitano. Parte importante da obra é constituída de umas tantas questões e hipóteses de cuja formulação o cientista não deve por certo abster-se, mas que, pela impossibilidade de, por enquanto, fundamentá-las em bases fatuais, podem ser consideradas apenas como possíveis (e em alguns casos mesmo como audazes e até fantásticas); entre essas questões estão as tentativas de indagar se alimentos provindos de terras distantes do seu consumo ou a interrupção da radiação telúrica pelo calçamento das ruas não poderiam ter reflexos na existência biológica. O livro é rico em sugestões que, embora relacionadas apenas indiretamente com o tema, estimulam a reflexão do leitor. Assim, a discussão acêrca da importância histórica e universal da meticulosidade filológica, a evocação do juízo de valor, de Demócrito, a respeito da ciência, (p. 129 e s.), observações sôbre formas típicas do erro (p. 63), incursões no terreno da história, etc.

Conteúdo e forma das exposições revelam o autor como cientista que passou décadas a fio no convívio com objetos de vários campos de investigação e cuja fôrça parece residir no estabelecimento de conexões conceituais que tendem a ultrapassar as ciências especializadas. Assim consegue inspirar o leitor pela plenitude do jôgo de perspectivas. Parece impôr-se, no entanto, uma reserva. Quanto ao grau de validade das proposições, o texto nem sempre permite entrever a diferença entre conhecimentos comprovados, hipóteses e simples idéias — fato que pode confundir a mente do leitor, em particular do que se inicie na especialidade.

Toma-se conhecimento, com um sentimento de alívio (na página IX), de que o autor não pretende estar inteiramente a par da literatura existente sôbre a matéria, especialmente da que se publicou em outros países. Se a exposição estivesse à altura da bibliografia atual, certamente algumas das perspectivas sofreriam acentuação diversa e possivelmente ainda outros momentos viriam ocupar o primeiro plano.

O raciocínio científico sofre também a influênciade certa orientação valorativa no tocante ao fenômeno da metrópole, orientação bem própria do homem oriundo da esfera cultural alemã. Como quer que seja, o que o livro perde a êsse respeito em objetividade científica é compensado pelo seu valor como documento cultural do nosso tempo: indalítavelmente, um homem como Hellpach, tão profundamente integrado nas melhores tradições nacionais em sua maneira de julgar os fenômenos, não é um simples indivíduo isolado na posição que toma frente ao problema da metrópole; é, certamente, representativo para muitos alemães cujo pensamento se encontra em transição entre uma perspectiva determinada pela sua cultura e a pura objetividade científica.

*E. A. von Bugenhagen*

THEODOR LITT: *Staatsgewalt und Sittlichkeit*. 127 págs. Erasmus Verlag München, 1948.

Escrito nos anos atribulados da guerra, êste livro vale por uma resposta às condições altamente problemáticas do estado alemão naquele período. Não obstante, o autor soube manter atitude tranqüila e sobranceira, sem que qualquer ressentimento lhe turvasse a visão e o impacto de fatos particulares lhe desfigurasse as proporções e a perspectiva do pensamento. Encara, ao contrário, as relações entre o estado e a moral com elegância de raciocínio e expressão lingüística dignas de um Lessing e se a exposição re-

flete o estímulo dado pela atmosfera histórica, nem por isso falta ao conteúdo significação supra-histórica.

O estado, enquanto lhe cabe a função do poder político, é caracterizado por Litt, numa visão apriorística como instituição baseada essencialmente na liberdade humana, não obstante possa, em casos especiais, vir a agir no sentido de tolhê-la (pág. 33). Negar a natureza radical dessa liberdade é submeter o homem ao sacrifício de seu próprio ser. O estado, pois, longe de ser invenção do espírito, é expressão da essência humana. Partindo deste paradoxo, Litt passa a discutir as múltiplas manifestações da vida estatal, que tanto em sentido positivo como em negativo repercutem no desenvolvimento do pensamento moral.

Do ponto de vista antropológico é duplo o interêsse da obra do eminente pensador. Em vez de atender ao sentido e à intenção das idéias, e de tomar em consideração o seu intuito filosófico, pode-se encarar o livro como objeto, como documento do proceder da elite intelectual alemã. Além disso, é de interêsse antropológico determinar o conteúdo das idéias professadas na hora crítica pela grei filosófica, bem como tomar consciência do seu comportamento exterior e interior. Em um e outro sentido, a obra de Litt se afigura altamente representativa.

O grande objeto a que a obra é dedicada é a idéia da liberdade, tomada como valor que não se pode sacrificar por sua inerência ao ser humano. A profissão dessa idéia como ontologia — por sua vez expressão da liberdade — se enquadra na antiga herança intelectual dominante da nação alemã, tendo sempre subsistido afinal em detrimento de outras tendências que se lhe viessem opor. À sua predominância se devem as significativas realizações culturais e em especial a contribuição do pensamento germânico ao universal. Não se quer dizer com isto que o padrão de comportamento exterior e interior em face dos poderes hostis ao domínio espiritual seja especificamente alemão. Reveste-se, ao contrário, de um caráter comum ao das elites intelectuais de tôda a Europa ocidental em situações análogas.

No prefácio, datado de 1947, encontra-se a frase altamente significativa: "A presente dissertação foi escrita em 1942. O fato de ter ficado na gaveta por tanto tempo não requer explicação". O recurso ao silêncio para evitar a destruição física, atitude que na Alemanha assumiu caráter histórico nos encontros de Leibniz e de Kant com determinadas exigências do poder estatal, representa um traço de comprovada eficiência na prática da vida social; corresponde ao sentido da sabedoria grega, que lembra haver casos em que somente ao fugitivo será dado reaparecer no campo de batalha. A prudência dessa atitude deve-se o ter podido a elite espiritual da Alemanha manifestar-se no ano de 1945 como grandeza biológica, capaz de retomar a ação intelectual no campo dos temas superiores da existência.

Por sua vez, a atitude interior em face dos temas revela traços característicos dos pensadores da Europa ocidental. O assunto, discutido em plano objetivo, é analisado exclusivamente como problema filosófico; a tese e a prática de nosso tempo, segundo as quais a verdade política deriva de uma pragmática baseada numa ética naturalista, são submetidos a cuidadoso exame, encontrando a tese da liberdade a sua justificativa nos resultados positivos dessa análise; à formulação audaciosa de cunho dogmático, tão a gosto da índole política, opõe-se o fruto duma elaboração crítica, levada a efeito em obediência às normas metodológicas do trabalho científico. Ao padrão de tal procedimento corresponde também a convicção de que a atividade intelectual dos espíritos solitários de um povo nas zonas tranquilas do espírito absoluto, não atingidas pelos embates da violência, inere significação histórica, ainda que não se manifeste no rumor dos acontecimentos do dia.

Além do valor, porém, que representa como objeto na ordem das considerações antropológicas, o livro é de alto interesse, na mesma ordem de considerações, enquanto manancial de ensinamentos filosóficos.

Se diferentes ciências ou disciplinas se aplicam ao mesmo objeto, como no caso o fazem a antropologia e a filosofia, é de toda conveniência pôr em confronto os métodos e os resultados de um e outro setor. Diante da igualdade do objeto material, o trabalho de Litt oferece extraordinárias possibilidades neste sentido. A aplicação altamente consciente de um processo lógico apriorístico, tão diversa dos caminhos usados pelo antropólogo, fornece a êste pontos de referência para um aprofundamento reflexivo de seus próprios processos.

Não menos rica é a seara no campo das idéias, onde o autor precisa os conceitos de liberdade, de poder e de moral, cuja compreensão intuitiva é indispensável ponto de partida para as ciências positivas e cuja clarificação intelectual lhe facilita extraordinariamente a apreensão da realidade.

*E. A. von Buggenhagen*

JOSEF RÖDER und HERMANN TRIMBORN: *Maximilian Prinz zu Wied. Unveröffentlichte Bilder und Handschriften zur Völkerkunde Brasiliens. Unter Mitarbeit von Josefine Huppertz, Udo Oberem und Karl Viktor Prinz zu Wied. 150 págs. e 16 figs. Preço: br. DM 12.80. Ferdinand Dümmlers Verlag. Bonn, 1954.*

O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, discípulo de Blumenbach, empreendeu nos anos de 1815 a 1817 uma expedição científica ao Brasil oriental com o intuito principal de aqui realizar estudos zoológicos. Em sua obra "Reise nach Brasilien", publicada em 1820-21, apresenta também abundantes informações antropológicas relativas a algumas tribos indígenas, especialmente aos Botocudos da área do Jequitinhonha; são dados preciosos, que revelam múltiplos aspectos da cultura de populações abrigenas hoje extintas.

Sobre a base dos manuscritos e desenhos do Príncipe, recentemente redescobertos no arquivo do castelo de Neuwied, na Renânia, os autores da presente publicação se entregaram à instrutiva tarefa de examinar o texto e as ilustrações da obra em confronto com os diários de viagem, as anotações, as cartas e os esboços deixados pelo ilustre viajante. Na introdução, Hermann Trimborn acentua que os desenhos originais de Maximiliano têm valor documentário superior ao das pranchas incluídas na obra impressa, porquanto nestas a fidelidade da representação foi, em vários pontos, sacrificada a imperativos de ordem estética ou artística. Karl Viktor Prinz zu Wied apresenta um esboço biográfico de Maximiliano; Josef Röder arrola o material existente no arquivo do castelo, na medida em que diz respeito à viagem ao Brasil, dispensando especial interesse à coleção de desenhos originais existente no espólio; Josefine Huppertz empreende a análise crítica do texto da "Reise nach Brasilien" à luz das notas manuscritas, reproduzindo também um vocabulário do idioma dos Botocudos; Udo Oberem, por fim, tece comentários etnográficos em torno dos desenhos. — O volume, que põe em relêvo a seriedade e o espírito objetivo e metuculoso do viajante renano, deve ser lido por quantos se interessarem pela crítica das fontes bibliográficas em que se apóia o conhecimento das culturas indígenas do Brasil.

*Egon Schaden*

## **PUBLICAÇÕES RECEBIDAS**

- ABBIE, A. A.; ADEY, W. R.: *Ossification in a Central Australian Tribe*. Sep.: Human Biology, 25, pp. 265-278, ill. 1953.
- *The History of Biology in Australia*. Sep.: The Australian Journal of Science, 17, pp. 1-9. Sydney, 1954.
- BALDUS, HERBERT: *Os Oti*. Sep.: Revista do Museu Paulista, N. S., 8, pp. 79-92. São Paulo, 1954.
- BORNEMANN, FRITZ: *Verzeichnis der Schriften von P. W. Schmidt S.V.D. (1868-1954)*. Sep.: Anthropos, 39 pp. 385-432. Posieux, 1954.
- DIAS, JORGE: *Tretanken und Wasseranken in Portugal*. Sep.: Homenage a Fritz Krüger, II, pp. 437-456, mit 11 Abb. Mendoza, 1954.
- DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL: *O Padre Schmidt e a etnologia contemporânea*. Sep.: Verbum, 11, pp. 219-226, com 1 prancha. Rio de Janeiro, 1954.
- GARMA, ANGEL: *Origine et symbolisme des vêtements*. Sep.: Revue Française de Psychanalyse, 1, pp. 60-88. 1950.
- *Algunos significados de la ornamentación y la génesis del arte plástico*. Sep.: Revista de Psicoanálisis, 10, pp. 399-421; s.l., s.d.
- *The Indoamerican Winged or Feathered Serpent, the Step Coil and the Greek Meander*. Sep.: The American Imago, 11, pp. 113-145, con ilustr. 1954.
- GARVIN, PAUL.: *Literacy as a Problem in Language and Culture*. Sep.: Georgetown University Monograph Series on Languages and Linguistics. Monograph Nr. 7, pp. 117-129. Washington, 1954.
- IBARRA GRASSO, DICK EDGAR: *La cuenta por resta en la América indígena*. 51 pp. Universidad Mayor de San Simón. Publicaciones del Departamento de Cultura. Cuaderno n.º 2. Imprenta Universitaria. Cochabamba (1954).
- JOSSELIN DE JONG, J. P. B. DE: *Archaeological Material from Saba and St. Eustatius, Lesser Antilles*. IV, 54 pp., with 19 figs., 16 plates. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 1. E. J. Brill. Leiden, 1947.
- *Lévi-Strauss's Theory of Kinship and Marriage*. IV, 59 pp., with 1 chart. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 10. E. J. Brill. Leiden, 1952.
- KOCH, GERHARD: *Aktuelle Probleme der deutschen Kinderpsychiatrie*. Sep.: Criança Portuguesa, 12, pp. 1-48. Lisboa, 1953.
- *Ergebnisse der modernen Genetik*. Sep.: Ärztliche Praxis, 5, 11 pp. München-Gräfeling, 1953.
- LÉVI-STRAUSS, C.: *L'anthropologie dans les sciences sociales*. Sep.: Les sciences sociales dans l'enseignement supérieur. UNESCO. 32 pp. Paris, 1954.
- MEINECKE, GEORG; BECHER, HANS: *Die Herabwürdigung des Geschlechtlichen bei Naturvölkern*. Sep.: Der Psychologe, 9, pp. 379-386. Schwarzeburg, 1954.
- NOOTEBOM, C.: *Quelques techniques de tissage des Petites Iles de la Sonde*. PARIS, PIERRE: *Discussion et données complémentaires à propos de l'ouvrage de M. James Hornell: Watertransport, origins and early*

- evolution*. IV, 46 pp., avec 10 figs. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 3. E. J. Brill. Leiden, 1948.
- ORTA NADAL, RICARDO**: *Un aspecto de la historiografía y etnología jesuíticas del litoral*. Sep.: Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas, 1: 34 pp. Santa Fe, 1953.
- ORTIZ ODERIGO, NESTOR R.**: *Strumenti musicali degli afro-americani*. Sep.: Rivista di Etnografia, 7, 10 pp. (Napoli) 1953.
- OSCHINSKY, LAWRENCE**: *The Racial Affinities of the Baganda and other Bantu tribes of British East Africa*. Inaugural-Dissertation (Zürich). X, 181 pp., with 64 figs. W. Heffer & Sons Limited. Cambridge, 1954.
- PLISCHKE, HANS**: *Das Kuhblasen. Eine völkerkundliche Miscelle zu Herodot.* Sep.: Zeitschrift für Ethnologie, 79, pp. 1-7, mit 4 Alb. Braunschweig, 1954.
- *Die Kulturen der aussereuropäischen Erdteile in Übersicht*. Führer durch die Schausammlungen des Instituts für Völkerkunde. Universität Göttingen. 101 pp., mit Abb. im Text und 10 Bildtafeln. (Text: Plischke, Spannaus, Nippold). Deuerliche Buchhandlung. Göttingen, 1954.
- *Karl Weule, 1864-1926*. Sep.: Niedersächsische Lebensbilder, 2, pp. 390-406, mit Bildnis. August Lax Verlagsbuchhandlung. Hildesheim, 1954.
- POTT, P. H.**: *Introduction to the Tibetan Collection of the National Museum of Ethnology, Leiden*. VIII, 184 pp., 32 plates. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 8 en 9. E. J. Brill. Leiden, 1951.
- RIPALDA, M.G. DE**: *Catecismo y exposición breve de la Doctrina Cristiana por el P. . . ., emendado y traducido en guaraní por Francisco Martínez*. Catecismos vários, III. Boletim 180. Etnografia e Tupi-Guaraní, n.º 29. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, VI, 95 fls. São Paulo, 1954.
- RÖDER, J. und TRIMBORN, H.**: *Maximilian Prinz zu Wied. Unveröffentlichte Bilder und Handschriften zur Völkerkunde Brasiliens*. Unter Mitarbeit von J. Huppertz, U. Oberem u. Karl Viktor Prinz zu Wied. 150 pp., mit 16 Abb. Ferd. Dümmlers Verlag. Bonn, 1954.
- SAAKE, S.V.D., Pe. GUILHERME**: *A evolução do homem através da História*. Sep.: Revista da Universidade Católica de São Paulo, 6; 16 pp., com um gráfico. São Paulo, 1954.
- SCHADE, HEINRICH**: *Vaterschaftsbegutachtung. Grundlagen und Methoden der anthropologisch-erbbiologischen Vaterschaftsfeststellung*. X, 250 pp., mit 58 Abb. E. Schweizerbart'sche Verlagsbuchhandlung. Stuttgart, 1954.
- SERAINÉ, F.**: *Ensaio de interpretação lingüística*. Cadernos de Cultura. N.º 4. 61 pp. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Fortaleza, 1954.
- SERRANO, ANTONIO**: *Consideraciones sobre el arte y la cronología en la región diaguita*. 54 pp., con 39 figs. Publicaciones del Instituto de Antropología. Universidad Nacional del Litoral. Rosario, 1953.
- SWELLENGREBEL, J. L.**: *Een Vorstenwijding op Bali*. IV, 28 pp., 8 platen. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 2, E. J. Brill. Leiden, 1947.
- VANDENHOUTE, P.J.L.**: *Classification stylistique du masque Dan et Guéré de la Côte d'Ivoire occidentale (A.O.F.)*. IV, 48 pp., 16 pl., 1 carte. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 4. E.J. Brill. Leiden, 1948.
- VON VERSCHUER, OTMAR FRHR.**: *Ergebnisse der Genetik für die Anthropologie*. Sep.: Actes du IVe Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques, Vienne 1952, 1, pp. 109-119. (Wien, 1954).



- *Die Erbanlage als bestimmende Kraft auf dem Lebenswege*. Sep.: *Analecta Genetica*, 1, 132-152, mit 22 Abb., 1954.
- VOLKER, T.: *Uktyoe Quartet*. Publisher, Designer, Engraver and Printer. VI, 29 pp., 6 plates. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 5. E. J. Brill, Leiden, 1949.
- *Porcelain and the Dutch East India Company*. VIII, 243 pp, 32 plates, 2 maps. Medelingen van het Rijksmuseum voor Volkenkunde, N.º 11. E. J. Brill, Leiden, 1954.
- WIRZ, PAUL, *Kunstwerke vom Sepik*. Führer durch das Museum für Völkerkunde und Schweizerische Museum für Volkskunde Basel. Sonderausstellung I.X — 31. XII. 1954. 23 pp., mit 35 Bildtafeln. Basel, 1954.

## PERIÓDICOS

*América Indígena* (México)

14. 1954. 4. V.G. Garcés, *Immigración e Indigenismo*. — J. Paddock, *Inferencias psicológicas en el estudio de Mixes (México)*. — R. Salinas, *Manual Arts in Ecuador*. — J. Comas, *Influencia indígena en la medicina hipocrática, en la Nueva España del siglo XVI*.

15. 1955. 1. C.M. da Silva Rondon, *Nuestros hermanos los indios*. — A. Ma. Gariby K., *Algunos aspectos de la obra indigenista de la Iglesia Católica en la actualidad*. — G. Aguirre Beltrán, *A theory of regional integration: the coordinating centers*. — E. Schaden, *Problemas fundamentais e estado atual das pesquisas sobre os índios do Brasil*. — R. E. Newman, *La técnica de Rorschach aplicada a um grupo Otomí*. — D.F.R. de la Borbolla, *La situación de las artes populares en Ecuador*.

*Anthropos* (Posieux). 49. 1954. 3-4.

F. Bornemann, *Verzeichnis der Schriften von P. W. Schmidt S.V.D. (1868-1954)*. R.B. Serjeant, *Star-Calendars and an Almanac from South-West Arabia*. — A. Gestner, *Die glaubensmässige Einstellung der Wewäk-Boikin-Leute zu den Krankheiten und deren Heilung (Nordost-Neuguinea)*. — E. Locker, *Etre et avoir: Leurs expressions dans les langues*. — J. Frick, *Märchen aus Ch'ing-hai*. — R. M. Berndt, *Significance of Pre-Historic Objects in the Highlands of New Guinea*. — C. von Fürer-Haimendorf, *Religious Beliefs and Ritual Practices of the Minyong Abors*. — K. Lussy und A. Engelberger, *Religiöse Anschauungen und Bräuche bei den Wapogoro (Schluss)*. — A. Burgmann, *P. W. Schmidt als Linguist*.

*Baessler-Archiv* (Berlin). N.F. 2. 1954.

W. Krickeberg, *Ältere Ethnographica aus Nordamerika im Berliner Museum für Völkerkunde*.

*Boletim do Museu Nacional*. (Rio de Janeiro). N.S. 1954. 16.

P.E. de Lima, *Deformações tegumentares e mutilação dentária entre os índios Tenetchára*.

*Boletim Paulista de Geografia* (São Paulo). 1954. 18.

L. Schwalbach, *O problema da imigração humana no quadro contemporâneo*. — K. Kagami, *Contribuição à geografia humana de Nagoia*. — O.B. de Azevedo, *O Brasil em face do comércio mundial*. — M.F. Ribeiro de

*Andrada*. Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805.

*Ciencias Sociales* (Washington)

5. 1954. 29. *L. Duque Gomez*, Los problemas antropogeográficos de Colombia. — *E. Lopez Malo*, La emigración de trabajadores mexicanos.

30. *M.-A. Vila*, Los paisajes tachirenses de Venezuela. — *F. Coluccio*, Costumbres relativas al matrimonio en América. — *P. Phillips* y *G. Willey*, Teoría e método de la arqueología norte-americana.

*Divulgaciones Etnológicas* (Barranquilla). 3. 1954. 5.

*C.A. Valdés*, Colecciones arqueológicas superficiales de Barranquilla y Soledad. — *G. y A. Reichel Dolmatoff*, Contribuciones a la arqueología del Bajo Magdalena (Plato, Zambrano, Tenerife). — *J. Caudmont*, Materiales para el estudio lexicográfico de la lengua Inga. — *E. Pérez Arbeláez*, Ambito y limites de la antropología. — *C. S. Rosenthal*, Los conceptos de patrón cultural y análisis funcional en la antropología moderna. — *A. Escalante*, Notas sobre el Palenque de San Basilio, una comunidad negra en Colombia.

*Revista de História* (São Paulo)

8. 1954. 18. *T. O. Marcondes de Souza*, Amerigo Vespucci e a prioridade do descobrimento do Brasil. — *M. T. Schorer*, Alguns aspectos do monasticismo irlandês, através da "Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum" do Venerável Beda. — *R. R. Blanco*, História e lenda na poesia heróica espanhola. — *L. Weckman*, A Idade Média na conquista da América. — *M. Bataillon*, Novo Mundo e fim do mundo. — *A. G. da Naia*, O "Problema Colombino" resolvido. — *E. Schaden*, Os primitivos habitantes do território paulista. — *P. M. Campos*, O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

9. 1954. 19. *L. Febvre*, Como foi batizada a Europa. — *O. A. Piper*, A interpretação cristã da História (I). — *J. C. Morejón*, "El Paso Honroso" de Suero de Quiñones. — *J. de Macedo*, Portugal e a economia "pombalina". — *A. M. Azevedo*, Lord Cochrane, primeiro almirante brasileiro. — *A. Quintas*, O sentido social da Revolução Praieira. — *J. Cruz Costa*, Esboço duma História das Idéias no Brasil na primeira metade do século XX (I).

20. *L. Zea*, A filosofia contemporânea no México. — *O. A. Piper*, A interpretação cristã da História (II). — *G. Deveza*, Um precursor do comércio francês no Brasil (IV). — *J. Cruz Costa*, Esboço de uma história das Idéias no Brasil na primeira metade do século XX (II). — *F. de Figueiredo*, Historiografia portuguesa do século XX.

*Sociologia* (São Paulo). 16. 1954.

1. *E. Willems*. As dimensões de tempo e espaço no desenvolvimento da sociologia. — *M. W. V. da Cunha*, As publicações de administração pública no Brasil (1938-1945). — *H. Schlittler Silva*, Pesquisas sobre a economia brasileira nos últimos quinze anos. — *H. Baldus*, Publicações sobre os índios do Brasil nos últimos quinze anos. — *D. Pierson*, Pesquisa na revista Sociologia.

2. *C. Wagley*, Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional. — *M. Diégues Júnior*, Estudo das relações étnicas no Brasil. — *A. Trujillo Ferrari*, O desenvolvimento das ciências sociais no Perú nos últimos quinze anos.



